

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

NICOLE KUNZE RIGON

**DIÁLOGOS COM JOVENS E SUAS IMAGENS: ESTUDO ETNOGRÁFICO COM
OFICINAS NA GRANDE CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE (RS)**

Porto Alegre, 2021

NICOLE KUNZE RIGON

**DIÁLOGOS COM JOVENS E SUAS IMAGENS: ESTUDO ETNOGRÁFICO COM
OFICINAS NA GRANDE CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE (RS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cornelia Eckert

Porto Alegre, 2021

CIP - Catalogação na Publicação

Rigon, Nicole Kunze
Diálogos com jovens e suas imagens : estudo
etnográfico com oficinas na Grande Cruzeiro em Porto
Alegre (RS) / Nicole Kunze Rigon. -- 2021.
158 f.
Orientadora: Cornelia Eckert.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Jovens. 2. Antropologia social. I. Eckert,
Cornelia, orient. II. Título.

Nicole Kunze Rigon

DIÁLOGOS COM JOVENS E SUAS IMAGENS: ESTUDO ETNOGRÁFICO COM
OFICINAS NA GRANDE CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE (RS)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Antropologia Social.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cornelia Eckert

Porto Alegre, 23 de setembro de 2021

Resultado: Aprovada com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Cornelia Eckert
Departamento de Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Fabiene de Moraes Vasconcelos Gama
Departamento de Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Adriana Facina
Departamento de Antropologia Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ana Patrícia Barbosa
Departamento de Serviço Social
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

AGRADECIMENTOS

A construção dessa pesquisa só foi possível devido a uma rede de pessoas e afetos que, intencionalmente ou não, teceram suas contribuições à trama desse estudo. Se “cada estudo é um espelho de cem faces”, como já diria Michel de Certeau (2012), ofereço meus agradecimentos a cada pessoa que marcou, de alguma forma, meu percurso de mestrado e dessa pesquisa.

Agradeço, principalmente, aos jovens do Centro da Juventude, moradores/as e lideranças da Grande Cruzeiro que compartilharam comigo suas formas de imaginar e narrar o mundo. A todas as pessoas que abriram as portas para me receberem e me apresentarem esse universo no qual desenvolvi a pesquisa. Filipe Tisbierék, Arlei Weide, Bruna Koerich, Álvaro Lotterman, Rafael dos Santos, Lucas, Gabriel da Silva, Bruno Prince, Khellen Silva, Daniela Bianchi, Ana Castro, Emerson Santos, Paulo Jorge Cardoso, muito obrigada. Agradeço também à equipe da CUFA Rio Grande do Sul, Daniel Santos, Kemilin Mello, Cristian Pelige, Eduarda Cantarelli, Vitoria Rodrigues e Elizandra Salvador, pelo acolhimento e por terem feito meu 2020 um ano melhor.

Tive a sorte de ter sido formada por antropólogas que admiro muito, às quais agradeço por todo o aprendizado compartilhado e pela inspiração que me deram. Em primeiro lugar, agradeço à Cornelia Eckert, minha orientadora, pela presença, paciência e atenção constantes nesse processo de pesquisa. Sem ela, esse trabalho não existiria. Agradeço, também, às professoras Fabiene Gama, Vitor Grunvald e Rumi Kubo por me mostrarem os encantamentos da antropologia visual e construírem ambientes de aprendizagem acolhedores, colaborativos e animados.

Aos professores/as e colegas do Navisual pelas trocas, pelo aprendizado compartilhado e pelas capacitações em pesquisas audiovisuais tão importantes em minha formação.

À Aline Rochedo pela leitura e revisão dessa dissertação e por fazer existir a oficina Campo de Escrita, conduzida com muita sensibilidade. A oficina e o encontro com Aline foram o alento e encorajamento necessários aos desafios da escrita.

À minha turma de mestrado e às amigadas que construí ou fortaleci nesse encontro, pessoas brilhantes, colegas de profissão que admiro e aos quem desejo todo o sucesso do mundo. Joanna Sevaio, Camila Braz, Jessica Brandt e Maria Gabriela Seibel, vocês têm um lugar especial nessa história. Agradeço também ao Filipe de César pelo apoio, pela leitura e pelas contribuições que fez a esse trabalho.

Às amigas das Ciências Sociais para a vida: Joana Winckler, Marina Bordin, Luiz Henrique Apollo, Jessica Brandt e Caroline Brandt. Com vocês, a vida e a academia são mais leves e mais bonitas.

À minha família pela compreensão e pelo apoio que sempre me deram para fazer o que amo, mesmo sem entender muito bem o que faz uma antropóloga. Ao meu irmão, Adriano, com eternas saudades, agradeço pelo incentivo ao estudo e à curiosidade pela vida que me fazem ser o que sou hoje. À minha mãe, Rose, ao meu pai, Paulo, e às minhas irmãs, Domênica e Carina, obrigada por tudo.

À minha outra família do coração, Angela, Nelson, André e Álvaro, pelo apoio e pelos bons momentos que sempre me proporcionaram.

Por fim, agradeço ao Artur, a pessoa mais importante da minha vida, pelas *pequenas alegrias da vida adulta*.

RESUMO

Essa dissertação é resultado de uma experiência etnográfica na Grande Cruzeiro, região composta por diversas vilas populares e situada entre a zona sul e o centro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os enfoques temáticos principais são as condições da vida urbana e a construção de narrativas visuais sobre o espaço habitado. Partindo de referenciais teóricos e metodológicos das antropologias visual e urbana, procurei compreender o ponto de vista dos/as moradores sobre os modos de habitar essa região, assim como os afetos e as tensões implicadas na vida cotidiana local. Os objetivos foram (1) desenvolver um estudo etnográfico na região da Grande Cruzeiro e (2) compreender as relações sociais e afetivas dos/as jovens de um projeto social com o território. Para tanto, realizaram-se oficinas com jovens, nas quais foram exploradas formas criativas de expressar seus pertencimentos à cidade. Percursos realizados no território, entrevistas com lideranças comunitárias, produção de vídeos e fotografias e observações participantes foram empregados para a construção dos dados de pesquisa. Durante a pandemia, a obrigatoriedade do trabalho remoto implicou a adaptação de metodologias de pesquisa, e o Google Maps, plataformas de videoconferências e o Whatsapp se mostraram ferramentas essenciais. Apresento o percurso da pesquisa e os seus desdobramentos, que produzem enfoques diversificados sobre Porto Alegre e a região da Grande Cruzeiro. Com esta pesquisa, espero contribuir com o campo de estudos sobre juventudes, cidade e imagens e enriquecer as narrativas etnográficas sobre experiências e olhares juvenis na/da cidade.

Palavras-chave: Antropologia Visual; Grande Cruzeiro; Juventudes; Pandemia; Cidade.

ABSTRACT

This thesis consists in the results of an ethnographic experience in “Grande Cruzeiro”, an area formed by a number of popular neighborhoods between the south side and the city center of Porto Alegre. The main subjects are the conditions of urban life and the construction of visual narratives about the inhabited space. Using theories and methods from visual and urban anthropologies, I looked for understanding the inhabitant’s point of view on living in this region of the city, as well as the affections and tensions involved in local daily life. The objectives were (1) to develop an ethnographic study in the region of Grande Cruzeiro and (2) to understand the social and affective relations of young people from a social project with the territory. To do so, workshops have been held with young people, in which they explored creative ways to express their belongings to the city. Walks in the territory, interviews with community leaders, production of videos and photographs, and participant observations were used to construct the research informations. During the pandemic, the obligation of remote work implied the adaptation of research methodologies. Google Maps, videoconference platforms and Whatsapp proved to be essential tools. I present the research path and its unfoldings, which produce diversified approaches on Porto Alegre and the region of Grande Cruzeiro. With this research, I hope to contribute to the field of studies on youth, cities, and images and enrich ethnographic narratives about youth experiences and views in/of the city.

Keywords: Visual Anthropology; Grande Cruzeiro; Youth; Pandemic; City.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Morro Santa Tereza visto a partir do Centro Histórico. Fotografia da autora. Jun, 2021.
- Figura 2 – Colagem das páginas da zine. Fonte: Acervo pessoal.
- Figura 3 – Parque Biblioteca Fernando Botero. Fonte: ArchDaily.
- Figura 4 – Mapa da rede de serviços, lugares e instituições na Grande Cruzeiro. Elaborado pela autora.
- Figura 5 – Desenho observacional com aquarela. Fonte: Acervo pessoal.
- Figura 6 – Gato preto em frente à casa. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 7 – Tapete ao sol. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 8 – Bricolagem. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 9 – Diálogo intergeracional. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 10 – Varal de janela. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 11 – Garupa. Fotografia da autora, jun/2021.
- Figura 12 – Descanso na calçada. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 13 – Cachorro. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 14 – Varal na praça. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 15 – Varal na calçada. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 16 – Carrinho de mudança. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 17 – Fora Bolsonaro. Fotografia da autora, jun/2021.
- Figura 18 – O amor tem que vencer. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 19 – Nós por nós. Fotografia da autora, mar/2020.
- Figura 20 – Nem pense em matar. Fotografia da autora, jun/2021.
- Figura 21 – Obras na Av. Cruzeiro do Sul. Fotografia da autora, jun/2021.
- Figura 22 – Um sorriso é o que a gente qué. Fotografia da autora, jun/ 2021.
- Figura 23 – Contra o feminicídio. Fotografia da autora, jun/2021.
- Figura 24 – Não temos tempo para ter medo. Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 25 – Construção ao improviso. Captura de tela do Google Street View.

Figura 26 – Não jogue lixo. Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 27 – Calçados na calçada. Fotografia da autora, jun/2021.

Figura 28 – Entulho Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 29 – Lixo acumulado. Fotografia da autora, jun/2021.

Figura 30 – Vala aberta na Av. Cruzeiro do Sul. Foto da autora, jun/2021.

Figura 31 – Oficina de bicicletas. Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 32 – Fruteira Bira. Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 33 – Motoboy. Fotografia da autora, jun/2021.

Figura 34 – Homens trabalhando. Fotografia da autora, jun/2021.

Figura 35 – Litrão barato. Fotografia da autora, mar/2020.

Figura 36 – Ceva, litrão, kits. Fotografia da autora, jun/2021.

Figura 37 – Margens da (Grande) Cruzeiro. Fonte: Elaborado pela autora com base em Barbosa (2017).

Figura 38 – Morro e bairro Santa Tereza, TV. Piratini, 1969. Papel, 18x24 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 39 – Morro Santa Teresa. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Site Porto Alegre Antiga <http://antigaportoalegre.no.comunidades.net>

Figura 40 – Lago Guaíba, Bairro Santa Tereza, Morro Santa Tereza, 1969. Papel, 8,5 x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 41 – Morro e bairro Santa Tereza, bairro Praia de Belas, 1969. Papel, 8,8 x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 42 – Morro Santa Tereza, 1969. Papel, 8,8 x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 43 – Morro Santa Tereza, TV Piratini, Aterro Beira-Rio, Bairro Menino Deus, 1960. Papel, 18 x 24 cm. Autor: Léo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 44 – Morro Santa Tereza, TV. Piratini, 1960. Papel, 18 x 24 cm. Autor: Léo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 45 – Solar da Travessa Paraíso, 1987. Papel 9 x 12,7 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 46 – CRAS Cruzeiro. Elaborado pela autora. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 47 – Casarão Bpo. Laranjeiras. Elaborado pela autora. Fonte: acervo pessoal.

Figura 48 – Asilo Padre Cacique, 1º Quartel do século XX, década de 1900. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 49 – Solar da Travessa Paraíso, 1960 / 1970. Papel, P&B, 13,5 cm x 17,8 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 50 – Imagem aérea de parte da Grande Cruzeiro, na Zona Sul de Porto Alegre. Autor: Luciano Lanes. Fonte: Brasil de Fato. Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2019/09/23/uniao-de-vilas-promove-semana-da-grande-cruzeiro-em-porto-alegre>

Figura 51 – Paisagens e passagens de uma Porto Alegre e suas sociabilidades em transformação. Elaborado pela autora. Fonte da imagem base: Site Porto Imagem <https://portoimagem.wordpress.com>

Figura 52 – Vila dos Comerciários, 1956 (1). Autores: Leo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Figura 53 – Vila dos Comerciários, 1956 (2). Autores: Leo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Figura 54 – Desconstrução. Elaborado pela autora. Fonte das imagens: Google Street View.

Figura 55 – Vila Gaúcha e Vilas Tronco. Fonte: Elaborado pela autora a partir do Mapa de Áreas de Vulnerabilidade de Porto Alegre.

Figura 56 – Interior CJ Cruzeiro (01). Fotografia da autora.

Figura 57 – Interior CJ Cruzeiro (02). Fotografia da autora.

Figura 58 – Primeira oficina (01). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 59 – Primeira oficina (02). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 60 – Primeira oficina (03). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 61 – Segunda oficina. CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 62 – Terceira oficina (01). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 63 – Terceira oficina (02). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 64 – Terceira oficina (03). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 65 – Terceira oficina (04). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 66 – Terceira oficina (05). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 67 – Terceira oficina (06). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

Figura 68 – Ilustrações do grupo 01 vetorizadas.

Figura 69 – Ilustrações do grupo 02 vetorizadas.

Figura 70 – Autor: Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 71 – Prancha feita com imagens de Bruno Prince (esquerda), Cristian Pelige (superior à direita) e Khellen Silva (inferior à direita).

Figura 72 – Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 73 – Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 74 – Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 75 – Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 76 – Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 77 – Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 78 – Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 79 – Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 80 – Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 81 – Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Figura 82 – Por onde andamos na saída de campo. Elaborado pela autora.

Figura 83 – Regionalização das comunidades, líderes e mercados. Elaborado pela autora.

LISTA DE SIGLAS

CJ	Centro da Juventude
CUFA	Central Única das Favelas
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
NAVISUAL	Núcleo de Antropologia Visual
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SASE	Serviços de Atendimento Socioeducativo
CR(E)AS	Centro de Referência (Especializado) em Assistência Social
POD	Programa de Oportunidades e Direitos
SJCDH	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SMDSE	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TDR	Termo de Referência
OSC	Organização da Sociedade Civil
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
PPJ	Política Pública para Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
BIEV	Banco de Imagens e Efeitos Visuais
FEBEM	Fundação de Bem-Estar do Menor
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
AMAVTRON	Associação de Moradores da Vila Tronco
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
PPDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
OP	Orçamento Participativo
US	Unidade de Saúde
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ARTES DE PESQUISAR.....	18
1.1 A INVENÇÃO DA PAISAGEM.....	18
1.2 CONTORNOS DO CAMPO.....	24
1.3 DA MARGINALIDADE À CIDADANIA	30
1.4 REFLEXIVIDADES.....	33
2 ETNOGRAFIA EM IMAGENS	38
2.1 QUANDO A RUA VIRA CASA (PRANCHAS 1 E 2)	42
2.2 POLITICAS DA ARTE URBANA (PRANCHAS 3 E 4).....	45
2.3 RISCO, SUCATA E MEMÓRIA (PRANCHA 5).....	48
2.4 (IN)FORMALIDADE DAS PRÁTICAS (PRANCHA 6).....	51
3 TEMPOS VIVIDOS E TEMPOS NARRADOS	53
3.1 POVOAR.....	53
3.2 HABITAR.....	66
3.3 CONSTRUIR.....	71
4 ETNOGRAFIA COM IMAGENS	84
4.1 NO COMEÇO, DESAFIOS E ALGUNS TROPEÇOS	84
4.2 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA DAS OFICINAS	87
4.2.1 <i>Primeiro encontro</i>	87
4.2.2 <i>Segundo encontro</i>	93
4.2.3 <i>Terceiro e quarto encontros</i>	96
4.2.4 <i>Saída de campo</i>	103
4.3 MUDANÇA DE SORTE: A CHEGADA DA PANDEMIA	116
5 DESCOBRIMENTOS.....	117
5.1 JOGANDO O <i>PUZZLE</i> FIGURATIVO DA PRÁTICA ETNOGRÁFICA	117
5.2 ARTES DE FABRICAR OLHARES	120
5.3 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DE UMA ESCOLHA METODOLÓGICA	124
6 ETNOGRAFIA NO CONFINAMENTO	128
6.1 PESQUISA SOCIAL COM DISTANCIAMENTO SOCIAL?	128
6.2 DINÂMICAS DA AÇÃO SOCIAL: “FAVELA CONTRA O VÍRUS”	133
6.3 “OS INVISÍVEIS”, OS “SOLDADOS DE RUA” E OS “SENHORES DA MORTE”	138
6.4 JUVENTUDES E PANDEMIA	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	151

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é resultado de uma experiência de pesquisa etnográfica desenvolvida na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre. A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira foi dedicada à realização de um estudo sobre a vida urbana e a memória. Dentro dessas temáticas, desenvolvi oficinas com jovens de um projeto social com metodologias colaborativas de pesquisa para compreender suas formas de expressar o pertencimento a essa parte da cidade. O ponto de inflexão para a segunda etapa dessa pesquisa foi a chegada da pandemia ao Brasil. Nas circunstâncias restritivas impostas pela presença do vírus, de minha casa, procurei estudar os impactos da pandemia na vida dos habitantes das vilas da Grande Cruzeiro. Também foram objeto de estudo, nesta etapa, as *táticas* (Certeau, 2012) praticadas pelos indivíduos e pelas organizações comunitárias para sobreviver às consequências da crise do novo coronavírus.

Dialogando com a antropologia urbana, compreendo a cidade como campo privilegiado para o estudo da vida humana, onde se tornam evidentes todas as questões políticas e sociais, sendo ela própria um *laboratório social* (Park, 1999a). A cidade é também concebida aqui como *espaço praticado* (Certeau, 2012). Espaço esse que não pode ser separado da ação de seus *usuários*, que, em seus atos e *práticas*, o reinventam cotidianamente. Por fim, a cidade é um objeto temporal (Rocha; Eckert, 2013a). Sob o prisma da *duração*, a cidade é fabricada nas narrativas sobre experiências vividas por seus habitantes. Nessa perspectiva, os territórios da vida urbana são territórios da imaginação de seus habitantes e frequentadores. As narrativas da imaginação não respondem a um tempo cronologicamente ordenado, mas operam com ordenações e sobreposições de tempos vividos com base nas continuidades e discontinuidades de suas experiências. Em suma, a cidade, nessa dissertação, é *laboratório social, espaço praticado e objeto temporal* em suas múltiplas reverberações.

A Etnografia da Duração (Rocha; Eckert, 2013a), que também fundamenta teoricamente essa dissertação, considera as narrativas e as ações dos habitantes das cidades como chaves interpretativas da vida urbana. Assim, os atores sociais se constroem enquanto personagens e narradores de suas experiências vividas na cidade, dando-nos a conhecer suas trajetórias sociais e os territórios da vida urbana em determinada localidade. Suas narrativas, compostas por memórias e produtoras de uma identidade narrativa, informam-nos sobre o “caráter temporal da experiência humana presente no mundo contemporâneo e suas representações nas práticas e saberes que os indivíduos e/ou grupos urbanos constroem em suas relações com a cidade” (*Ibid*, p. 13).

Na miríade de relações na cidade, há o espaço do mistério, do inusitado. Esse espaço pertence aos domínios do sensível, da experiência sensorial do fenômeno urbano, e qualquer tentativa de pesquisa é capaz de esvaziá-lo de sentido, como afirmou Colette Pétonnet (2008). Por isso, a cidade é vista como “lugar de todas as misturas, do movimento incessante, da circulação incontrolável dos homens e das coisas, da pluralidade” (Pétonnet, 2008, p. 100). Nela, a *observação flutuante* (*Ibid*) é uma atitude investigativa pertinente, que pressupõe um olhar em movimento, condicionado ao fluxo dos acontecimentos, e que não se fixa sobre nenhum objeto específico. Nessa perspectiva, a cidade aqui é abordada na fluidez de seus acontecimentos, na rítmica de seus eventos.

Dialogando com o campo da antropologia visual, compreendo imagem – em um sentido abrangente – como operação de pensamento que está conectada com a imaginação (Rocha; Eckert, 2015). As imagens nutrem o pensamento humano e produzem sentidos ao mundo. Nessa perspectiva, as imagens fazem brilhar lampejos do domínio da imaginação, como teorizam Ana Rocha e Cornelia Eckert: “A imagem simbólica é em si mesma ‘figura’, veículo entre coisas ‘ideias’, de significado inacessível; expressão pelo e no significante, do indizível” (*Ibid*, p. 28). Como expressão do indizível, as imagens estão incorporadas nessa dissertação como parte integrante do texto etnográfico, dando sentido à narrativa que a compõe e transmitindo informações que auxiliam na compreensão da realidade estudada e seu universo simbólico (Guran, 2000).

Já na prática etnográfica, as imagens – no sentido estrito: fotografia e desenho – foram ferramentas metodológicas para a construção de uma dinâmica investigativa participativa sobre um espaço da cidade. Nesse sentido, elas possibilitam a interação de modo crítico com o cotidiano (Copque, 2003), o despertar de um olhar mais atencioso em relação à região onde moram (Barbosa, 2016) e o emergir de mapas afetivos subterrâneos (Diógenes, 2004).

Construí essa pesquisa na articulação entre antropologia urbana e antropologia visual, cidade e imagem e reflexão e prática. Tendo a Grande Cruzeiro como universo de estudo, desenvolvi oficinas de pesquisa com jovens do Centro da Juventude Cruzeiro, no bairro Medianeira em Porto Alegre. O objetivo foi descobrir o que as narrativas visuais, construídas em práticas colaborativas, podem revelar sobre a vida urbana e sobre as experiências juvenis nas comunidades da Grande Cruzeiro. Além dessa prática, outras estratégias metodológicas foram adotadas no desenrolar do estudo, como Etnografia de Rua (Rocha; Eckert, 2013b), entrevistas com lideranças comunitárias e observações participantes.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, tornou-se inviável ir ao campo. Então, foi necessário pensar em outras abordagens etnográficas de aproximação. O primeiro passo foi a

migração da pesquisa para o ambiente virtual. Nesse período, que chamei de segunda etapa de pesquisa, o Google Maps, as plataformas de videoconferências, o Whatsapp, o Facebook e a pesquisa em acervo fotográfico foram instrumentos essenciais. A oportunidade de trabalhar nas campanhas da Central Única das Favelas (CUFA) nas comunidades durante a pandemia também me abriu novas possibilidades de pesquisa e interlocuções. Pude conhecer algumas experiências particulares de enfrentamento da pandemia e das formas como moradores/as e organizações comunitárias estavam reagindo a esse novo mundo, o que me proporcionou informações relevantes para o estudo.

Apresentarei, nessa dissertação, o percurso de uma pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2019 e 2021 e alguns dos seus resultados e minhas reflexões a partir da experiência etnográfica. No primeiro capítulo, trato do processo de construção do tema e do objeto e minhas motivações para tanto. Contextualizo, ainda, o universo de pesquisa e as problemáticas que o circundam e desenvolvo algumas reflexões sobre o lugar de pesquisadora em campo.

O capítulo 2 é dedicado à construção de uma etnografia em imagens. Trata-se de um capítulo mais visual do que textual, no qual apresento narrativas sobre as formas e os modos de viver na/da Grande Cruzeiro de hoje. O capítulo 3 também tem como temática esta região da cidade, mas, desta vez, ela é abordada pela perspectiva de suas memórias. Nas narrativas temporais que se constroem a partir do imaginário de seus habitantes, ganha destaque o caráter popular da formação histórica desse espaço urbano. Trato, também, das lutas sociais da atualidade e das desigualdades que tomam forma nesse espaço em constante transformação.

No capítulo 4, relato o trabalho de campo realizado com jovens do Centro da Juventude Cruzeiro entre janeiro e março de 2020. Descrevo os passos de construção da metodologia e as vicissitudes de sua aplicação. Na sequência, no capítulo 5 estão incluídas reflexões elaboradas a partir da prática das oficinas com imagens. Nele, discuto os rendimentos dessa escolha metodológica para a produção do conhecimento antropológico e as suas limitações.

No capítulo que fecha a dissertação, falo sobre as formas que a pandemia adquiriu nas vidas de jovens e de outros/as moradores/as das comunidades da Grande Cruzeiro, sobre táticas populares de enfrentamento da pandemia e sobre alguns dos desafios de realização da pesquisa remotamente.

Por fim, gostaria de fazer algumas considerações sobre o contexto ecológico, social e político em que estamos vivendo. Essa pesquisa foi desenvolvida em um cenário sombrio para as humanidades diante da desvalorização da ciência no país. Há mais de um ano, acompanhamos diariamente as trágicas e fatais consequências da desvalorização da ciência e da vida. Mais de meio milhão de brasileiros/as perderam suas vidas devido a discursos e atos

políticos anticientíficos de um governo inescrupuloso que prefere o lucro ao bem-estar social. Por isso, considero que fazer antropologia nesse contexto é um ato de resistência. É também um ato em defesa da vida e de todas as suas manifestações culturais. Fora Bolsonaro!

1 ARTES DE PESQUISAR

1.1 A INVENÇÃO DA PAISAGEM

Dado o estado necessariamente fragmentário desta pesquisa, parece útil apresentar uma vista de conjunto dela, uma espécie de prospecto. Esta paisagem, vista do alto, oferece apenas a miniatura de um quebra-cabeça onde ainda faltam muitas peças. (Certeau, 2012, p. 38).

A cientificidade de um discurso somente é reconhecida quando são explícitas as condições, as regras e as relações que a tornaram possível (Certeau, 2012). Portanto, apresento o processo de construção dessa pesquisa. A paisagem é entendida aqui sob a perspectiva simmeliana, ou seja, como um aglutinado de elementos e relações em que pulsam a vida e o sentimento. Essa paisagem tem uma disposição psicológica inata, na qual a alma é o que conecta todos os seus elementos, fazendo dela uma “produção espiritual” (Simmel, 2009). Nesse bojo, descrevo a rede de experiências, histórias, lugares, pessoas, leituras, coisas, diálogos, emoções e conflitos que constroem a paisagem dessa investigação.

Essa dissertação resulta de uma trajetória que começou em 2017 na graduação em Ciências Sociais, mais especificamente, na disciplina de Antropologia Urbana, na qual tive a sorte de conhecer a professora Cornelia, minha inspiração para o estudo das cidades. Após o término da disciplina, eu a procurei e fui convidada por ela para participar do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual). Daí em diante, a Chica, como é conhecida entre colegas e alunos, tornou-se minha orientadora.

No Navisual, núcleo formador de antropólogos/as visuais, eu tive importantes experiências com a aprendizagem no trabalho coletivo. Participei de oficinas de produção de imagens, como a “Cartas aos Narradores Urbanos” (Rocha *et al.*, 2018), “Paisagens do Litoral Norte”, “Casa dos Leões” (Barbosa, 2020) e “Etnografias do Confinamento” (Ribeiro *et al.*, 2020). Nessas ocasiões, fui aprendendo como estudos urbanos e visuais estão interligados. A aprendizagem foi posta em prática na realização do meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais, no qual desenvolvi uma etnografia no Viaduto do Brooklyn, na região central de Porto Alegre. Busquei compreender as formas de apropriação de um espaço onde se reuniam grupos juvenis para eventos culturais e aglomerações boêmias, ou *arruaças* (Sevaio, 2021). Nessa experiência de pesquisa, como estava enredada entre *arruaças* e *galeras* (Diógenes, 2006), meu interesse antropológico se voltou para as expressões das culturas juvenis.

Ao desenvolver meu TCC, vi surgir o tema de pesquisa que me levou ao mestrado em Antropologia Social. No último ano da graduação, eu estava realizando estágio no Centro da Juventude Cruzeiro, um projeto social gerido pela Central Única das Favelas (CUFA), localizado entre o Centro e a Zona Sul de Porto Alegre. Deslocava-me diariamente entre dois universos juvenis: o universitário, do qual faço parte, e o de um projeto social na periferia da cidade, que passou a fazer parte do meu cotidiano. Nesses contextos, pude observar os diferentes campos de possibilidades (Velho, 1994) que vão se constituindo em torno das diferentes experiências de juventude. Desse vaivém concreto e reflexivo entre classes sociais e territórios urbanos, surgiu a motivação para expandir meus conhecimentos sobre a cidade e sobre políticas públicas para juventudes. Assim, na confluência entre os campos temáticos das cidades, suas formas de apropriação e suas desigualdades socioespaciais, começavam a se desenhar os contornos dessa pesquisa de mestrado.

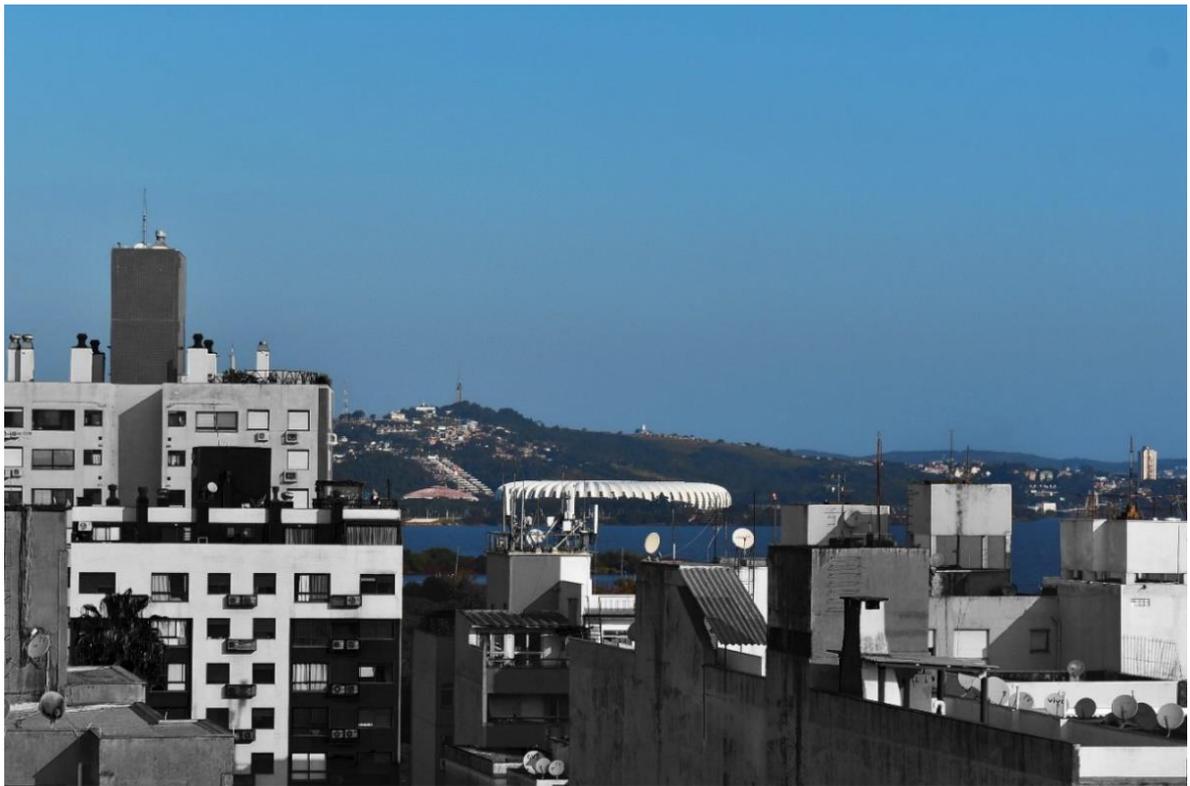


Fig. 1: Morro Santa Tereza visto a partir do Centro Histórico. Fotografia da autora, jun/2021.

A Antropologia Visual foi o amálgama entre meus campos de interesse na pesquisa de mestrado: juventudes, urbano e imagens. Com isso, meus passos iniciais para a compreensão do cenário das políticas para a juventude na cidade me levaram, em 2019, à realização de campos exploratórios em instituições gestoras de políticas para juventudes e a alguns projetos

sociais. Estava interessada em conhecer a estrutura e os equipamentos públicos das Políticas Públicas para Juventude na cidade. Acompanhada pelo coordenador municipal da Coordenadoria da Juventude¹, Filipe Tisbierk, conheci o Centro de Referência da Juventude, no bairro Bom Jesus, e participei do Encontro de Gestores do RS do Fórum das Juventudes e do Seminário de Atenção à Saúde Mental das Adolescências e das Juventudes, organizado pela Coordenadoria da Juventude. No primeiro ano de mestrado, realizei visitas, entrevistas e observações participantes nos Centros da Juventude Alvorada, no Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro e em um coletivo do ProJovem, na Grande Cruzeiro. Considero esses movimentos iniciais do trabalho de campo, no primeiro ano da pós-graduação, como experiências preliminares e campos exploratórios para a construção de estratégias de inserção.

Adiante, com objetivos mais concretos e buscando compreender a relação entre os olhares dos sujeitos urbanos – *praticantes ordinários da cidade* (Certeau, 2012) – e as formas da cidade que habitam, passei para outra etapa do processo investigativo. Esta previa vivenciar momentos com jovens e perceber os modos como tais atores sociais pensavam o meio urbano e as maneiras como construía suas trajetórias nesses contextos. A estratégia metodológica escolhida foi propor a realização de uma oficina de pesquisa com jovens, uma prática embasada na educação social e nas experiências coletivas do Navisual.

Na oficina, por meio de dinâmicas criativas com imagens, os/as jovens seriam incentivados/as a construir narrativas sobre o local onde vivem. O incentivo para os atos criativos de desenhar, narrar, fotografar, localizar ou gravar teriam como objetivo trazer os sujeitos para dentro do processo de investigação, situando-os como interlocutores ativos na produção do conhecimento sobre suas realidades. Nessa proposta, o uso de diferentes formas expressivas levaria à construção de relatos espaciais singulares, à invenção de espaços² da/cidade sob diferentes perspectivas. Pode-se dizer, então, que a escolha do método visual participativo foi uma estratégia para envolver ativamente os/as participantes no processo de pesquisa (Meirinho, 2013, p. 139).

O primeiro passo foi conhecer projetos sociais e identificar aqueles que estivessem abertos para receber uma proposta de atividade como essa. Como já tinha a experiência do CJ

¹ Na gestão municipal de 2017-2020, a Coordenadoria da Juventude era filiada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE). Na gestão atual (2021-2024), o departamento municipal de políticas para juventude ganhou mais autonomia ao se tornar a Secretaria Municipal da Juventude.

² *Espaço* é entendido segundo a perspectiva de Certeau, em oposição a *lugar*. O espaço existe na relação entre sujeito e mundo e a percepção do sujeito sobre a existência dessa relação. Baseado em Merleau-Ponty, Certeau (2012) afirma que a perspectiva sobre o espaço é determinada por uma “‘fenomenologia’ do existir no mundo” (*Ibid*, p. 202), pois “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas” (Merleau-Ponty, 1976 *apud* Certeau, 2012, p. 202).

Cruzeiro, escolhi realizar a etnografia no Centro da Juventude Alvorada, onde já conhecia a coordenadora e fora bem acolhida pelos jovens de uma oficina de cidadania da qual tive a oportunidade de participar. Essa primeira tentativa, no entanto, não se concretizou. Não foi possível desenvolver o projeto naquele espaço, pois a entidade estava passando por um período tumultuado de mudanças no espaço físico e de encerramento de ciclo de trabalho. Então, a coordenadora, honestamente, informou que não poderia me dar o suporte necessário naquele momento para a oficina.

O campo, desta forma, confluíu para o CJ Cruzeiro, ao final de 2019, quando fui convidada para participar de uma pesquisa de campo na Grande Cruzeiro, realizada pela CUFA. A pesquisa tinha como tema os sonhos e as expectativas da população favelada para 2020. Junto com uma equipe, a tarefa era ir à casa das pessoas, de porta em porta, e aplicar um questionário. Foram três dias intensos de trabalho que me permitiram conhecer meandros da Grande Cruzeiro e interagir com muitos/as de seus/suas moradores/as. Usávamos coletes da CUFA e estávamos sempre acompanhados/as por uma liderança social que conhecia os contextos aonde queríamos chegar. Isso nos dava respaldo para poder transitar tranquilamente pelos becos e pelas vielas, que não são de fácil acesso. Muitas pessoas nos convidavam a entrar em suas casas na hora de responder o questionário. Com isso, o papo se estendia, permitindo conhecer também aspectos mais íntimos da vida dos/as moradores/as.

Na oportunidade da pesquisa, comuniquei para os/as coordenadores/as meu interesse em desenvolver oficinas para a pesquisa de mestrado, e a proposta foi acolhida por eles/as. Pude contar com o apoio da Organização³ – que disponibilizou espaço, material didático e três câmeras fotográficas. Pude contar, também, com a parceria do educador das oficinas de fotografia, Cristian Pelige, pois o projeto foi uma atividade integrada às aulas de fotografia. Gabriel Sager, bolsista de iniciação científica do Navisual, participou dos encontros e captou imagens do processo.

Para viabilizar a oficina, foi necessário desenvolver um programa contendo a descrição das atividades e os objetivos de cada encontro, além de apresentar para os/as coordenadores/as do CJ, em uma reunião, os detalhes sobre a realização da oficina⁴. A partir daí, meu desafio foi propor aos/as jovens o engajamento na atividade. Já para eles/as, a provocação lançada foi a de observar e escutar o próprio lugar e imaginar os territórios da Grande Cruzeiro.

³ Por Organização se compreende a forma reduzida da Organização da Sociedade Civil (OSC), que administra o CJ.

⁴ Essa experiência é apresentada mais detalhadamente no capítulo 4.

Optei por essa metodologia ao perceber a fragilidade de outras mais usuais nas pesquisas com jovens, sobretudo com adolescentes, algo que Glória Diógenes (2004) observou em Fortaleza. A minha experiência de realizar uma pesquisa interna com entrevistas para entender qual o perfil dos/as jovens do CJ mostrou que o emprego de entrevistas semiestruturadas nem sempre é a melhor metodologia para “fazer falar”. Por isso, essa investigação é, também, a tentativa de explorar possibilidades metodológicas para qualificar dados e informações sobre as realidades juvenis. Fui igualmente motivada pela participação do Navisual e de experiências com educação social a partir do curso de extensão “Educação Social nos Trilhos das Adolescências e Juventudes”, do qual participei em 2018, na Faculdade de Educação da UFRGS. Nessas oportunidades, aprendi, observei e realizei algumas dinâmicas lúdicas de produção de conhecimento com jovens que me inspiraram.

Em uma oficina que realizei em 2018, propus a construção de um mapa colaborativo da Grande Cruzeiro. O debate inicial levou à materialização dos conhecimentos dos/as jovens sobre a região em um grande mapa impresso, no qual foram localizados e comentados pelos/as jovens os locais de moradia, os espaços favoritos, os espaços de que não gostam e equipamentos de saúde, assistência e educação. Outra referência importante foi uma oficina de construção de colagens a partir de recortes de revistas com base na temática “o que é ser jovem”. Essa atividade deu origem a uma *zine*⁵ intitulada pelos/as jovens de “Favela pede Paz”. Ambas as experiências geraram produtivos debates e materiais ricos na diversidade de formas e conteúdos expressivos, demonstrando maneiras de significar a juventude, os lugares de moradia e pertencimentos identitários. Apresento, a seguir, algumas das colagens produzidas nessa oficina, material que evidencia alguns aspectos do perfil sociocultural dos/as jovens que participam do CJ Cruzeiro.

⁵ Revista artesanal produzida com colagens.



Fig. 2: Colagem das páginas da zine. Fonte: Acervo pessoal

Os produtos dessa prática apresentam valiosos elementos para reflexão antropológica sobre a realidade social e o contexto cultural dos/as participantes. Com base nisso, decidi me aprofundar nos estudos sobre práticas de pesquisas participativas que conectam educação social e antropologia visual, contribuindo para a construção de saberes sobre sujeitos, culturas e ambientes. O resultado foi a criação dessa dinâmica investigativa, que busca conciliar o fazer acadêmico com uma prática de intervenção em campo. Do emaranhado de inspirações, curiosidades, práticas e pulsões que procurei expressar aqui, formou-se, finalmente, o campo temático dessa pesquisa: a Antropologia Visual e as metodologias colaborativas para a construção de conhecimento etnográfico com jovens sobre espaços urbanos.

1.2 CONTORNOS DO CAMPO

Os Centros da Juventude (CJ) são equipamentos públicos para atendimento de jovens de 15 a 24 anos. Eles fazem parte de uma política estadual de redução da violência urbana e efetivação de direitos das juventudes, o Programa de Oportunidades e Direitos (POD). Esse programa visa à prevenção da violência por meio de melhorias na efetividade policial, na precaução ao reingresso na FASE e no desenvolvimento de uma cultura cidadã entre jovens de periferia. Em Porto Alegre, há quatro CJs, além de outros dois na Região Metropolitana, todos localizados em regiões com os mais altos índices de mortalidade juvenil.

A publicação do Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (Melchionna; Becker, 2015)⁶ permite visualizar os índices relacionados à violência especificamente na região Cruzeiro, em Porto Alegre. Esta tem o Índice de Gini mais alto da cidade (0,59)⁷, isto é, apresenta a maior desigualdade de renda. Nos registros da Guarda Municipal, a região Cruzeiro registrou o maior número de ocorrências, seguida da Restinga e da Zona Leste e, com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde, 13,3% do total de notificações de violência são de Glória, Cruzeiro, Cristal (*Ibid*)⁸.

Não é novidade que a população mais atingida pela violência letal não é arbitrária. Melchionna e Becker (2015) mostraram que, na região Cruzeiro, o percentual de mortes por homicídio de jovens negros, do sexo masculino e na faixa etária de 15 a 29 anos supera 80% do total de mortes. Em cenários sociais como esse, grande parte dos homicídios por armas de fogo no país é perpetrada por policiais militares (Soares, 2019). Isso evidencia a necessidade de proteção e geração de oportunidades aos jovens e uma reestruturação das instituições militares de segurança. Com base nisso, o POD é uma política de cidadania e uma política de segurança, envolvendo em sua gestão tanto a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), quanto a Secretaria de Segurança Pública Estadual (SSP). O projeto visa, de um lado, gerar oportunidades para jovens, mediar conflitos com práticas de Justiça Restaurativa e oferecer atividades culturais e esportivas. De outro, busca capacitar profissionais para o desenvolvimento de uma política de segurança com cidadania.

Cada CJ é gerido por uma ONG, o que faz com que cada um tenha perfis estético e ideológico diferentes. Na Cruzeiro, o CJ é administrado pela CUFA, organização que atua em

⁶ Os dados analisados são referentes ao ano de 2014.

⁷ O índice varia entre de 0 a 1, sendo que os valores mais próximos a zero indicam menor desigualdade de renda.

⁸ Para fins comparativos, o valor mais alto foi registrado na região Norte/Eixo Baltazar, com 18,7%. A região em que se insere a Cruzeiro foi a quarta da cidade com maior número casos de violência registrados pela Secretaria Municipal de Saúde.

diversos Estados brasileiros desde 1998. No Rio Grande do Sul, a CUFA começou a construir suas bases em 2005, no Morro Santa Tereza – situado na Grande Cruzeiro. Em meados de 2009, a CUFA desenvolvia atividades de prevenção ao uso de drogas e torneios de basquete de rua no viaduto Imperatriz Leopoldina, na região central da cidade. Sua atuação sempre teve como foco principal o empoderamento da população das favelas, sobretudo das juventudes.

O CJ Cruzeiro é um espaço de educação, socialização e criação de vínculos entre jovens moradores/as dos bairros Santa Tereza, Medianeira e imediações. Abriu suas portas para a comunidade em outubro de 2017, atendendo e capacitando mais de mil jovens por ano. As atividades oferecidas são cursos profissionalizantes de curta duração nos ramos de estética e embelezamento e da culinária; e atividades esportivas e oficinas complementares para desenvolvimento de cidadania, pensamento crítico e orientações para o mercado de trabalho. A cada ciclo de cursos profissionalizantes – que duram, no máximo, três meses –, os rostos se renovam, e o CJ se colore com os tons e as particularidades de cada nova turma que se inicia. Os integrantes que se sentem mais preparados saem em busca de emprego; os demais permanecem, realizando atividades complementares. Para muitos/as jovens, o Centro da Juventude é um espaço importante de acolhimento e fortalecimento de vínculos denominado por alguns como “Família CJ”.

Para dar conta disso tudo, há uma equipe técnica formada por uma coordenadora geral, um/a assistente social e um/a pedagogo/a. Essas pessoas são responsáveis por toda a gestão do espaço, organizando as rotinas, orientando educadores/as e oficineiros/as e produzindo relatórios. Há, também, os/as educadores/as, estagiárias e duas funcionárias incumbidas da alimentação e da limpeza do espaço.

O CJ fica em uma casa de estilo comercial com dois andares com fachada revestida de azulejos beges e tem janelas protegidas por grades verdes, imóvel onde, anteriormente, era um residencial geriátrico. A casa, antes da pandemia, era frequentada diariamente por cerca de 150 jovens. Há salas amplas, sendo duas específicas para cursos profissionalizantes de barbearia e culinária. Foi realizado um grande investimento na estrutura material do espaço. Há duas salas para os cursos profissionalizantes de culinária e barbearia, equipadas com materiais profissionais de alta qualidade para a realização das práticas educativas.

No primeiro andar, fica a sala da recepção e inscrições, a sala da barbearia, o pátio, banheiros e a sala de espelhos, onde acontecem oficinas de teatro, dança e outras mais. No segundo andar, existe um grande saguão com computadores, uma sala de atividades diversas, a sala da coordenação e a cozinha/sala de aula do curso de culinária. Todas as paredes foram

pintadas com *graffiti* feitos por Rafaela Loss⁹ e Cristian Pelige, com palavras motivacionais e indagações reflexivas, como “O que te representa?”, “Quem é você?”.

Para entender mais sobre a organização institucional do POD, política pública onde se inserem os Centros da Juventude, fui à SJCDH, localizada no Centro Administrativo Fernando Ferrari. Entrevistei o diretor do departamento de políticas para a juventude do Estado, Álvaro Lotterman e dois consultores do programa, Rafael dos Santos e Lucas. Eles explicaram que o projeto do POD foi inspirado no modelo colombiano de redução da violência urbana. Em Medellín, foram desenvolvidos os *Parques Biblioteca* em diferentes regiões da cidade, que seriam equivalentes aos CJs. Os Parques Biblioteca são edificações públicas que oferecem às comunidades cursos, oficinas, atividades culturais e estruturas tecnológicas de livre acesso para aprendizagem e socialização.

Em Medellín, as bibliotecas parque existem desde 2009. Diante dos problemas com a violência urbana e a desigualdade social no início dos anos 2000, a prefeitura elaborou um plano de desenvolvimento alicerçando a rede de bibliotecas. A estratégia posta em curso foi “dotar a cidade com espaços de qualidade providos de funções culturais, recreativas, educativas, de treinamento, além de dar suporte às comunidades carentes da cidade” (Hübner; Pimenta, 2000, p. 24).



Fig. 3: Parque Biblioteca Fernando Botero.
Fonte: ArchDaily. www.archdaily.com.br

No Brasil, o Rio de Janeiro também inaugurou bibliotecas parque. A partir de 2010, foram construídas cinco, localizadas em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alta incidência de violência. A ausência de um plano de sustentabilidade levou ao fechamento ou mudança de gestão de algumas das bibliotecas. A instabilidade do projeto, no Brasil, se deu, em parte, por ser financiado somente pelo Estado, diferentemente do modelo

colombiano, como têm demonstrado pesquisas recentes (Hübner; Pimenta, 2000).

⁹ Em 2018, o Navisual realizou uma oficina de formação em Antropologia Visual, coordenada por Cornelia Eckert. A oficina resultou em uma produção audiovisual coletiva que tem Gabriela Loss como uma das personagens principais. O filme se chama “Loss e Renan: Etnobiografias de Artistas Urbanos” e pode ser encontrado em: https://www.ufrgs.br/navisual/?page_id=225.

Estudos têm mostrado os resultados positivos dos Parques Biblioteca. Rafael, que atua no movimento *hip-hop*, conheceu a Comuna 13, uma das comunidades onde foi construído um Parque Biblioteca. Segundo ele, a Colômbia “é um berço de transformação social através da cultura da paz, através de culturas populares” e, por isso, é um exemplo para outros países no combate ao tráfico de drogas.

Há cinco Parques Biblioteca em Medellín, cada um com *design* próprio e excêntrico, que destoa do padrão da arquitetura popular dos locais onde foram instalados. Isso tem um propósito dentro da política pública, que se baseia por um “paradigma de intervenção urbana” (Gadea, 2015). A ideia é que as edificações dos centros culturais sejam visualmente atrativas, contribuam para a construção de novas paisagens e ofereçam novas referências estéticas para a população. Nessa experiência, as forças da segurança pública e do urbanismo social andaram lado a lado, demonstrando que a reestruturação urbana é parte indissociável da transformação social.

Seguindo o modelo dos Parques Biblioteca, no Rio Grande do Sul, está prevista a entrega de cinco grandes edifícios para os CJs. Estes já estão em construção, com alto investimento em tecnologia, diversas salas de aula, academia de ginástica e outras instalações. Assim como os Parques Biblioteca, os prédios dos CJs se destacam visualmente na paisagem arquitetônica dos bairros em que se inserem. São edifícios robustos, de estilo inovador, revestidos com grandes placas verdes metálicas que chamam atenção e despertam curiosidade. A apresentação das edificações oferece novos códigos estéticos para pensar a visualidade das comunidades, reinventando as disposições urbanas locais e a relação da população com projetos de desenvolvimento urbano.

O CJ é o local de onde partem as reflexões iniciais para a realização dessa pesquisa e onde desenvolvi parte significativa do trabalho de campo. Conhecer melhor a região da cidade em que o centro está inserido foi essencial para me situar no espaço referido e para a construção das interlocuções. Para isso, perambulações pela Grande Cruzeiro foram necessárias. Nesses exercícios, contei com duas técnicas sociais, que me permitiram acompanhá-las suas rotinas de trabalho, fazendo-me conhecer melhor o território¹⁰¹¹. Refiro-me a Daniela Bianchi, técnica

¹⁰ A definição de território, nesse contexto, diz respeito às áreas de atuação de serviços de saúde e assistência social no município. A territorialização dos serviços de saúde em Porto Alegre é a referência para a distribuição espacial dos serviços de saúde, assistência social e vigilância sanitária. Como essa pesquisa dialoga com o campo das políticas públicas, estou utilizando “território” de acordo com a regionalização das áreas de gestão das políticas públicas em Porto Alegre.

¹¹ A interlocução com ONGs, entidades assistenciais, da saúde ou agentes comunitários é uma estratégia muito usada por antropólogos/as para inserção no campo em áreas de vulnerabilidades que, via de regra, têm regras e códigos de interação nas territorialidades que podem não ser facilmente identificados.

social do programa Ação Rua¹² e colega de mestrado; e a Ana Castro, agente comunitária de saúde da Unidade de Saúde Tronco, que conheci através de Daniela. Ambas trabalham realizando abordagens sociais nas ruas e nas casas de usuários dos serviços de saúde e assistência social e, por isso, conhecem muito bem o território, sua população e a rede de serviços e profissionais no campo social. Por meio delas tive a oportunidade de conhecer diversos equipamentos públicos que prestam serviços sociais à população do território da Cruzeiro, entre os quais Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviços de Atendimento Socioeducativo (SASE), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS Cruzeiro), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS Cruzeiro), Escolas, Postos de Saúde e um coletivo do ProJovem, entre outros.

O mapa a seguir mostra alguns equipamentos, algumas instituições e outros lugares que considero importantes – e que serão citados nessa dissertação – para compreensão do contexto urbano, social e histórico da Grande Cruzeiro.

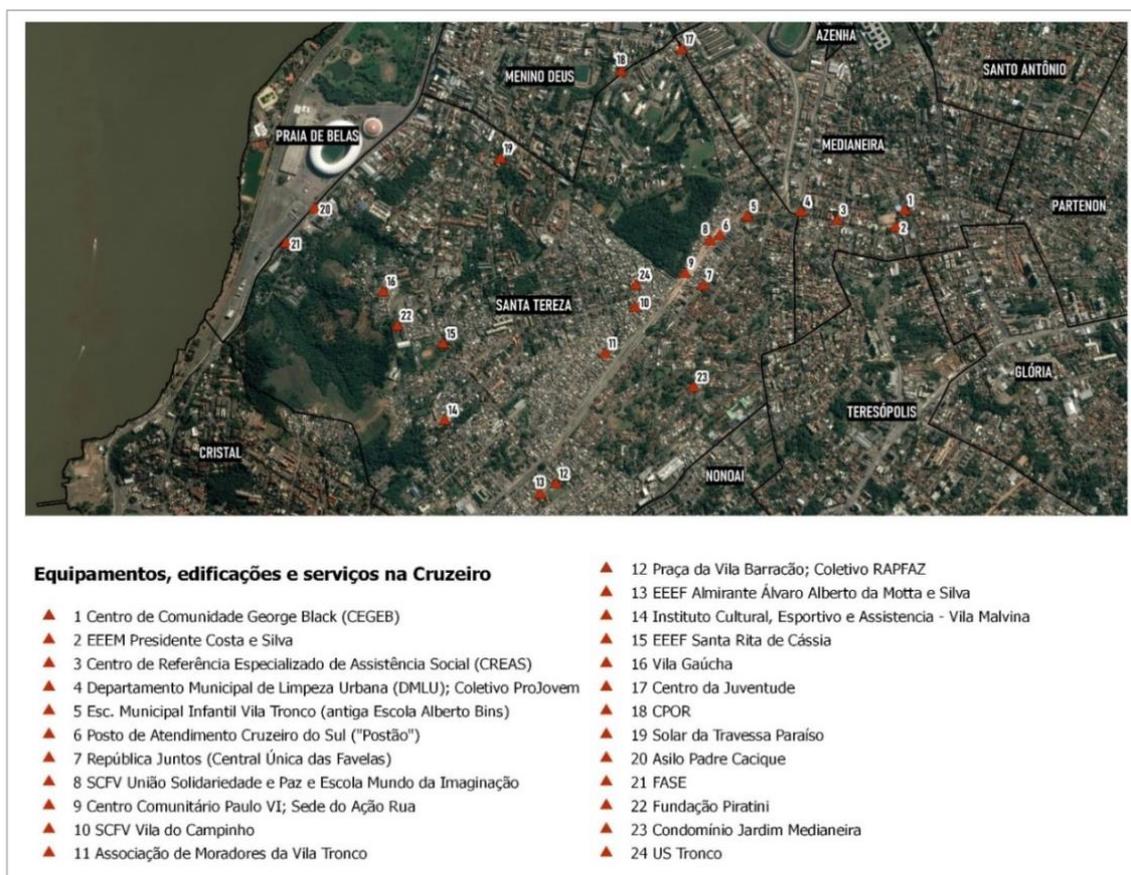


Fig. 4: Mapa da rede de serviços, lugares e instituições na Grande Cruzeiro. Elaborado pela autora.

¹² Serviço municipal de abordagem social para proteção à infância e adolescência em situação de rua, criado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Que jovens são usuários/as desses serviços? Na perspectiva de Daniela, que atua com jovens em situação de rua, os/as atendidos/as são aqueles/as que estão fazendo algum tipo de trabalho como mendicância, catação ou vendendo algum produto, em seus termos. Alguns são envolvidos com o tráfico de drogas, mas a maioria é formada por adolescentes com escolaridade baixa que acaba trabalhando nas ruas. Grande parte está formalmente matriculada na escola, mas não significa que a esteja frequentando, contou Daniela. Nesse grupo, a distorção idade-série é grande, tendo adolescentes de 16 anos cursando a quarta série¹³, dificultando o encaminhamento para a Política de Aprendizagem Profissional, que só recebe adolescentes com escolaridade a partir da sexta série.

Sobre o perfil dos/as jovens atendidos, a perspectiva de outros/as profissionais que também trabalham com juventudes na Cruzeiro segue a mesma linha. Uiliam¹⁴, coordenador do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) na Cruzeiro, que atende a jovens de 15 a 17 anos, afirmou que o público contemplado pelo programa é formado por pessoas em situações de vulnerabilidades gravíssimas.

Como os equipamentos em questão são destinados ao atendimento de jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, o público assistido pelo Centro da Juventude é semelhante. No entanto, há uma particularidade: a faixa etária. O CJ é o único serviço da região que recebe pessoas de até 24 anos. De acordo com Felipe, um dos coordenadores, a maioria dos/as jovens é encaminhada pelos pais para que não entre para o tráfico ou não fique nas ruas. Parte desses jovens também procura o serviço, pois há alimentação para os participantes, que, devido às condições de vulnerabilidade social, muitas vezes não têm disponibilidade de subsistência adequada em casa.

Em suma, de acordo com um dos coordenadores, a maioria dos que frequentam o CJ é do sexo masculino, está na faixa de 15 a 18 anos, tem baixa escolaridade e estuda no ensino formal, pois esse é um dos requisitos para fazer a inscrição. Os que não estão estudando e têm mais de 18 anos são encaminhados para as oficinas de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), oferecidas no CJ. As motivações para inscrição são atividades nas horas vagas, socialização ou busca por oportunidades. Além desses, há também jovens encaminhados pela FASE para a prestação de medidas socioeducativas, mas em menor número.

¹³ A idade esperada para essa série no sistema educacional brasileiro é de 11 ou 12 anos.

¹⁴ Conheci Uiliam em uma visita ao Centro de Comunidade George Black (CEGEB), onde se localizam o CRAS Glória e um dos coletivos do ProJovem. Ele me apresentou o funcionamento do programa e me convidou para acompanhar uma oficina sobre direitos e identidades, realizada pela assistente social Priscila.

Vale a pena realizar um sobrevoo, no próximo tópico, pelo percurso de consolidação dos direitos de adolescentes e jovens no Brasil para tentar responder as seguintes questões: por que existem equipamentos públicos como o CJ? Por que eles são destinados aos jovens de periferia, e não a outros? Por que estão localizados em regiões onde os dados sobre violência e criminalidade são contundentes?

1.3 DA MARGINALIDADE À CIDADANIA

Delinquência juvenil era um dos principais temas de investigação das sociedades urbanas no início do século XX, especialmente para o tradicional centro de estudos e práticas de pesquisa urbanas, a chamada Escola de Chicago (Becker, 1996). Neste período, marcado por intensas ondas migratórias e transformações sociais, os pequenos delitos praticados pelos filhos de imigrantes se tornaram um problema para a população das cidades que os recebiam, colocando a criminalidade no centro dos debates públicos.

No paradigma da Ecologia Urbana (Park, 1999b), a violência é considerada um problema endógeno a cidade. É verdade que a criminalidade e a violência aumentaram com a urbanização. No entanto, não se pode afirmar que a cidade *causa* violência, como afirmou Park. Em objeção a esse argumento, Gilberto Velho afirma que “não existe, propriamente, violência urbana” (Velho, 1981, p. 148). Para ele, a relação entre cidade e violência está no fato de a cidade ser o lugar onde a violência se manifesta com maior intensidade. Isso faz da cidade um lugar privilegiado para o estudo da violência. Em consonância com esse argumento, Ruben Oliven sugere a pertinente troca conceitual de *violências urbanas* para *violências na cidade* (1982, p. 26).

É comum ouvir que a violência é um fenômeno da década de 1980 no Brasil. Oliven (1982) diz que, na verdade, o que aconteceu nesse momento histórico foi o aumento da visibilidade da violência na cidade, tornando-se uma questão nacional. Segundo o autor, diante da situação econômica desfavorável da época, o que estava acontecendo era uma “dramatização da violência, através da qual se constrói uma imagem maniqueísta da sociedade: existiriam os ‘homens de bem’ e os ‘homens de mal’” (*Ibid*, p. 25). Seguindo a linha de seu raciocínio, a partir dessa narrativa, nasce o novo bode expiatório da classe média: “o marginal”, o ator da delinquência juvenil. O jovem da periferia, assim, é posto no lugar do desvio, da contravenção

e do comportamento violento. Portanto, o que se pode concluir é que a ligação entre jovens de periferia e criminalidade não é somente estrutural, mas, sobretudo, narrativa¹⁵.

De acordo com Luiz Eduardo Soares (2019), três fatores *podem levar o/a jovem ao mundo do crime*. O primeiro é a anulação do direito à adolescência, momento na vida em que acontecem partes importantes da construção individual e social do sujeito. Muitos/as jovens acabam saltando da infância diretamente para o mundo do trabalho, virando pais e mães ou ficam responsáveis pelos cuidados do lar e da família. O segundo são as violências estruturais, como pobreza, baixa escolaridade, dificuldade de conseguir emprego, insegurança, baixa autoestima, violência doméstica etc. O terceiro é a força da invisibilidade do/a jovem nas ruas e a negação de sua existência, produzidas pelo preconceito e pela indiferença.

A criminalidade entre jovens de baixa renda é uma questão complexa que não se resume ao debate sobre pobreza, violência e segurança pública. Outros elementos devem estar em jogo na formulação de políticas públicas para a categoria, como a subjetividade, o reconhecimento de si e do outro e os pertencimentos raciais (Gomes, 2004). É partindo dessa problemática que a luta pelo o reconhecimento político dos/as jovens como cidadãos e cidadãs foi se construindo.

O reconhecimento dos direitos específicos das juventudes no Brasil é bastante recente, e o atual cenário onde se enquadram as políticas públicas para juventude (PPJs) decorre de uma série de disputas e transformações ideológicas nos discursos sobre infância, adolescência e juventude. Essa constatação está elucidada no estudo de Patrice Schuch (2009) sobre os impactos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 sob as práticas institucionais de intervenção sobre as vidas de crianças e jovens no país. A autora investigou processos sociais e históricos que criam condições para as mudanças institucionais e identificou uma trajetória de transformações históricas antes da criação do ECA, que começaram desde um modelo de intervenção no final do século XIX baseado em concepções higiênico-sanitaristas da vida coletiva.

Nos últimos 30 anos, desde a formulação do ECA, as estatísticas mostram que os avanços na proteção desse grupo foram notáveis: houve redução nas taxas de mortalidade infantil, a universalização do acesso à educação obrigatória garantiu resultados positivos nos indicadores de educação e o trabalho infantil foi reduzido significativamente (IPEA, 2020, p.

¹⁵ Teresa Caldeira (2000) demonstrou como essas narrativas que amarram criminalidade junto com violência agem na construção de formas de segregação urbana. As “falas do crime”, como ela chama tais narrativas, modelaram a opinião pública e criaram fundamentos para o policiamento das fronteiras sociais. Assim, os imaginários sedimentam a matéria de que são construídos os muros, reais e imaginados, entre o “morro” e o “asfalto”. Criam a impressão de manterem seguras as fronteiras sociais entre as diferentes classes e raças, ao relegar aos pobres e negros o lugar da violência e do perigo.

31). O ECA, somado ao Estatuto do Desarmamento (ED), contribuiu para a redução dos homicídios entre adolescentes e crianças. Para dar uma ideia, o Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2020, p. 33), informa que, antes do ECA, os homicídios de crianças e de adolescentes por armas de fogo aumentavam uma média de 9,4% ao ano. Da formulação do estatuto até 2003 – quando foi criado o ED –, o índice passou para 7,9% ao ano (entre 1991 e 2003). Após 2003, a combinação das duas legislações fez com que o índice fosse reduzido para 1,9% ao ano.

Diferente do ECA, pelo fato de as políticas de cidadania para jovens serem relativamente recentes, não é possível afirmar com precisão seus efeitos na redução do número de homicídios. Mas as últimas edições anuais do Atlas da Violência vêm mostrando melhorias significativas nesse quadro.

Desde 1990 crianças e adolescentes têm seus direitos reconhecidos oficialmente, no entanto são assegurados seus direitos até o limite etário de 18 anos. A importância do ECA foi amplamente reconhecida na esfera pública, porém, era preciso pensar nos jovens, sobretudo nos pertencentes aos segmentos de maior vulnerabilidade (Brasil, 2014). A juventude começa a integrar a agenda pública a partir dos anos 2000¹⁶ devido a uma “dinâmica demográfica brasileira durante as décadas de 1970 e 1980, chamada de ‘onda jovem’, e do aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970” (*Ibid*, p. 113).

Como pauta oficial na política institucional, os caminhos dos direitos da juventude começam, oficialmente, em 2003, quando foi criado o “Projeto Juventude”. Dele surgiu a primeira formulação de proposta de Política Nacional de Juventude. No mesmo ano, criou-se a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT). Os movimentos reivindicatórios pediam pela formulação de um espaço institucional de juventude dentro do governo. Reagindo às demandas, foram criados, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), beneficiando, inicialmente, pessoas de 15 a 29 anos. A proposta do Estatuto da Juventude foi feita em 2004 e teve a versão relatada pela deputada Manuela D’Avila (PCdoB), sendo aprovada em 2011 pela Câmara Federal. Em 2013, foi aprovada pelo Senado e se transformou na Lei Federal nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.

A partir da promulgação do Estatuto da Juventude, jovens de 15 a 29 anos passaram a ser reconhecidos como cidadãos e inúmeros projetos e programas voltados para a juventude foram criados, buscando reconhecer suas trajetórias, estudos, relações de trabalho e participação social como exercícios de sua cidadania. Enquanto lei, o Estatuto da Juventude é uma política

¹⁶ “É somente no ano de 2010 que temos o termo ‘juventude’ incorporado expressamente na Constituição Federal” (Koerich, 2018, p. 62).

pública que “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (BRASIL, 2013a). Ele estabelece que agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem promover e fiscalizar ações e projetos que operem conforme o Estatuto da Juventude.

É nesse contexto histórico e político das políticas no Brasil que surgem os Centros da Juventude. O Programa de Oportunidades e Direitos, no qual estão os Centros da Juventude, é caudatário de outra política estadual anterior, a “RS Seguro”, a partir da qual surgiram os “Territórios de Paz”, alguns dos quais são bases dos CJ, como o Santa Tereza.

1.4 REFLEXIVIDADES

A reflexão sobre a parcialidade de nossas perspectivas e discursos é um elemento distintivo da antropologia contemporânea em relação à antropologia clássica e em relação a outras áreas do conhecimento. A reflexividade, propriedade do trabalho antropológico, é construída a partir da ideia que a interpretação do Outro (Geertz, 1989) não está separada de uma interpretação de nós e de nossa cultura. Isto é, assumimos que toda percepção é revestida de uma parcialidade (Foucault, 2005), que é produzida por nossos pertencimentos socioculturais, trajetória de vida e até inclinações para pesquisar determinada temática. Com base nisso, apresento neste trabalho algumas dessas reflexões que acompanharam percursos em campo e a escrita etnográfica.

Essa pesquisa se construiu a partir de um deslocamento físico e subjetivo entre centro e periferia. Pela janela do ônibus, eu observava as paisagens urbanas em transformação. Mas não eram somente as estruturas edificadas que se transformavam nesse percurso. Transformavam-se também as pessoas pelas ruas, as formas de interação, os ritmos e as dimensões da cidade e a minha perspectiva. Assim, a reflexividade na pesquisa foi se construindo nesse movimento de ida e volta entre dois universos simbólicos (Fonseca, 1999). Transitar do centro à periferia, de perto e de dentro, de longe (Magnani, 2012) e de fora são movimentos do corpo e do pensamento que passam por diferentes dimensões espaciais e temporais dos ambientes urbanos. Esse movimento, segundo José Magnani (2012), “é a especificidade do olhar da antropologia sobre a cidade, que permite captar aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos em um olhar apenas macro ou apenas micro” (*Ibid*, p. 261).

Durante as oficinas, na interação com os/as jovens, o desafio de etnografar, conduzir os encontros e interagir com os/as participantes engendrou um fazer etnográfico particular. Assumir esse duplo – ou múltiplo – papel na pesquisa me levou a uma imersão em campo

intensa e cautelosa. Foi preciso persistência para fazer a experiência etnográfica acontecer e muita força de vontade para não desistir toda vez que considerava o projeto ambicioso demais para que eu pudesse dar conta. O lugar variável em que eu estava situada fez com que a percepção etnográfica tivesse que dividir o espaço com outras competências durante as práticas. Então, as imagens, além de terem sido instrumentos de intervenção no campo e aproximação aos/as participantes (Caiuby Novaes, 2010), também foram essenciais na reconstrução do campo etnográfico por guardarem detalhes e memórias.

Tendo em mente as relações de poder que nossos diferentes pertencimentos sociais ocasionam, procurei estar presente e orientar meus atos em campo por uma perspectiva freireana de educação popular, na qual o/a educador/a não é aquele/a que ensina, mas é quem constrói o conhecimento junto aos/às educandos/as por meio do diálogo (Freire, 2015). Nessa perspectiva, não há professores/as e alunos/as, pois não há sala de aula. Existe, sim, um “círculo de cultura” onde o/a educador/a desempenha o papel de “animador de debates”, coordenando o grupo (Brandão, 2011). Contudo, na prática, sempre haverá diferenças de poder se consideramos nossos pertencimentos sociais. Seria possível afirmar que somos todos/as jovens e estamos em processos de aprendizagem, no entanto, para eles/as, eu era a *sora*¹⁷, ou a *dona*, como um menino certa vez me chamou. *Sora* é o vocativo que os/as jovens usam para se dirigir aos educadores e a toda equipe que trabalha no espaço, educadores/as e técnicos/as. É um uso genérico do apelido para interações com quem não é educando.

É interessante notar o deslocamento através da palavra *sora* e os seus significados pelos diferentes espaços de aprendizagem. Diferentemente da escola formal, o CJ não se trata de um ambiente de avaliação, nem de participação obrigatória, como é a escola. O referencial de espaço e relações interpessoais de aprendizagem, para eles/as, no entanto, é a escola, onde há professores/as (*sores* e *soras*) e alunos. No CJ, os/as participantes não são chamados de alunos/as, nem de estudantes, buscando estabelecer relações de aprendizagem diferentes às do ensino formal. *Sora*, então, pode ser uma forma menos polida, mais informal, para se referir àqueles/as que educam, e o vocativo é amplamente aceito nesse contexto.

Também tínhamos motivações diferentes para estar naquele espaço. Eu, na condição de estudante de pós-graduação, buscava desenvolver uma pesquisa de mestrado, e eles/as, buscavam uma aprendizagem profissional que aumentasse suas chances de conseguir um emprego e de gerar renda. Acredito que o fato de ser pesquisadora vinculada a uma universidade reconhecida possa ter sido um fator que favoreceu minha aceitação e o respeito que tive nos

¹⁷ Abreviação de professora.

espaços por onde transitei ao longo da pesquisa. Ao mesmo tempo, porém, criou barreiras para o diálogo em alguns momentos. Por exemplo, um menino, certa vez, conversava comigo no corredor e se queixou da rotina exaustiva no supermercado onde trabalhava. Queria largar o emprego para voltar a vender pão nas ruas da comunidade. Mesmo sabendo que ele tinha razão em suas queixas, procurei incentivá-lo a continuar, pois conseguir uma vaga em supermercado não era fácil e era algo cobiçado por outros/as jovens. Então, parecendo decepcionado, ele disse: “Tu não vai entender, sora. Tu não vai entender”. E saiu.

Na busca pela compreensão da alteridade, também nos tornamos outras através do olhar do/a outro/a (Nascimento, 2019). Tornei-me outra a partir do olhar desse menino, que me deixou refletindo sobre isso no silêncio reticente dessa interação. Nesse silêncio, fez-se perceptível os distanciamentos que estão permeando as relações entre pesquisador/a e pesquisado/a e os limites da compreensão antropológica. Tornei-me outra, aquela cujas supostas experiências de vida não seriam suficientes para compreender as dele.

Eventos como esse, aparentemente singelos, mostram a importância de pensar sobre a materialidade de nossos “corpos pesquisantes” na construção das relações que desenvolvemos em campo. No jogo dessas interações, tudo importa: desde a aparência física até as referências culturais e estéticas que conformam nossas subjetividades. Trazemos conosco uma série de marcadores que podem demonstrar nossos pertencimentos, como nossa cor de pele, o modo como falamos, nos vestimos, objetos que levamos junto com a gente, o que consumimos etc.

No desafio da negociação intersubjetiva com o Outro, pressuposto pela experiência etnográfica, uma série de questões sobre quem somos são mobilizadas. Tendo em vista que a diferença mais evidente entre mim e os/as jovens do CJ se dá pela cor da pele, cabem aqui algumas reflexões sobre como o pertencimento étnico-racial afetou o meu “estar em campo”.

A maioria dos jovens que participaram da oficina era preta ou parda e do sexo masculino, assim como a equipe de trabalhadores/as é majoritariamente composta por pessoas negras. A CUFA, sempre comprometida com a luta antirracista, preza pela presença majoritária de profissionais negros/as em suas equipes de trabalho. Por isso, a experiência de ser branco/a nos ambientes da CUFA é experimentar o lugar da exceção.

Cresci, estudei e formei minhas noções iniciais de cidadania em ambientes frequentados, principalmente, por pessoas brancas, em contextos em que era comum que as pessoas negras ocupassem posições subalternas. Nesses ambientes, onde a branquitude se reveste de uma suposta invisibilidade, e temos o conforto de não problematizar questões raciais, minha ética e minhas reflexões sobre essas questões foram pouco pautadas por experiências em que precisei pensar ou agir de acordo com o meu pertencimento racial. Ingressar na universidade pública

em 2011, momento histórico de efervescência nos debates públicos sobre ações afirmativas e a política de cotas raciais no ensino superior, fez-me começar a pensar criticamente sobre o tema. Essas reflexões, no entanto, tratava-se mais de processos cognitivos e mentais do que de experiências sensoriais, vivenciadas corporalmente. Posso dizer que foi na CUFA que me *descobri* branca, na medida em que experimentei o lugar da exceção e fui exposta a diversas situações em que minha cor de pele não foi um privilégio. Muito pelo contrário, foi motivo de desconforto.

Reconhecer-se como sujeito racializado é colidir com uma porta de vidro. Essa metáfora foi utilizada por Edith Piza (2002) para se referir ao impacto do descobrimento: “Bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isso resume, em parte, descobrir-se racializado” (Piza, 2002 *apud* Cardoso, 2011). Outra metáfora possível para pensar sobre o descobrimento de si enquanto sujeito racializado é a máscara. Instrumento utilizado em plantações coloniais para que africanos/as escravizados/as não comessem e nem falassem enquanto trabalhavam nas colheitas. Segundo Grada Kilomba, “a máscara representa o colonialismo como um todo” (2010, p. 172). Por isso, a queda da máscara é o transbordamento das ideias desagradáveis para brancos/as sobre o colonialismo. Elas são as “verdades desagradáveis” reprimidas historicamente pela ansiedade, culpa ou vergonha que são capazes de causar, argumenta Kilomba (*Ibid*). O ato de remoção da máscara acontece gradualmente, pois, como afirmou a autora, a superação do racismo não é uma questão moral, mas sim “um processo psicológico que demanda muito trabalho” (*Ibid*, p. 180).

Foi através dos diversos filtros de pertencimentos que nos colocam em determinadas posições no trabalho de campo que essa realidade se apresentou a mim. O estranhamento e a dificuldade de identificação dos/as jovens comigo e a possível pressuposição de que, por eu não ser do “pedaço” (Magnani, 2012), não compreenderia suas experiências, certamente, deixou muitas coisas não ditas e vivências não reveladas pelo caminho dessa pesquisa.

Perceber essas nuances e contingências nas pesquisas etnográficas nos envolve, inexoravelmente, em produtivas reflexões sobre as formas como a corporalidade do/a pesquisador/a é condicionante das relações que construímos em campo e as formas como fazemos antropologia. Silvana Nascimento dá nome a esses processos reflexivos: “etnografia feminista encarnada” (2019, p. 469). Nesse modo de fazer etnografia, que se opõe ao pensamento holista, a objetividade dos fatos que observamos é importante, mas somente faz sentido quando ligada às posições contraditórias que assumimos, “silenciamentos, marcas,

ruídos que não caminham necessariamente em um único sentido e não produzem uma visão unilateral e sim caleidoscópica” (*Ibid*, p. 469).

2 ETNOGRAFIA EM IMAGENS

As imagens começaram a ter seu valor reivindicado na construção dos estudos etnográficos a partir de meados dos anos 1980, momento em que o espaço reservado a elas nas produções acadêmicas era o “anexo” (Eckert; Rocha, 2020). No início dos anos 1990, no Brasil, começaram a serem fundados núcleos de pesquisas em Antropologia Visual que buscavam afirmar a legitimidade do uso das imagens não somente como ilustrações ou representações, mas como produtoras de sentidos e caminhos interpretativos nos trabalhos. Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert, fundadoras do Navisual e do BIEV, desde as suas próprias dissertações, produzidas nos anos 1980, defendem a incorporação das imagens junto ao texto etnográfico e “nunca em anexo!” (*Ibid*).

Quando a Antropologia era uma ciência em desenvolvimento, no início do século XX, etnografias clássicas renomadas apresentavam recursos gráficos, como fotografia e desenho, para compreensão das culturas e, ainda assim, muitas ressalvas eram feitas para a ampla incorporação desses elementos nas pesquisas. Como argumentou Margaret Mead (2003), algumas das razões para isso poderiam ter sido os altos custos dos equipamentos e a necessidade do desenvolvimento de habilidades especiais para fotografar, filmar ou desenhar. Com a democratização da fotografia, o ensino e a construção de núcleos de pesquisa formativos, a utilização de imagens nas monografias se torna cada vez mais prática comum.

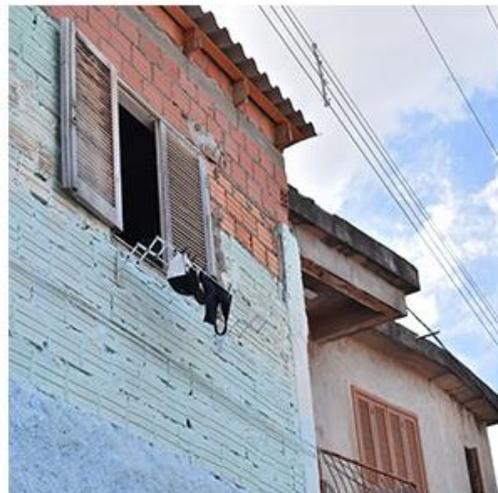
Em minha experiência de pesquisa, sobretudo durante a pandemia, as fotografias foram recursos importantes para manter o campo presente em minhas reflexões antropológicas em casa. Por isso, esse capítulo é dedicado à construção de uma narrativa visual com imagens que produzi durante a pesquisa. Foi inspirado no modelo de pranchas visuais de Gregory Bateson, um dos precursores no trabalho com fotografia na Antropologia, junto com Margaret Mead. Em meados da década de 1930, eles desenvolveram um método de pesquisa que associa informações visuais a informações verbais para um estudo sobre os balineses (Nunes, 1998).

Esse capítulo é resultado de uma Etnografia de Rua (Rocha; Eckert, 2013b) realizada através de fotografias. Com a Etnografia de Rua, procura-se perceber a dinâmica das ruas e as expressões culturais que delas pulsam através da estética. Procurei observar equipamentos e estruturas urbanas, as formas como as pessoas interagem, se deslocam pelo espaço e se apropriam dele, os diferentes regimes de ocupação, harmônicos ou conflituosos, as trivialidades e os acontecimentos inusitados. Nessa busca, procurei responder a questão: que imagens habitam a Grande Cruzeiro?

Para a construção deste capítulo visual, segui a metodologia de trabalho do Navisual e do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), elaborando uma coleção etnográfica (Rocha; Eckert, 2016). Esse modo de interpretação a partir das imagens está baseado no método de convergência de Gilbert Durand. Nele, as imagens são pensadas em seus núcleos organizadores de sentido: as *constelações*. As constelações são estruturadas por um “isomorfismo de símbolos” (Durand, 1984 *apud* Rocha; Eckert, 2016), em que as imagens não são representações, mas figurações do estudo da vida social urbana (Rocha; Eckert, 2016).

Os procedimentos adotados nessa prática, seguindo Rocha e Eckert (*Ibid*), consistem em: agrupar os fenômenos culturais por formas; observar as relações e conexões entre eles; e, por fim, produzir novos questionamentos e reflexões sobre o contexto urbano. Assim, a construção de constelações permite ver a “pluralidade das figurações de sentido que se originam de tais fragmentos” (*Ibid*, p. 80). Tornam-se visíveis, a partir desses procedimentos, fenômenos culturais e informações sobre as comunidades urbanas.

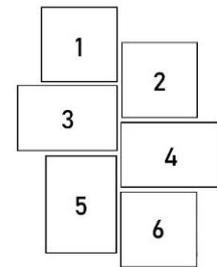
Seguindo estes passos, organizei as constelações de imagens em torno dos seguintes núcleos de sentido não restritivos: arte urbana, informalidade do trabalho, vida cotidiana, paisagens, ruínas e sucatas. A montagem das pranchas foi conduzida por minha experiência etnográfica ao longo dessa pesquisa e pela leitura de autores/as que influenciam meu olhar sobre a cidade, como Cornelia Eckert, Ana Luiza Rocha, José Magnani, Michel de Certeau, Colette Pétonnet, Georg Simmel, entre outros. Entendendo as imagens como veículos que informações que ajudam a compreender o campo de pesquisa, essa foi uma das formas como procurei ler a vida urbana na Grande Cruzeiro. Apresento as constelações a seguir, junto com algumas reflexões textuais sobre seus núcleos de sentido.





Prancha 1

- 1) Fig. 5: Desenho observacional com aquarela. Fonte: Acervo pessoal.
- 2) Fig. 6: Gato preto em frente à casa. Fotografia da autora, mar/2020.
- 3) Fig. 7: Tapete ao sol. Fotografia da autora, mar/2020.
- 4) Fig. 8: Bricolagem. Fotografia da autora, mar/2020.
- 5) Fig. 9: Diálogo intergeracional. Fotografia da autora, mar/2020.
- 6) Fig. 10: Varal de janela. Fotografia da autora, mar/2020.



Prancha 2

- 1) Fig. 11: Tênis pendurados. Fotografia da autora, mar/2020.
- 2) Fig. 12: Descanso na calçada. Fotografia da autora, mar/2020.
- 3) Fig. 13: Cachorro. Fotografia da autora, mar/2020.
- 4) Fig. 14: Varal na praça. Fotografia da autora, mar/2020.
- 5) Fig. 15: Varal na calçada. Fotografia da autora, mar/2020.
- 6) Fig. 16: Carrinho de mudança. Fotografia da autora, mar/2020.



2.1 QUANDO A RUA VIRA CASA (PRANCHAS 1 E 2)

Roupas penduradas nos varais pelas ruas, janelas abertas, calçada como espaço de lazer e descanso, ausência de grades nas residências. O que é rua? O que é casa? O *pedaço* é o segmento que se constrói através de práticas coletivas de tempo livre e de trabalho num espaço onde não se pode distinguir claramente a vida doméstica e a vida pública (Magnani, 2012). Na ausência de muros imponentes de afirmação da propriedade privada, a justaposição das casas comunica a ética do viver em associação: “o juramento mútuo prestado pelos habitantes de uma cidade ou de um campo de se manterem juntos” (Comitê Invisível, 2015, p. 160). “Associação” e “viver junto” são referências ao sentido político da forma de habitar, cujas dinâmicas sociais oscilam entre cooperação e conflito (Simmel, 1983).

Passam pessoas, passam objetos, passam animais, passa o tempo. Os gestos da passagem, do ir e do vir e do ficar criam e transformam a paisagem urbana. A sobreposição temporal se mostra na construção gradual das residências e nos diferentes materiais que dão forma a elas. Tijolos, reboco, tinta. O diálogo intergeracional entre avó e neta faz durar a memória (Rocha; Eckert, 2013a) das diferentes gerações de ocupantes do território.

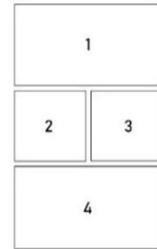
A população se faz presente nas formas do bairro, deixam pistas de seus gestos e atos. O trabalho feito à mão e à revelia do tempo, conforme a disponibilidade de materiais, apaga a cidade idealizada dos planos urbanísticos e torna visíveis as contradições da cidade moderna.





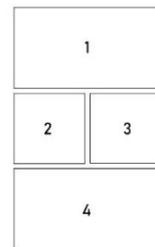
Prancha 3

- 1) Fig. 17: Fora Bolsonaro. Fotografia da autora, jun/2021.
- 2) Fig. 18: O amor tem que vencer. Fotografia da autora, mar/2020.
- 3) Fig. 19: Nós por nós. Fotografia da autora, mar/ 2020.
- 4) Fig. 20: Nem pense em matar. Fotografia da autora, jun/2021.



Prancha 4

- 1) Fig. 21. Obras na Av. Cruzeiro do Sul. Fotografia da autora, jun/2021.
- 2) Fig. 22. Um sorriso é o que a gente qué. Fotografia da autora, jun/ 2021.
- 3) Fig. 23. Contra o feminicídio. Fotografia da autora, jun/2021.
- 4) Fig. 24. Não temos tempo para ter medo. Fotografia da autora, mar/2020.



2.2 POLÍTICAS DA ARTE URBANA (PRANCHAS 3 E 4)

Se o *graffiti* é uma expressão das culturas juvenis urbanas (Campos, 2010), o que comunicam as juventudes através das cores e das formas sobre os muros da Grande Cruzeiro? O que vejo são vozes de protesto, anunciadas em uma linguagem que mistura estética e política. O *graffiti*, como falou Gabriel, adolescente morador da Grande Cruzeiro, “é como se fossem as pessoas falando ou gritando de alguma forma. Já que as pessoas falam com protestos, falam com *graffiti*, pixações¹⁸. É o jeito de elas falarem assim pro governo, pra dizer ‘eu existo’, ou alguma coisa que aconteceu”.

A arte urbana sempre é endereçada a um/a leitor/a ou a vários/as. Algumas utilizam linguagens pictóricas reconhecíveis apenas para poucas pessoas ou grupos sociais, e outras almejam um número maior e mais variado de espectadores. Nas fotografias aqui apresentadas, não foi utilizada uma linguagem que busca apenas um/a leitor/a específico/a, mas um público amplo. Não à toa, esses *graffiti* estão localizados em vias de grande fluxo de pessoas e automóveis, como as avenidas Moab Caldas e Cruzeiro do Sul. Como espelhos do cotidiano de quem pinta (Campos, 2010, p. 233), as imagens acima comunicam sobre questões relevantes no contexto político atual. Eles também estão desempenhando uma função de “ordenação

¹⁸ Estou ciente de que a grafia correta para “picho” é com ch, mas optei por empregar o termo e as suas variações com x para seguir a grafia êmica, como utilizam os praticantes.

horizontal do espaço” (*Ibid*), transformando a paisagem urbana em fluxos horizontais, expandindo-a lateralmente.

Embora tenha forte valor político, a arte urbana não se limita a ser uma forma de comunicação política, estética ou transgressora. Também é uma forma de trabalho e de geração de renda. Como demonstrou Glória Diógenes (2019), lazer e trabalho são instâncias complementares na arte urbana. O/a artista transita dentro e fora do mercado, e a arte remunerada e legalizada pode dar suporte às práticas clandestinas (*Ibid*). Nesse sentido, em projetos sociais nas periferias, o *graffiti* é ensinado como prática expressiva cultural e como alternativa de geração de renda. Esse é o caso do Centro da Juventude, por exemplo.



Prancha 5		
1) Fig. 25: Construção ao improviso. Captura de tela do Google Street View.	1	2
2) Fig. 26: Não jogue lixo. Fotografia da autora, mar/2020.	3	4
3) Fig. 27: Calçados na calçada. Fotografia da autora, jun/2021.		
4) Fig. 28: Entulho. Fotografia da autora, mar/2020.		
5) Fig. 29: Lixo acumulado. Fotografia da autora, jun/2021.	5	6
6) Fig. 30: Vala aberta na Av. Cruzeiro do Sul. Fotografia da autora, jun/2021.		

2.3 RISCO, SUCATA E MEMÓRIA (PRANCHA 5)

Há uma relação causal entre o crescimento desigual das cidades e a violência estrutural. Considera-se estrutural, pois tal violência resulta de forças sociais, como pobreza e racismo, que criam contextos desfavoráveis à vida e afetam experiências individuais, sobretudo as dos pobres (Farmer, 1996). Os resíduos acumulados pelas ruas mostram a precariedade dos serviços de limpeza urbana nessa região da cidade. Evidenciam, também, as contradições de uma forma de violência produtora de imagens que alimentam o estigma territorial, gerando mais preconceitos e descaso.

Ana Patrícia Barbosa (2015), pesquisadora que desenvolveu uma etnografia na Grande Cruzeiro, chama atenção para o fato de que a região se localizar entre morros e declividades e que o sistema de coleta de lixo é precário em função das ruas estreitas, impedindo a passagem do caminhão. O lixo acumulado nas calçadas atrai animais e parasitas, é arrastado pelas chuvas, entope bueiros, causa alagamentos. A questão do lixo é apenas um exemplo de como a gestão de resíduos e a vigilância sanitária, junto com a topografia do espaço e questões ambientais, estruturam os diversos riscos a que estão sujeitos os moradores dessa localidade.

Nas ruínas e nos escombros, habita a memória de algo que já foi outra coisa. A memória das remoções para as obras da Copa do Mundo de 2014 transparece na concretude das materialidades e expressam a *provisoriedade da vida* de quem vive em contextos periféricos (Facina, 2020). As intervenções urbanas inacabadas marcam rupturas sociais e estéticas ligadas a um modo de vida. Nelas, condensam-se emoções e sentimentos.

Valas negras foram abertas, entulhos de obras inacabadas acumulavam lixos e ratos. Para os que foram removidos, acumulavam-se também dores e sofrimentos. Para quem ficou, acumulavam-se indignação e medo de um futuro incerto. Como dizem alguns moradores: “afinal, quem poderá garantir que não haverá mais remoções?” (Facina, 2020, p. 430).

Outra interpretação possível para a sucata é através da observação de sua relevância econômica e estética para a vida na comunidade, como endossou Marcos Freire de Andrade Neves (2011): “o lixo seco é responsável pela manutenção econômica da Vila¹⁹, onde sua coleta e reciclagem formam as bases da economia local e, igualmente por meio deste, seus moradores constroem e reconstroem constantemente suas habitações” (*Ibid*, p. 60). O lixo é ressignificado na construção de moradias e abrigos por parte de sua população. Essa arquitetura popular, em contraposição à arquitetura formal, produzida a partir de recursos disponíveis, foi chamada por Andrade Neves (2011) de *estética do acaso*. Podemos chamar de *trabalho com sucata* (Certeau, 2012) essas formas de apropriação que brincam com a estética da cidade planejada que, segundo de Certeau, “o trabalho com sucata reintroduz no espaço industriam (ou seja, na ordem vigente) as táticas ‘populares’ de outrora ou de outros espaços” (*Ibid*, p. 88).

19 Este autor está se referindo à Vila Chocolateiro, que ficava na região central de Porto Alegre antes do reassentamento das famílias, onde desenvolveu sua pesquisa. Sua descrição também é apropriada para pensar algumas vilas da Grande Cruzeiro.



Prancha 6

- 1) Fig. 31: Oficina de bicicletas. Fotografia da autora, mar/2020.
- 2) Fig. 32: Fruteira Bira. Fotografia da autora, mar/2020.
- 3) Fig. 33: Motoboy. Fotografia da autora, jun/2021.
- 4) Fig. 34: Homens trabalhando. Fotografia da autora, jun/2021.
- 5) Fig. 35: Litrão barato. Fotografia da autora, mar/2020.
- 6) Fig. 36: Ceva, litrão, kits. Fotografia da autora, jun/2021.

1	2
3	4
5	6

2.4 (IN)FORMALIDADE DAS PRÁTICAS (PRANCHA 6)

O trabalho foi referido pelos/as interlocutores/as da pesquisa como marca distintiva da população que vive na Grande Cruzeiro. “A população das vilas é esse pessoal que bate caixa na sinaleira, trabalho informal”, disse Paulo Jorge, morador da Vila Tronco. Grande parte desses trabalhadores é informal. Emerson Santos, morador da Vila Gaúcha, cita alguns dos personagens que compõem esse corpo coletivo:

Tu vê diaristas, tu vê gari, tu vê auxiliar de limpeza, tu vê motoboy, tu vê motorista de ônibus, tu vê açougueiro, atendente, lojista, tudo que mora na periferia. Gente que trabalha, que atende o policial, que atende o comandante, a delegada, o político, beltrano, ciclano, essa gente que deveria ser respeitada pelo poder público não é.

Informalidade pode ter muitos sentidos. Seu radical “formal” tem como sinônimos “polidez”, “pomposo”, “evento solene”, “que respeita as leis”, “segue protocolos”, “cerimonioso”. Na união desses atributos, enxergamos um sujeito de um tipo bastante específico. Provavelmente, um homem branco, rico, de terno e gravata. As palavras não são ingênuas, já diria Michel Foucault (2002). Elas carregam sentidos ocultos que brotam de um imaginário coletivo que pensa o mundo do trabalho a partir da pirâmide de classes sociais. Com a inclusão do prefixo *in*, que recusa todas essas características, surge outro sujeito, espelhando o inverso do formal. Junto com mais algumas expressões, como “área irregular”, “sub-habitação”, “aglomerado subnormal”, a noção de informalidade relega aos moradores de periferias o lugar de anormalidade, da abjeção. Conforma sujeitos que vivem nos limites da ilegalidade. A linguagem impõe modos de ser. É uma ficção. Na linguagem, estão indexados

traços de rostidade específicos (Deleuze; Guattari, 1996) que delimitam possibilidades de ser, neutralizando “as expressões e conexões rebeldes às significações conformes” (*Ibid*, p. 29).

Minha intenção com esse texto não é aprofundar uma reflexão crítica sobre o trabalho informal, mas qualificar como ele permeia as trajetórias e os projetos futuros de jovens que moram em contextos em que a grande maioria dos/as trabalhadores é informal. Bruno, por exemplo, tem 18 anos e começou a trabalhar muito cedo, deixando de estudar na quinta série. Em uma de suas falas, ele reconhece, empaticamente, o trabalho de um vendedor de sorvetes em uma fotografia: “Aparece muito pouco dele, mas aparece a dificuldade que ele passa vendendo sorvete dentro da vila. (...) mostra que ele tá batalhando, que ele quer sair daquela situação (...) não tem tempo ruim pra ele, ele foi vender picolé no meio da vila.”

Políticas públicas têm oportunizado profissionalização e alternativas de geração de renda para adolescentes e jovens. O Centro da Juventude, onde realizei trabalho de campo, é um desses programas, assim como ProJovem, Trabalho Educativo, Jovem Aprendiz etc. Essas iniciativas ampliam o campo de possibilidades de geração de renda para jovens das periferias, apresentando alternativas à criminalidade. No entanto, os cursos oferecidos, geralmente, focam na formação de profissionais liberais, prestadores de serviços ou cargos de baixa remuneração, como auxiliar administrativo, gastronomia, confeitaria, estética e embelezamento. A informalidade, para muitos/as desses/as jovens, segue sendo a principal via de acesso ao mundo do trabalho, com profissões não regulamentadas e sem proteção de direitos. As políticas públicas têm papel fundamental na redução da violência e da mortalidade juvenil, mas cabe refletir também sobre suas contribuições para a desterritorialização das perspectivas de futuro, dos sonhos e dos desejos de seus beneficiários.

3 TEMPOS VIVIDOS E TEMPOS NARRADOS

3.1 POVOAR

Na cidade todas as ambições secretas e todos os desejos reprimidos encontram em alguma parte uma expressão. A cidade amplifica, manifesta e exhibe as mais variadas manifestações da natureza humana. Isso é o que faz interessante a cidade e também fascinante; isso é o que a transforma em lugar privilegiado onde explorar os segredos do coração do homem e estudar a natureza humana e a sociedade. (Park, 1999, p. 126)

Porto Alegre, no início do século XX, era uma cidade que se desenvolvia sob um ideal de modernidade, buscando satisfazer as “exigências morais, higiênicas e estéticas” para se parecer moderna (Pesavento, 1995). Esse ideal, de acordo com Sandra Pesavento, correspondia mais a um imaginário social sobre as metrópoles do que à realidade concreta do desenvolvimento urbano. As paisagens da nova cidade foram se transformando muito lentamente, mas o discurso da modernidade logo surtiu efeito na construção de práticas sociais individualizantes e excludentes, como a expulsão dos pobres das regiões centrais. O crescimento populacional desmedido e centralizado, segundo a ordem dominante, criaria uma metrópole onde não havia espaço para todos em seu centro político e econômico. Nesses espaços em que a economia do dinheiro passa a dominar as relações, os mais pobres são desfavorecidos na organização socioespacial das cidades (Simmel, 1967). Os desequilíbrios sociais resultantes desse processo, chamado de “urbanização sociopática” (Pereira, 1969 apud Velho, 1989), têm como uma de suas formas de expressão o surgimento das favelas.

Um olhar para esse fenômeno a partir da Escola de Chicago nos direciona para uma interpretação da cidade onde seu espaço físico espelha o espaço social e, como diria Simmel (1967), o espaço mental de seus habitantes. Sob essa perspectiva, a cidade consiste em “uma fonte abundante de materiais clínicos para o estudo da natureza humana” (Park, 1999). Por isso, quando olhamos para as favelas brasileiras, estamos observando as desigualdades sociais que fundamentam o desenvolvimento urbano das grandes cidades do país.

Entender a cidade como uma construção social significa pensá-la como uma paisagem urbana construída por práticas, “intervenções ou modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de trocas” (Magnani, 2012, p. 252). De cada fragmento dessa paisagem, “emergem lembranças e

signos das representações culturais de seus habitantes” (Eckert; Rocha, 2001, p. 13). Com base nisso, essa rede complexa de trocas entre sujeitos, memórias e espaços, que é a Grande Cruzeiro, é interpretada aqui a partir de uma análise temporal que perpassa memórias, imagens e narrativas que perduram nesse lugar de Porto Alegre (Rocha; Eckert, 2013b).

O desenvolvimento das áreas centrais das grandes cidades, na virada do século XX, foi determinante para a expansão da cidade e para o início da ocupação das regiões periféricas de Porto Alegre. Isso porque a valorização imobiliária do centro tornava insustentável a vida nessa região para as classes trabalhadoras. As condições socioeconômicas das famílias que precisaram fazer essa migração eram precárias. Portanto, grande parte dos territórios periféricos foi ocupada clandestinamente por habitações irregulares, muitas vezes em zonas de risco. O desenvolvimento urbano da Grande Cruzeiro é, também, fruto desses processos migratórios e dos esforços da população local pela construção de melhores condições de vida e habitação, como veremos adiante neste capítulo.

Há diferentes formas de se referir a essa região localizada a cerca de cinco quilômetros do Centro Histórico baseadas em diferentes concepções sobre a abrangência dessa territorialidade. Explico: o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) compreende a união dos bairros Santa Tereza e Medianeira como “Cruzeiro”. Esse mesmo referencial é seguido para organização dos Distritos Sanitários e do Orçamento Participativo. Cruzeiro é, numa linguagem “oficial”, como se denomina esse espaço da cidade em discussões sobre planejamento urbano e zonas de atuação da saúde e da assistência social. A denominação “Grande Cruzeiro” é a forma adotada localmente, por moradores/as e movimentos sociais, para se referir à região. A Grande Cruzeiro abrange todas as vilas que fazem parte da União de Vilas e, por isso, é mais abrangente que a região Cruzeiro, que tem como delimitação espacial os bairros Santa Tereza e Medianeira. Como a Grande Cruzeiro é determinada pela união das vilas, e não bairros, ela abarca vilas dos bairros Cristal, Teresópolis, Nonoai e Cavahada. A região também é comumente referenciada pela mídia e pelo senso comum como “Vila Cruzeiro”. O nome vem de uma das primeiras vilas da região que foi, durante muito tempo, o centro político local, a vila Cruzeiro do Sul (Ávila *et al.*, 2006).

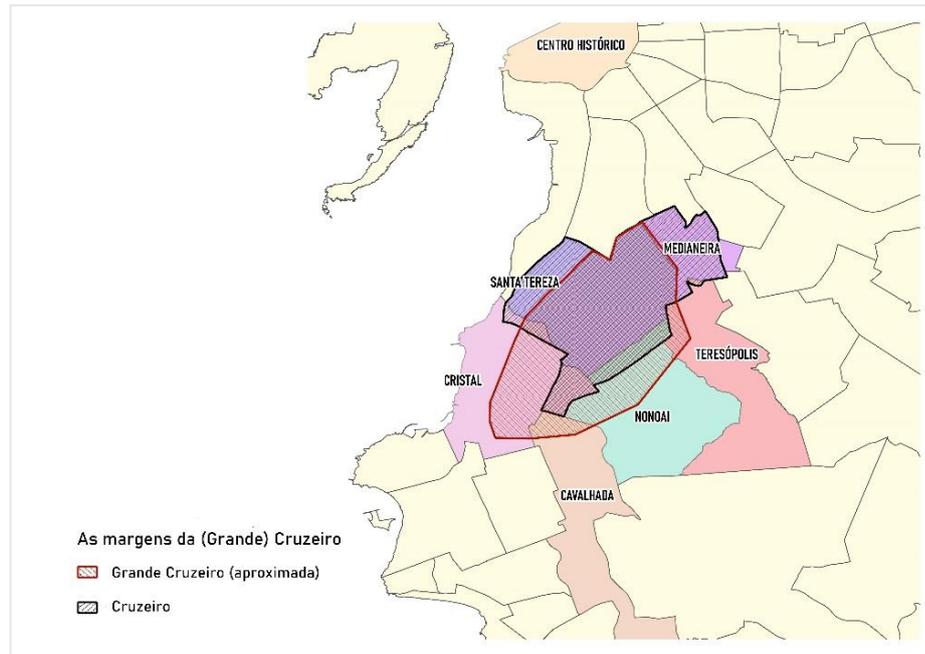


Fig. 37: Margens da (Grande) Cruzeiro. Fonte: Elaborado pela autora com base em Barbosa (2017).

A Grande Cruzeiro é “uma região ainda com grandes problemas, mas também um cenário de grandes avanços” (Barbosa, 2015, p. 175), como veremos a seguir. Analisando as experiências juvenis transgeracionais na Grande Cruzeiro, Ana Patrícia Barbosa (2017) identificou três diferentes gerações de ocupantes desse espaço entre 1950 e 2014. A primeira foi a dos “Ocupantes”, como chamou a autora, referindo-se às pessoas responsáveis pela ocupação inicial da área, entre 1950 e 1960. Esse período, de acordo com Barbosa, foi marcado pela solidariedade comunitária na luta pela moradia. Suas interlocutoras, antigas moradoras, contaram que tiveram pouca disponibilidade de usufruir da condição juvenil e de suas sociabilidades naquela época em que o trabalho era mais importante. A segunda geração, dos “Associados”, ficou marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais, surgimento das associações de moradores e criação de uma identidade coletiva relacionada à vida urbana compartilhada. A terceira geração, a partir dos anos 1980, foi chamada pela autora de “Comunidade”. Trata-se do momento em que a comunidade passa a desfrutar das conquistas obtidas pelas gerações anteriores. Relacionado a essa terceira fase está o aumento do tráfico de drogas nas práticas urbanas, transformando as expectativas da geração, em comparação com as outras que lutavam pela moradia e participação política.

A partir de sua pesquisa, Barbosa identifica a Grande Cruzeiro como uma região marcada por um histórico de sofrimento e luta, construída “pelas práticas, pela memória social, pelos relatos de vida produzidos nos fluxos que tecem os movimentos dos jovens e demais moradores para fazerem a vida diante da intensificação do processo de urbanização da cidade”

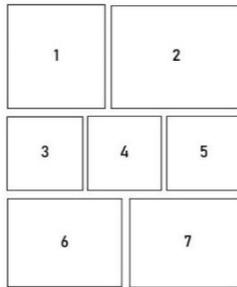
(Barbosa, 2017, p. 189). A partir dessa localização inicial, passamos aos fragmentos históricos da vida urbana.

No maior bairro da região, o Santa Tereza, há registros de ruas desde a planta municipal de 1896, mas o desenvolvimento urbano começou, de fato, por volta de 1950 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [s.d.]). Um marco nas transformações foi a instauração de empresas de telecomunicação em cima do morro Santa Tereza, que favoreceram o desenvolvimento de habitações em seu entorno. De acordo com Ana Patrícia Barbosa (2017), a região representava, para as camadas trabalhadoras, a possibilidade de ascensão social, devido às oportunidades de emprego somadas ao baixo custo de vida. Além disso, era uma região relativamente próxima ao centro da cidade.

As empresas de TV instaladas no morro Santa Tereza nos anos 1950 remontam a história da televisão gaúcha. A TV Piratini, primeira emissora do Rio Grande do Sul, junto com a Rádio Farroupilha, foi pioneira na ocupação do morro. Nos anos 1970, as instalações da TV Piratini foram apropriadas por outra emissora, inaugurando a TV Educativa (TVE), que está ainda hoje no ar.



Prancha 7



Conta a história das transformações nas formas semi-rurais na Porto Alegre do século XIX, em que as chácaras e arraiais da aristocracia, pouco a pouco, trocavam o verde do mato pelo cinza do concreto. A população acompanhava do alto do morro o espetáculo da urbanização. O advento da televisão gaúcha e o estádio de futebol do Internacional anunciavam as transformações nas formas de lazer. O passeio ao morro para observação panorâmica da cidade e do pôr do sol no Guaíba, do qual tanto se orgulham os/as porto-alegrenses, era uma oportunidade de exibir seu novo Volkswagen, item de prestígio social recém-chegado ao Brasil na época.

- 1) Fig. 38: Morro e bairro Santa Tereza, TV. Piratini, 1969. Papel, 18 cm x 24 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 2) Fig. 39: Morro Santa Teresa. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Site Porto Alegre Antiga <http://antigaportoalegre.no.comunidades.net>
- 3) Fig. 40: Lago Guaíba, Bairro Santa Tereza, Morro Santa Tereza, 1969. Papel, 8,5 cm x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 4) Fig. 41: Morro e bairro Santa Tereza, bairro Praia de Belas, 1969. Papel, 8,8 cm x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 5) Fig. 42: Morro Santa Tereza, 1969. Papel, 8,8cm x 9 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 6) Fig. 43: Morro Santa Tereza, TV Piratini, Aterro Beira-Rio, Bairro Menino Deus, 1960. Papel, 18cm x 24 cm. Autor: Léo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 7) Fig. 44: Morro Santa Tereza, TV. Piratini, 1960. Papel, 18 cm x 24 cm. Autor: Léo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Além da TV Piratini, em 1952, foi inaugurada no morro Santa Tereza a estação de rádio Estação Transmissora PRH-2, que se tornaria sede da Rádio Farroupilha, em 1974. Logo após ser inaugurada, sofreu um incêndio e, em 1982, o prédio acabou desativado. Em 2012, 500 famílias do “Movimento pela Moradia Digna da Zona Sul” ocuparam o prédio. A ocupação também não foi duradoura e terminou após um acordo de reintegração de posse com a Prefeitura Municipal. Parte das origens da Grande Cruzeiro está atrelada às emissoras de televisão, que ainda hoje são importantes referências no morro Santa Tereza. Mas também há outros lugares e prédios históricos que marcam a memória da região, como veremos adiante.

Para investigar sua configuração mais recente, Gadea (2015) segmenta o bairro Santa Teresa, o maior da Cruzeiro, em cinco áreas com características distintas: a primeira é composta pelas casas antigas e típicas dos anos 1950 e 1960 localizadas próximo às avenidas Carlos Barbosa e Professor Oscar Pereira. A segunda área é relacionada com a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). A terceira, no alto do morro, é composta pela área das empresas de rádio e televisão. A quarta, refere-se à área ocupada pelo exército, e a quinta, mais extensa, é a da periferia, ocupando os interstícios do morro. Embora o território da Grande

Cruzeiro abranja outros bairros, além do Santa Tereza, considero a sistematização de Gadea apropriada para pensar o território de forma mais abrangente. Por isso, utilizarei sua sistematização como referência para apresentar outros lugares, outras construções e outras instituições importantes na memória dos bairros.

A presença de construções coloniais do século XIX mostra feições do passado da Grande Cruzeiro. O Solar da Travessa Paraíso, por exemplo, está entre as edificações mais antigas da cidade ainda utilizadas em suas estruturas originais, juntamente com o Memorial do Legislativo, a Igreja Nossa Senhora das Dores, o Solar dos Câmara e o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo²⁰.

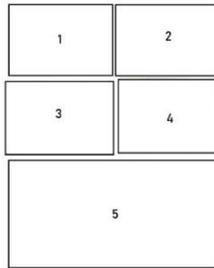
Nos anos 1820, o Solar de estilo português era a sede de uma chácara que pertenceu, ao longo do século, a famílias aristocratas de um militar que lutou na Guerra da Cisplatina, de um político imperial e de um médico português. A chácara ficava localizada no então chamado “Arraial do Menino Deus”, muito popular pelas festas de carnaval e de fim de ano (Carle; Oliveira, 1996). Sendo uma das poucas edificações remanescentes da arquitetura colonial da época em Porto Alegre, o prédio foi tombado como patrimônio cultural pela Prefeitura, em 1977, e reconhecido como sítio arqueológico, em 1994.

Um estudo arqueológico (*Ibid*) encontrou louças domésticas e vidros planos importados no terreno da chácara, objetos possuídos por famílias ricas e que eram entendidos como símbolos de poder na época. A arquitetura do sobrado de dois andares também era distintiva da sociedade dominante. No entanto, o valor social da edificação se modificou no tempo. Em 1930, tornou-se um imóvel de aluguel, “assumindo a condição de prédio de periferia” (*Ibid*, p. 50). Nos anos 1970, o quintal virou depósito de lixo e, mais recentemente, “a casa passou a ser utilizada como depósito de objetos roubados, dormitório de indigentes e área de consumo de drogas” (*Ibid*, p. 50). Em 2000, o prédio foi restaurado e, atualmente, é a sede do festival de teatro Porto Alegre Em Cena.

²⁰ SUL 21. Saiba quais são as cinco construções mais antigas de Porto Alegre ainda em funcionamento. Sul 21, 10 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/saiba-quais-sao-as-cinco-construcoes-mais-antigas-de-porto-alegre-ainda-em-funcionamento/>>. Acesso em: 22 fev. 2021



Prancha 8



A materialidade conta histórias, evidencia a duração de suas memórias. Marcas de uso (e de desuso), fragmentos de uma estética arquitetônica fora de moda. Edificações que têm flutuações em seus valores afetivos, monetários ou históricos. Mesmo que não sejam mais habitadas e tenham as janelas lacradas, ainda são *espaços praticados*. Em atos astuciosos, os praticantes fazem da arquitetura colonial suas telas de pintura, descolonizando a estética da urbe e produzindo sentidos para esses monumentos esquecidos.

- 1) Fig. 45: Solar da Travessa Paraíso, 1987. Papel 9 cm x 12,7 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 2) Fig. 46: CRAS Cruzeiro. Elaborado pela autora. Fonte: Acervo pessoal.
- 3) Fig. 47: Casarão Bpo. Laranjeiras. Elaborado pela autora. Fonte: Acervo pessoal.
- 4) Fig. 48: Asilo Padre Cacique, 1º Quartel do século XX, década de 1900. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.
- 5) Fig. 49: Solar da Travessa Paraíso, 1960 / 1970. Papel, P&B, 13,5 cm x 17,8 cm. Autor(a) desconhecido(a). Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Outra construção colonial do século XIX que merece ser citada é o centenário Asilo Padre Cacique. Construído em 1881 às margens do Guaíba, quando ainda não era aterrada, chamava-se inicialmente Asilo Santa Tereza, pois se localizava na Chácara de Santa Tereza, uma área de propriedade nacional. Quando foi inaugurado como Asylo da Mendicidade, em 1898, abrigava pessoas em situação de rua. Atualmente, o Asilo Padre Cacique abriga e dá assistência a pessoas idosas, muitas das quais não possuem nenhum vínculo familiar²¹. Essas edificações remontam fragmentos do passado colonial da Grande Cruzeiro, e as memórias dos habitantes narram a história mais recente do desenvolvimento da região.

A segunda área destacada por Gadea (2015) é a de domínio da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). A FASE, antigamente Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), presta atendimento a adolescentes e jovens em conflito com a lei²². De acordo com sua cartilha de divulgação²³, a atual população da FASE é de 1.320 adolescentes em suas 13 unidades de internação e 10 unidades de semiliberdade.

A Vila Gaúcha, o mirante Santa Tereza e as emissoras de televisão e rádio fazem parte da terceira área enfatizada por Gadea (2015). Trata-se do topo do morro, e já foi abordada

²¹ Padre Cacique, o pedinte sublime. Disponível em: <<https://asilopadrecacique.com.br/institucional/4/padre-cacique>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

²² A FEBEM era administrada por padres que cuidavam de crianças órfãs até passar para as mãos do Estado, quando os menores foram denominados *infratores*. Isso mudou a partir de 1990, com a criação do ECA, e a FEBEM se tornou FASE (Guterres, 2014).

²³ Governo do Estado do Rio Grande do Sul e FASE. Contanto a nossa história.

anteriormente. A quarta área diz respeito ao território do exército. A sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR) está localizada na Rua Correa Lima, que, na época, chamava-se Estrada do Laboratório, desde 1940²⁴. Apenas um muro estreito separa o pátio do Centro da Juventude Cruzeiro, onde jovens realizam atividades ao ar livre, do CPOR. A proximidade faz com que, semanalmente, seja escutado o som de tiros dos oficiais em treinamento, assim como seus hinos e suas canções expressas em voz alta durante os treinamentos. Da janela do segundo andar, é possível enxergar os oficiais em treinamento.

A quinta e última área urbana da Grande Cruzeiro é a da periferia. Esta não está localizada em um ponto específico, demarcado, pois se desenvolve nos interstícios da região e corporifica grande parte do território. Para falar sobre a área da periferia na Cruzeiro, retomamos o assunto da urbanização das grandes cidades abordado no início deste capítulo. Considero essa reflexão necessária para pensar sobre as múltiplas periferias possíveis que existem na Cruzeiro, sem essencializá-las.

Pensar a constituição das cidades modernas somente a partir da oposição entre centro e periferia é um caminho repleto de armadilhas epistemológicas, pois, através dessas narrativas, corre-se o risco de se naturalizar e tornar auto evidente a relação entre periferia e pobreza (Weimer, 2017). Há uma explicação histórica generalizante para o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras com a qual todos/as concordamos, aquela do processo centrífugo de “arrumar a sala de visitas” com as políticas de branqueamento e separação das classes sociais no espaço (Vieira, 2017). Contudo, se considerarmos que grande parte da população brasileira vive em favelas, e que somente na Grande Cruzeiro foram identificadas 60 vilas diferentes (Ávila *et al.*, 2006), percebemos muitas outras narrativas possíveis.

Heitor Frúgoli (2005) defende que uma abordagem antropológica das periferias deve partir de um referencial próprio da vida nesses espaços e não somente em contraste com o que chamamos de centro. Essa abordagem que privilegia a diversidade dos fenômenos socioculturais, segundo Frúgoli, deve diferenciar a “periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (...), como um conjunto polifônico de representações nativas” (2005, p. 146).

Refletir sobre desenvolvimento das cidades a partir da perspectiva da periferia faz perceber as lacunas e as zonas cinzentas que estão mediando as relações entre “centro” e “periferia” nessas narrativas. Nas lacunas, residem as evidências de que as políticas para *arrumar a sala de visitas* (Vieira, 2017), protagonistas das narrativas de urbanização das

²⁴História – CPOR/PA. Disponível em: <<http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/historia>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

metrópoles brasileiras, não foram tão bem-sucedidas assim. Através de uma cartografia dos territórios negros, Daniele Vieira (2017) não somente evidenciou as contribuições da população negra na construção do espaço urbano de Porto Alegre, mas também mostrou que há diversas outras narrativas possíveis sobre o desenvolvimento da cidade. As resistências e os procedimentos populares que jogam com os mecanismos da disciplina e da ordenação do espaço urbano nos lembram de que, naquele “empurra-empurra” em direção às margens, diversos troços levantaram a poeira escondida debaixo do tapete da sala de visitas.

Diante da dificuldade de encontrar e descrever as periferias, eu busquei, ao longo da pesquisa, diversas formas de compreendê-las, fosse como fenômeno social, como identidade, como localização geográfica, modo de habitação e símbolo de luta, entre outras possibilidades. Na mistura entre essas perspectivas, fui desenvolvendo minha própria compreensão antropológica do termo nessa pesquisa. Como conceito para pensar a cidade, passei a entender “periferia” mais como um “modo de se fazer cidade” do que como a delimitação de um espaço ou localidade geográfica específica no mapa. Em sua materialidade visível (Pesavento, 2007), a periferia mostra uma forma particular de se apropriar e transformar o espaço pelos atores sociais, onde o movimento vernacular de construção é mais importante que seus produtos finais.

A periferia, em especial, a periferia pobre, é uma forma da vida coletiva urbana que implica modos de ação táticos (Certeau, 2012), criativos, que resistem a qualquer tentativa de estabilização conceitual ou descritiva. Na contramão do crescimento vertical das cidades planejadas modernas, com uma estética própria (Jaques, 2011), a periferia se expande horizontalmente, ocupando espaços intersticiais e subterrâneos. Nos termos de Deleuze e Guattari (1995), é *rizoma*; nos de De Certeau (2012), é uma *rede de antidisdisciplina*. Situada entre as margens da legalidade e da ilegalidade, assim como o *graffiti*, por que não experimentar pensá-la como uma in(ter)venção urbana? Tanto o *graffiti* quanto a periferia pobre são produtos dos processos de exclusão urbana que levaram ao desenvolvimento de estéticas e dinâmicas próprias de existência coletiva.

Essa é uma forma de pensar conceitualmente a periferia através da politização de suas práticas cotidianas (*Ibid*) e de suas formas particulares de vida urbana em movimento. No entanto, devem ser feitas algumas ressalvas em relação a essa interpretação. A percepção da periferia como potência criativa e dotada de capacidade de reinvenção não é, e nunca deverá ser, um argumento que justifique a existência de quaisquer julgamentos e práticas vilipendiosas, destrutivas da vida e violadoras de direitos da população periférica. Por isso, é importante reiterar que essa perspectiva se trata de um modo de pensar as formas e o desenvolvimento das

idades a partir das Ciências Sociais e comprometida com o reconhecimento da cidadania e com a defesa dos direitos da população.

Diante das precárias condições de habitação na Grande Cruzeiro, uma das principais lutas sociais é pelo direito à moradia. Indicadores demonstram que 41,93% da população da Cruzeiro vive em favelas (Observapoa, [s.d.])²⁵. Em 2010, 37,4% dos domicílios registrados foram considerados domicílios em área de moradia precária. Para fins comparativos, o melhor valor de Porto Alegre para a mesma variável foi na região Centro, com 0,1%. Isto é, a porcentagem de moradias precárias na Cruzeiro é 374 vezes maior do que no Centro. Além disso, o processo de embranquecimento do Centro e marginalização da população negra no período pós-abolição se reflete nas atuais características raciais da população residente na Cruzeiro, onde mais de 30% de seus/suas moradores/as são negros/as (*Ibid*). Tais dados são indicativos de que as políticas urbanas revelam, através das formas e das cores da cidade, o racismo estrutural que as fundamenta, ainda que ele seja socialmente naturalizado (Weimer, 2017).

Embora grande parte da Grande Cruzeiro seja território popular, não podemos reduzir a região à pobreza. As vilas não são homogêneas e se percebem as políticas de distinção por meio das diferentes formas de moradia. Junto às construções populares e à população de baixa renda, habitações de classes médias, condomínios residenciais fechados e casarões com vista privilegiada para o Guaíba disputam espaço com as vilas do Morro Santa Tereza. Entre as diferentes formas de habitação, há limites bem estabelecidos por muros e equipamentos de segurança privada. O fechamento das classes médias e altas em enclaves que promovem seu isolamento é sugestivo dos novos padrões de segregação urbana (Caldeira, 2000) e da construção de novas centralidades em bairros periféricos das cidades, que se beneficiam do baixo custo do solo urbano.

Um exemplo local é o condomínio do Conjunto Residencial Medianeira, localizado no bairro Santa Tereza e fundado em 1975. Trata-se de uma grande área isolada com 563 residências, dentro do complexo da Grande Cruzeiro, com uma infraestrutura que comporta parques, *playgrounds* e quadras esportivas. Os condôminos têm à sua disposição uma rede interna de serviços particulares, como fotógrafo, psicólogo, terapias naturais, treinadores físicos, advogado, costureira, entre outros. Além disso, há uma linha de ônibus exclusiva saindo do centro da cidade, “265 – Jardim Medianeira”, a serviço dos/as moradores. Tudo para garantir o conforto e evitar qualquer interação com o ambiente externo ao condomínio. Ao me mostrar

²⁵ Aqui, compreende-se favela como “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais em geral com urbanização fora dos padrões vigentes, denominado aglomerado subnormal” (Observapoa, [s.d.]).

o Jardim Medianeira pelo Google Street View, Ana²⁶ expôs sua perspectiva sobre os diferentes níveis de riqueza dos/as moradores dessa região.

A: Essa casa aqui ó. Essa casa tinha tudo. Eu fazia acompanhamento, a senhora que morava aqui fazia hemodiálise em casa. A casa, agora, tá atirada, mas são pessoas ricas em decadência. Mas tu pensa na casa! Tu vê os móveis, aqueles móveis bons assim, sabe? Chuta quanto é essa casa pra vender?

N: Não faço ideia.

A: Um milhão. Isso aqui é Cruzeiro. Tem casa de um milhão.

Segundo Ana, o/as moradores/as de residências de classes médias ou altas não gostam de dizer que moram na Cruzeiro e não se identificam como pertencentes à região. “Quem mora aqui (mostrando um edifício residencial) jamais vai chamar de Cruzeiro”, disse ela.

Aí tu vê aqui, ó, esses apartamentos aqui é 750 mil (reais). Essa cobertura aqui, eu atendo as duas coberturas. Utilizam o posto as duas coberturas. (...) Daí o pessoal até diz que aqui não é Cruzeiro, que aqui não é vila, porque entendem que chamar de vila é ruim. Só porque tu paga IPTU não significa que tu não seja da vila.

A imagem a seguir evidencia as diferenças socioeconômicas e urbanas da população. Separadas pela Avenida Cruzeiro do Sul, estão as residências do Jardim Medianeira e da Vila Cruzeiro.



Fig. 50: Imagem aérea de parte da Grande Cruzeiro, na Zona Sul de Porto Alegre. Autor: Luciano Lanes. Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/23/uniao-de-vilas-promove-semana-da-grande-cruzeiro-em-porto-alegre>

²⁶ Agente comunitária de saúde apresentada no capítulo 1.

É interessante notar em sua fala que o sentido de “vila”, nesse contexto, está relacionado à titulação oficial dos/as moradores/as sobre os imóveis regularizados. Ou seja, nessa perspectiva, a vila seria o lugar onde não se cobra imposto para morar. É como se, através do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), se adquirisse o direito à moradia. Isso também mostra o quanto as políticas urbanas estão pautadas pela ideia de propriedade privada, deixando os 165 milhões de brasileiros/as (Data Favela; Instituto Locomotiva, 2020), moradores de periferia, à margem dessas políticas.

O relato de Ana evidencia que algumas das tensões da vida urbana na Grande Cruzeiro estão nas visões conflitantes sobre o território e os diferentes níveis de pertencimento, que variam de acordo com as classes sociais e com o local de moradia.

3.2 HABITAR

A regularização de seus terrenos é uma importante demanda dos/as moradores/as da Vila Gaúcha. Sem a regularização, eles não têm reconhecido o direito à propriedade e vivem na angustiante iminência de remoção, sobretudo porque se trata de um terreno bastante cobiçado pela iniciativa privada devido ao potencial de valorização imobiliária. Se analisarmos o que prevê o Plano Diretor (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011) sobre regularização do solo urbano, começamos a entender que algumas das dificuldades de implementação dessa política estão nas controvérsias entre as regras da cidade planejada e as formas de habitação populares, ou seja, no irreconciliável conflito entre espaços planejados e *espaços praticados*.

O parcelamento do solo urbano, de acordo com o Plano Diretor²⁷, é vetado nos seguintes casos: “em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas ou proteção contra as cheias e inundações”; “em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, nomeadamente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica”; “em áreas onde a poluição ambiental impeça condições sanitárias, salvo se houver correções de acordo com as normas oficiais” e “em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais”. Inundações, condições sanitárias precárias, ausência de água encanada, falta de energia elétrica e a existência de terrenos localizados em becos ou vielas não oficializados são descritivos da

²⁷ Art. 136 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010.

realidade de muitas das vilas na Grande Cruzeiro. Notoriamente, as condições para o parcelamento do solo estão longe de ser satisfeitas nas vilas em questão.

Grande parte do morro Santa Tereza, da sede da Fundação na Avenida Padre Cacique à parte de cima, incluindo a Vila Gaúcha, é propriedade da FASE. A localização privilegiada do terreno, que tem vista para o Guaíba e para o estádio Beira-Rio, torna a área cobiçada pela iniciativa privada do mercado imobiliário, fazendo dela território em disputa.

Em 2009, a então governadora Yeda Crusius (PSDB) lançou um projeto de lei que autorizava a FASE a alienar ou a permutar o imóvel, abrindo precedentes para a privatização do morro e favorecendo a efetivação de projetos imobiliários. Tal iniciativa deu origem, no mesmo ano, ao movimento comunitário “O Morro é Nosso”²⁸ para defender o patrimônio público e o direito à moradia, em oposição ao governo de Yeda. A pressão popular conseguiu retirar da Câmara o projeto de lei em 2010 e, em 2013, foi sancionada, pela Prefeitura, uma lei apresentada pela vereadora Sofia Cavedon (PT) que fazia da Vila Gaúcha uma área de interesses ambiental, cultural e social. A sanção da lei, de acordo com Cavalheiro (2016), foi uma grande conquista para o movimento, pois constrói judicialmente outra visão do morro, desta vez como área especial, de moradia e parque ambiental²⁹.

A implementação da lei foi, de fato, uma conquista importante para a comunidade, mas não garantiu a paz e a tranquilidade para os/as moradores/as das vilas do morro, como contou³⁰ Emerson Santos, de 41 anos, liderança comunitária e morador da Vila Gaúcha: “A princípio, existe um acordo documental que essa área aqui é nossa, que eles não têm como tirar. Eu tenho uma visão complicada disso, eu não acredito cem por cento que eles não possam nos tirar”.

Quando o projeto de lei da governadora Yeda Crusius estava sendo discutido, Emerson participou das reuniões. Ele relembra a inconsistência dos argumentos apresentados em defesa do projeto de lei que favorecia a privatização do morro:

Isso aqui é um direito adquirido da comunidade. É um direito nosso. Se não fosse, por que não tiraram na década de 70, quando começou a crescer? Por que não tiraram na década de 80 então? Deixaram chegar no governo da Yeda Crusius pra dizer que iam tirar nós daqui? Com 10 mil famílias aqui em cima? Tão de brincadeira. Eu fui numa reunião, tinha um advogado lá que eu acho que no mínimo o cara era fora da casinha, “mas no mapa não tem nada lá”. Foi assim. Incrível que quando matam alguém, quando botam fogo no

²⁸ Anelise Gutterres (2014) e Ana Cavalheiro (2016) tratam, em suas pesquisas, do movimento *O Morro é Nosso*, que “era constituído por sindicatos, indivíduos e grupos civis organizados e promoveu uma série de caminhadas, marchas, distribuição de cartazes pela cidade” (Gutterres, 2014, p. 67).

²⁹ “A frase ‘nós derrubamos a PL388’ era frequentemente citada pelos interlocutores como parte de uma narrativa de sucesso. Vitoriosa, ela comprovava a força da luta, pois demonstrava que ‘eles’, os inimigos – políticos, especuladores, ricos – podiam ser derrubados pelo povo” (Gutterres, 2014, p. 69).

³⁰ Fiz uma entrevista por videoconferência com Emerson em junho de 2020.

ônibus, daí o Buraco Quente existe? Aí a Vila Gaúcha existe? Mas daí quando é pra manter a população aqui, deixar o povo aqui, daí não tem registro?

A instabilidade do direito a moradia na Vila Gaúcha muito tem a ver com o que se entende por *invasão* e com as formas pelas quais o termo é apropriado dentro dos diferentes regimes de construção e de gestão do espaço urbano. As nomenclaturas utilizadas para se referir oficialmente às áreas de periferia – ocupação clandestina, habitação irregular, aglomerados subnormais – dificultam as possibilidades de legitimação desse modo de vida, pois vinculam, a ele e a seus habitantes, o estatuto da ilegalidade. É uma noção de irregularidade que determina a inadequação da vila e, automaticamente, legitima a noção de centro (Gutterres, 2014). Nessa perspectiva, habitar o espaço consiste, por si só, é uma forma de infração, portanto, é passível de penalização (Foucault, 2005). Essa punição pode acontecer de formas indiretas, em nível da constante ameaça de remoção, ou em nível moral e público, atribuindo vergonha e humilhação ao lugar de moradia. Na análise de Foucault (2005) sobre as teorias das leis penais, a punição moral, constituída por opiniões, suscita reações de aversão e desprezo sobre o condenado (nesse caso, a comunidade), promovendo seu “isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público” (*Ibid*, p. 82). Essa concepção se aproxima da lógica do estigma criado em torno das comunidades periféricas mediante discurso que as responsabiliza pela própria pobreza, abrindo precedentes para estratégias de controle dessa população. Essa é uma estratégia que mantém as pessoas na corda bamba do direito à propriedade, impactando seu presente e inviabilizando seus projetos futuros.

A despeito da narrativa governamental sobre os modos de apropriação/ocupação dos espaços da cidade, Emerson apresenta outra concepção de “invasão”:

Teoricamente, a gente mora num lugar invadido. Eu quero que tu grave, ressalte o que eu vou te falar agora: o pessoal fala muito em área invadida, né? Bom, primeiro, área invadida, quando ela é invadida e ela é de propriedade de uma pessoa que trabalhou e batalhou por aquilo ali, (...). Agora me diz uma coisa: a Vila Gaúcha, ela tá em terreno de quem? Ela tá numa propriedade pública, que é da FASE, uma propriedade do Estado, digamos assim. Eu vejo muito o pessoal citar a Constituição hoje em dia, diz que o poder emana do povo, que o patrimônio público é do povo, e o próprio nome diz, é patrimônio público. Então, isso aqui, se eles dizem que é invadido, nós não invadimos, porque onde nós estamos em cima é nosso, é do povo. É nosso.

O discurso oficial, quando pressupõe a irregularidade, a anormalidade, a ilegalidade da ocupação, recai também sobre os habitantes, levando a práticas de intervenção e políticas de controle rigorosas. Por outro lado, considerar esses espaços como zonas de habitação legítima, ainda que precária pela falta de recursos, pode levar a condução de políticas urbanas que disponham subsídios necessários para garantir melhor qualidade de vida nas periferias.

A Vila Gaúcha ficou conhecida como uma das mais perigosas da cidade pelo senso comum e pela mídia, tanto que ganhou o apelido de Vila Buraco Quente. As intrusões da Polícia Militar contribuem para a criação de uma atmosfera de tensão e violência no território, enfraquecem o poder político da comunidade e comprometem a imagem da Vila, sistematicamente.

A denominação Buraco Quente é utilizada para se referir aos aspectos desagregadores da comunidade, como violência e tráfico de drogas. As mídias jornalísticas, ao se reportarem às notícias trágicas na região, utilizam o nome Buraco Quente pejorativamente. Diante disso, com o objetivo de trazer de volta a identidade comunitária da Vila Gaúcha e apagar a nomeação pejorativa, a associação está criando o projeto “Abraço Porto Alegre do Alto”. Nas palavras de Emerson: “Acho que deu pra perceber que aqui eu não toquei na palavra Buraco Quente, porque eu acho que a nossa Vila é muito maior que isso, entendeu?”.

O projeto visa movimentar a economia local e mostrar para as pessoas *de fora* uma Vila Gaúcha diferente daquela que é reduzida a um território de violência e criminalidade. É uma mobilização contra a discriminação da população local e pela busca de respeito e reconhecimento público. A ideia é reativar o belvedere como ponto turístico e “fazer com que Porto Alegre conheça a verdadeira face da Vila Gaúcha, que tem seus problemas, como qualquer outra comunidade, mas que quer ser vista, quer ser lembrada e respeitada. Esse é o principal”, relatou Emerson.

O belvedere mencionado tem o nome oficial de Belvedere Deputado Ruy Ramos, mas, localmente, é conhecido como “o mirante”. É um lugar pelo qual moradores/as da Cruzeiro têm bastante estima. Para Emerson, é “o lugar mais bonito de Porto Alegre em termos de visualização”. Um dos meninos que conheci nas oficinas no Centro da Juventude Cruzeiro, Jerônimo, desenhou o mirante em uma atividade de construção de mapas afetivos da região. Perguntei a ele por que escolheu desenhar o mirante, e ele respondeu: “Porque representa Porto Alegre, é um dos locais que, pra mim, representa Porto Alegre. Mostra tudo, mostra o Guaíba também”. Depois, Jerônimo me mostrou uma fotografia em seu celular que havia tirado da vista do mirante e que, para ele, seria uma lembrança daquele lugar. “Pra mim, guardar tipo quando, se um dia eu sair dali, eu vou ter aquela imagem”, explicou.

O mirante fica em cima do morro, em frente às emissoras de televisão e à Vila Gaúcha. Dali é possível contemplar a vista dos bairros da cidade, principalmente Menino Deus e Centro Histórico, além do Guaíba e suas ilhas, do estádio de futebol Beira-Rio e do pôr do sol. Emerson e outros/as moradores/as com quem conversei, inclusive os/as jovens que participaram das oficinas, disseram que houve um tempo em que o mirante era bastante frequentado por turistas.

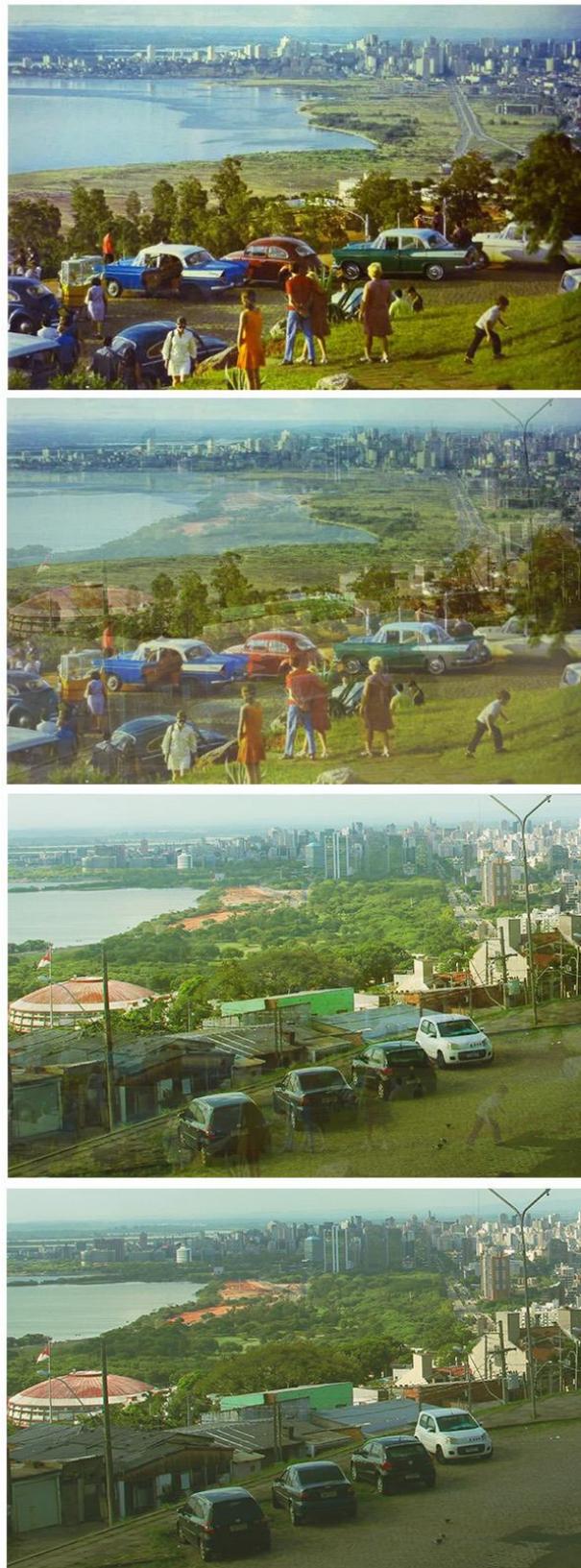


Fig. 51: Paisagens e passagens de uma Porto Alegre e suas sociabilidades em transformação. Elaborado pela autora.
Fonte da imagem base: Site Porto Imagem <https://portoimagem.wordpress.com>

Diferentemente das histórias de outras tantas vilas, a Vila Gaúcha teve êxito no atendimento de uma das demandas do movimento comunitário, que garantirá aos/as moradores/as a posse oficial de seus terrenos. Em maio de 2021, em uma conversa com Emerson pelo Whatsapp, ele contou que a regularização fundiária havia sido aprovada por um ato do governo do Estado naquele mesmo mês. Segundo ele, a empresa responsável³¹ já estava na Vila fazendo a medição dos terrenos e mapeando a área para legalizar as propriedades. O decreto do governo para a regularização das terras virou notícia nas mídias, mas pouco se sabe sobre o processo popular da luta por esse direito, que foi conquistado 12 anos depois da formação do movimento político organizado “O Morro é Nosso”³², como narrou Cavalheiro (2016). Pouco se sabe sobre como se deu o processo de tomada dessa decisão e quais foram os desdobramentos dela. Sendo as determinações governamentais produtos de discursos e práticas, seria pertinente a investigação dos desdobramentos futuros e dos saberes e poderes que orientaram o decreto que mudará a vida de muitas pessoas. Esse tema, que não poderá ser aprofundado nessa dissertação, é sugestivo para a elaboração de uma futura agenda de pesquisa e poderá contribuir com os debates sobre regularização do solo urbano.

3.3 CONSTRUIR

*Se não tem água, eu furo um poço
Se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa
E deixo andar, deixo andar*

*Fale de mim quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, seu doutor
Estou pertinho do céu³³*

Tomo como fio condutor da construção das memórias da comunidade urbana da Grande Cruzeiro a narrativa biográfica de Paulo Jorge, líder social reconhecido na região por suas contribuições nas lutas políticas para melhorias na comunidade. Conheci Paulo Jorge em um fórum em 2018, na semana da consciência negra, realizado no Centro da Juventude Cruzeiro.

³¹ A empresa responsável pelo serviço é Aerogeo Aerofotogrametria, Geoprocessamento e Engenharia Ltda, que atuará conjuntamente ao Departamento de Regularização Fundiária e Reassentamento (Derer). Fonte: “Projeto de regularização fundiária do Estado contempla zona sul de Porto Alegre”, 2021.

³² O movimento impulsionou a criação do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, organização política de mobilização contra as obras da Copa. Após a vitória do movimento de derrubada da PL388 (que previa a venda de 73 hectares da FASE para a iniciativa privada em 2009), o grupo seguiu se reunindo para lutar pela regularização fundiária (Gutterres, 2014).

³³ Trecho da música “Opinião” (1964), composta por Zé Ketí e interpretada por Nara Leão.

A sua história de vida e a de sua família andam juntas com o desenvolvimento urbano da região, fazendo de sua trajetória um importante inventário das memórias da Grande Cruzeiro. A minha visita à Associação de Moradores da Vila Tronco (AMAVTRON), sede da União de Vilas, foi impossibilitada pela pandemia. No entanto, apesar de nós termos enfrentado as limitações tecnológicas, como a má qualidade da chamada, consegui entrevistar Paulo Jorge por videoconferência, em julho de 2020.

Paulo Jorge tinha 69 anos quando faleceu, em outubro de 2020, por complicações da Covid-19. Ele foi presidente da União de Vilas, uma das maiores organizações da Cruzeiro, por mais de 30 anos e é protagonista de muitas das lutas sociais pelos direitos da comunidade. Além de Paulo, a Grande Cruzeiro perdeu outra importante liderança histórica durante a pandemia: o senhor Darci, da Vila Gaúcha. Ele e Paulo fizeram parte da primeira geração de ocupantes do território, contribuindo ativamente para o desenvolvimento das vilas.

Paulo era funcionário público estadual e trabalhava havia 25 anos no Hospital São Pedro. Veio para Porto Alegre de Rio Grande e foi morar, em 1955, no bairro Santa Tereza, pois seu pai era funcionário do Instituto de Aposentadoria e Previdência do Comércio (IAPC), órgão responsável pelo sistema de previdência social da época. Seu pai trabalhava como segurança, limpava pátios e arrumava as residências dos/as moradores/as da Vila dos Comerciários. “Não existia Grande Cruzeiro naquela época”, conta ele. “Nós não tinha água encanada, a água era do poço, e a luz vinha do outro lado do Teresópolis.”

A Vila dos Comerciários surgiu a partir de uma política habitacional para os associados do IAPC. Inicialmente, as 202 residências construídas foram alugadas para os associados do Instituto, mas, quando os institutos de previdência foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, as casas foram vendidas aos inquilinos pelo Governo Federal.

A Vila dos Comerciários era isolada das outras partes da cidade, favorecendo a criação de vínculos internos mais fortes entre os moradores. De acordo com uma matéria da Gaúcha ZH, publicada em 2017:

No início, era um lugar bucólico, atrás do Morro Santa Tereza, com acesso pela Avenida Carlos Barbosa (onde hoje está o Postão da Vila Cruzeiro), pois não havia outra coisa a não ser as casas, o Grupo Escolar Alberto Bins, a sede da Sociedade dos Amigos da Vila dos Comerciários (Savic), onde tinha um cinema com cadeiras de palha, um campo e uma quadra de futebol e cancha de bocha.

Atualmente, a Vila dos Comerciários está localizada entre a Avenida Moab Caldas e a Rua Orfanatrópio, muito próxima do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Postão), onde funcionava, antigamente, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Em 2017, a Vila dos Comerciários foi reconhecida como Área de Interesse Cultural (AIC) pela Prefeitura Municipal no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PPDUA)³⁴.



Fig. 52: Vila dos Comerciários, 1956 (1). Autores: Leo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo



Fig. 53: Vila dos Comerciários, 1956 (2). Autores: Leo Guerreiro e Pedro Flores. Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Paulo Jorge contou que, até 1967, existiam algumas vilas como a Nossa Senhora do Brasil, Orfanatrópio, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, citadas por ele. Essas vilas se instalaram em um território que pertencia à Santa Casa de Misericórdia, e as áreas das cercanias do Postão pertenciam ao INSS e ao Quartel. Segundo ele, todas estas áreas compunham o bairro Santa Tereza naquela época. O Santa Tereza foi oficializado como bairro no ano de 1959 e, nas suas fronteiras, originou-se o Medianeira, primeiro bairro instituído legalmente em Porto Alegre, em 1957 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [s.d.]).

Na década de 1970,

o governo resolveu abrir a cidade. Tinha que expandir a cidade de Porto Alegre³⁵. Então, foi se fazendo o quarto distrito, a Voluntários da Pátria, mexendo na rodoviária... Tudo isso aí foi discutido na nova cidade do Plano Diretor³⁶. Mas, como iam mexer na cidade, tinham que botar a população

³⁴ PPDUA. SUBSEÇÃO II – Da Áreas de Interesse Cultural. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/2ss2_2.htm>. Acesso em: 6 mar. 2021.

³⁵ As falas em itálico são transcrições diretas da entrevista com Paulo Jorge.

³⁶ Ele próprio foi, durante muitos anos, conselheiro regional do Plano Diretor.

pobre das vilas onde? Resolveram fazer um projeto chamado “A Grande Restinga Popular”, botando a população pobre lá na Restinga, Zona Sul.

O espaço urbano e social da Restinga foi criado ao final dos anos 1970 “sob o lema ‘Remover para promover’”(Gamalho; Heidrich, 2008, p. 6), impondo o reassentamento da população residente nas vilas que ficavam perto do Centro para aquele território que se localiza a mais de 20 quilômetros do Centro Histórico. Paulo Jorge conta de que forma se deu o processo:

Tiravam uma casa daqui e botavam uma casa lá, só que lá não tinha hospital, não tinha colégio, não tinha transporte. Era o gueto. Mas aí a Prefeitura como era na época da ditadura, o DEMHAB³⁷ com seus agentes mais a Brigada Militar chegavam nas casas e davam o aviso: ‘você quer sair numa boa ou numa ruim?’ Numa boa tu pegava o caminhão da Prefeitura e ia pra Restinga. Numa ruim, eles derrubavam a tua casa e tu saía no caminhão na marra.

Na época, Paulo tinha 16 anos e, durante nossa conversa, lembrou-se do medo que a comunidade sentia de ser realocada: “Nós tinha um medo da Restinga, pavor da Restinga”.

Algumas famílias que se recusaram a aceitar o projeto de reassentamento forçado começaram a ocupar a área do INSS, próxima à Vila dos Comerciantes. Foi desta forma que surgiu a Vila Tronco, nos anos 1970, segundo Paulo Jorge. Ao final da década de 1970, quando foi sancionada a lei que reestabelecia o pluripartidarismo no país, o movimento político comunitário se fortalecia.

Na época, tinha só a Arena e o MDB, aí surge os outros partidos, porque os exilados começaram o movimento comum. O que é o movimento comum? É comunitário. O que é o movimento comunitário? Organização das comunidades para arrumar seus bairros. Segundo ele, alguns políticos de esquerda ajudaram a criar a associação de moradores, e ali começou a ser as reuniões de moradores lutando para a melhoria da Vila. Botando água, botando luz, creche comunitária, as casas de passagem na Igreja...

O reconhecimento da Grande Cruzeiro como área social começa a partir dessas mobilizações comunitárias. Mas sua abrangência era maior do que é atualmente, unindo os bairros Santa Tereza, Glória, Belém Velho, Cavalhada e até a Restinga. A primeira organização social que reuniu moradores/as desses bairros foi o Conselho da Zona Sul. Com o estabelecimento das regiões de planejamento urbano no Plano Diretor da cidade, ficou determinado que a região Cruzeiro abarcaria os bairros Santa Tereza, Cristal, Medianeira e Glória e, com isso, foram criados os conselhos de bairros, deixando de fora a Restinga e a Cavalhada. Após o estabelecimento das regiões do planejamento municipal, o movimento comunitário na Cruzeiro deu origem à União de Vilas, em 1979.

³⁷ Departamento Municipal de Habitação

A União de Vilas, na narrativa de Paulo, nasceu em uma encruzilhada onde havia um único tanque com água, e nele as mulheres lavadeiras trabalhavam e faziam intriga. As fofocas eram veículos de informação na comunidade.

Na esquina da (avenida) Cruzeiro ali com a (rua) Malvina, tinha as lavadeiras. As lavadeiras eram as mulher ali, o ponto das fofoqueiras, porque só ali tinha água nos tanques. As mulher iam lavar roupa e ali era o dia da fofoca. Ali, onde tu largava uma coisa, todo mundo ficava sabendo, entendeu? Ali na esquina da Malvina, Dona Otília com a Cruzeiro, meio que tinha uma encruzilhada. Na época, na religião, os cara botavam ali pros Orixás as oferendas, então ficou ali o vucu vucu.

Nesse tanque desembocava uma bica d'água, que foi lembrada por Ana³⁸, outra interlocutora, quando fazia seu relato biográfico:

Aqui morava a Dona Otília, que era uma moradora muito antiga, uma das primeiras moradoras. E tinha uma bica aqui, que a gente vinha e tirava água. Um pouquinho antes da Dona Malvina, também tinha uma outra bica que era uma torneira onde a gente vinha buscar água.

O nome da rua foi dado em homenagem a essa antiga moradora, como conta Ana: “Dona Otília faleceu em meados de 90, 91, por aí. Ela era bem brabona, ela era muito brabona, me lembro bem dela.” Ela faleceu e homenagearam a rua como Dona Otília.

Quando o assunto foi a União de Vilas, perguntei a Paulo Jorge o porquê de o nome da organização ser esse. Ele disse que, na época em que foi formada a Organização, as reuniões já tinham representantes de mais ou menos 18 vilas e precisavam nomear o grupo.

Tinha que ter um nome pra isso. Vamos usar Santa Tereza? Não. Santa Tereza já era um bairro que existia então não era um bairro de força. Vamos usar Cruzeiro do Sul? Não também. Já que nós temos tantas vilas em conjunto, vamos usar União de Vilas e foi aprovada a criação do conselho popular da União de Vilas da Grande Cruzeiro. Ele distingue ainda o coletivo do bairro Santa Tereza, evidenciando o sentido político do termo: O bairro ali é Santa Tereza, mas Cruzeiro, União de Vilas é o nome da luta popular.

O principal marco das conquistas da União de Vilas, segundo Paulo, foi o Postão. Se referindo às conquistas, ele contou que, em seis anos, o movimento organizado conseguiu trazer energia elétrica e lixeiras e colocaram dispositivos para obter água. Depois, começaram a surgir as creches comunitárias, e foram se formando núcleos com delegados das associações de moradores das vilas que buscavam mais pessoas para se unirem ao movimento social,

³⁸ Ana Castro tem 40 anos, é moradora da Vila Tronco desde que nasceu e exerce a profissão de agente comunitária de saúde. Fomos apresentadas uma a outra por Daniela, trabalhadora da assistência social na Grande Cruzeiro e colega de mestrado.

construindo também a identidade política. Segundo ele, o movimento ganhou mais força durante a gestão de Alceu Collares (PDT) na Prefeitura.

Nós criamos os conselhos populares, que ficaram mais fortes com o Collares, com o governo do Estado, o governo do PDT foi o Brizola, que foi um governo popular. (...) Nós também, na comunidade, fizemos um trabalho social vinculado à Prefeitura, porque o governo se aproximou de nós, socialista, e nós conseguimos melhorar os bairros com água, esgoto.

O auxílio político favoreceu o progresso na Grande Cruzeiro, mas as melhorias na infraestrutura da região só foram possíveis a partir da iniciativa comunitária. Nas palavras de Paulo: “Tudo isso aí foi o Governo Comunitário que se organizou e ganhou. Então, a Grande Cruzeiro se torna mais forte ainda com a União de Vilas”.

Paulo Jorge foi, por muito anos, conselheiro do Orçamento Participativo (OP)³⁹ da Vila Tronco e contou que, a partir do engajamento social do conselho da Vila no OP, se concretizaram importantes passos na melhoria das condições de saúde da população.

Com isso, fizemos o PAM 3 (Posto de Atendimento Médico). Foi uma luta nossa. O Conselho Popular lutou também pela saúde, educação... Fizemos a Escola Martim Aranha na Grande Cruzeiro, fizemos a Escola Motta e Silva, tudo do Conselho. Fizemos a delegacia de polícia e a nossa grande conquista foi implementar o PAM 3, o pronto-socorro. Ali foi nosso grande marco da Grande Cruzeiro.

O Posto de Atendimento Médico 3 foi um equipamento de saúde que pertencia ao INAMPS. Em 1988, o PAM teve a ala de emergência pediátrica fechada, revoltando a população local, que passou a exigir que o posto passasse para a gestão municipal. Organizou-se um movimento de ocupação no posto, que repercutiu em um acordo entre governo federal e Prefeitura, repassando ao município sua gestão, como queriam os manifestantes. Assim, as emergências do posto de atendimento poderiam ser restauradas (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2018). Depois da ocupação popular, o PAM se tornou o Posto de Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), conhecido hoje como “Postão”. Paulo Jorge lembrou os acontecimentos do movimento de ocupação, do qual ele participou:

O Postão tava ameaçado de fechar. Então, nós descobrimos que aquela parte de baixo tava inútil, não tava sendo usada. Então, nós resolvemos, numa das reuniões nossas, a fazer uma extensão do pronto-socorro pra Zona Sul. Por que o que que tinha? O pronto-socorro, depois o Hospital Vila Nova e não tinha mais nada. O Belém Velho, na Glória só, pra toda a Zona Sul. Nós precisava de um pronto-socorro de emergência pra atender à Zona Sul. O prefeito disse que era meio difícil, mas o nosso movimento tinha muitos

³⁹ Instituição participativa municipal de aplicação de recursos, fundada em 1989, que se tornou referência internacional de participação social no período de reforma da democracia pós-ditadura militar (Fedozzi *et al.*, 2015).

médicos. Era composto de lideranças, economistas, advogados, médicos e um pessoal da esquerda também. O pessoal do PT tava lá dentro discutindo, e mais uns políticos. E aí começamos a discutir e criamos o pronto-socorro na Zona Sul. Aonde? No PAM 3, mas era federal. O superintendente do Rio Grande do Sul era o (Osmar) Terra, que é deputado federal hoje, e o prefeito era o Seu Olívio.

Então vamos fazer assim (reproduzindo falas da organização da ocupação): vamos invadir o Postão, vamos apropriar, é nosso. E vamos negociar depois. Então se reunimos lá dentro quase 40 pessoas e vamos ocupar. Arrebatamos as correntes e ocupamos a parte de baixo. Sessenta dias ocupado. Fizemos plantões. Chamemos o Terra, que era o superintendente. Chamamos o Olívio, o secretário de Saúde, fizemos acordos, carta de intenções. Fizemos a permuta. Passa do município a parte do Postão como cedência pra botar o hospital de pronto-socorro da Zona Sul.

O movimento comunitário conseguiu, então, instaurar o PACS, e muito da estrutura interna do Postão foi agregada a partir da verba do Orçamento Participativo. Mas nem tudo pôde ser suprido pelos recursos municipais. Assim, os/as moradores/as tiveram que, novamente, empenhar esforços para se apropriar de recursos básicos, como leitos e ambulâncias, como recordou Paulo:

Faltava leito. Descobrimos que, lá no Clínicas, tinha 20 leitos parados. Invadimos o Hospital de Clínicas de noite. Aí não tinha ambulância. Aí alguém descobriu que lá no Chocolatão federal tinha 20 ambulâncias guardadas. Nós vamos lá. Era uma máfia né (risos). Fomos lá e conseguimos as ambulâncias.

No início dos anos 1990, as reivindicações foram em torno das creches. Segundo Paulo, havia creches no território, mas os funcionários eram muito mal remunerados, a alimentação não era suficiente. As creches garantiam sua subsistência com as contribuições mínimas dos pais das crianças.

Precisava ter orçamento mensal pra manter alimentação, móveis, pagar os profissionais, assinar carteira. Com isso, conseguimos, dentro da União de Vilas, com a comunidade, forçar o governo municipal Olívio pra fazer esse convênio. Fizemos e ganhamos. Novamente, a União de Vilas conseguiu. É um conselho poderoso.

Além do convênio com a Prefeitura para melhorar as condições nas creches, conseguiram construir diversas moradias na Vila Barracão na mesma época, contou Paulo.

Transformações sociais e urbanas de impacto aconteceram na Grande Cruzeiro na época da Copa do Mundo de 2014, que teve Porto Alegre como uma das cidades-sede. A construção do corredor da Avenida Tronco foi uma das obras previstas, desde 2010, pela Matriz de Responsabilidades, documento que define os papéis dos governos na liberação de recursos e execução de ações (Mesomo, 2014). O projeto previa a duplicação da maior avenida que

transpassa a Grande Cruzeiro para melhorar as condições de trânsito de automóveis durante a Copa. O início das obras estava condicionado à remoção de aproximadamente 1,5 mil famílias na área a ser reformada e, para efetivar a remoção, foram mobilizadas diferentes tecnologias, saberes e argumentos que justificassem o reassentamento da população, como “a presença do dispositivo da irregularidade das moradias, a localização da pobreza visível e as imagens da precariedade” (Mesomo, 2014, p. 27)⁴⁰.

O espetáculo da Copa do Mundo se encerrou, mas as obras na Avenida Tronco não terminaram. Foram paralisadas em 2016 e retomadas em 2018. Os órgãos responsáveis prometiam a entrega no final em junho de 2020, frustrando as expectativas da população, novamente. Desde o início das negociações, em 2010, a população local convive com os transtornos provocados pelo empreendimento. A promessa atraente de desenvolvimento da região trouxe prejuízos até então. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, em 2019, apenas 35% do primeiro trecho da obra e 41% dos trechos finais estavam concluídos⁴¹.

O processo de remoção da população e a execução da obra não foram consensuais nem satisfatórios. Tão logo foram anunciadas as obras, o movimento comunitário se organizou, formando o Comitê Popular da Copa⁴² para participação nos processos decisórios e construir soluções para problemas da iminente perda da moradia. Uma das contrapartidas oferecidas pela Prefeitura foi o Aluguel Social no valor de R\$ 500 durante seis meses ou até que fossem construídos os prédios do programa Minha Casa Minha Vida, para onde seriam realocadas as famílias. Na planta, os apartamentos de 42 metros quadrados teriam apenas um dormitório e não havia previsão para a conclusão da obra, nem para a entrega dos apartamentos. A segunda opção foi o Bônus Moradia, a partir do qual a família recebia o valor de R\$ 52 mil em troca do terreno de sua casa. O valor oferecido não era suficiente para a compra de um imóvel na mesma região, fazendo com que muitas famílias precisassem se mudar de bairro ou mesmo de cidade.

⁴⁰ O processo de remoção das famílias, as estratégias e poderes acionados para sua viabilização e os movimentos populares de resistência das comunidades foram estudados por Juliana Mesomo (2014) em sua dissertação intitulada “Cotidiano em suspenso: remoção de populações e mobilização coletiva no contexto da duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre”.

⁴¹ A obra que não termina: duplicação da Tronco engatinha em meio a disputa judicial para remoção das famílias. Sul 21, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2019/05/a-obra-que-nao-termina-duplicacao-da-tronco-engatinha-em-meio-a-disputa-judicial-para-remocao-das-familias/>>. Acesso em: 10 mar. 2021

⁴² De acordo com Mesomo (2014), o Comitê Popular da Copa foi uma rede construída para buscar soluções para as consequências das obras e foi formado por “movimentos e organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), o Quilombo do Sopapo (QS), a ONG Cidade, lideranças comunitárias e moradores da região atingida pela duplicação da Av. Tronco.” (Id., p. 98).

As opções oferecidas pela Prefeitura não convenceram muitos/as moradores/as a deixarem suas casas. Ainda hoje, resistem/residem ali nove famílias que estão com determinação judicial para desocuparem os terrenos, e a última promessa da Prefeitura foi a entrega das obras até 2022⁴³.



Fig. 54. Desconstrução. Elaborado pela autora. Fonte das imagens: Google Street View.

⁴³ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Prefeito vistoria as obras de duplicação da avenida Tronco | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smoi/noticias/prefeito-vistoria-obras-de-duplicacao-da-avenida-tronco>>. Acesso em: 10 mar. 2021b.

Com as obras, foram prejudicadas tanto as famílias removidas ou em processo de remoção quanto o resto da população que ficou no território. A Avenida Tronco é uma via que atravessa a Grande Cruzeiro e tem grande fluxo de pessoas todos os dias, principalmente no trecho em frente ao Postão. O barro, os resíduos de demolição e as irregularidades no solo – efeitos das obras inacabadas – fizeram do espaço um contexto de risco e poluição⁴⁴.

A duplicação da Avenida Tronco é mais um capítulo da história do desenvolvimento urbano da Grande Cruzeiro. Uma interpretação provável para esse acontecimento, diante de tantas consequências que gerou, é a de que obras como essa não são desejáveis e devem ser evitadas. No entanto, a narrativa de Paulo ofereceu um contraponto. Segundo ele, as obras de duplicação da Tronco foram outra conquista do movimento comunitário organizado: “Foi uma conquista nossa, não foi do município”. Ele se referiu às obras como demanda da própria comunidade para valorização urbana da área. Também salientou que o Bônus Moradia, para alguns, significou melhorias nas condições de vida, com a troca de um imóvel não escriturado por outro escriturado.

Paulo Jorge foi representante da Cruzeiro no Conselho do Plano Diretor por seis anos e era bem relacionado com gestores municipais e outros atores políticos influentes. Tendo conhecimento acurado das políticas urbanas e sendo reconhecido em espaços de participação popular, tinha facilidade nas negociações com o poder público. Por isso, ele dizia que as obras da Avenida Tronco resultaram de um acordo entre Prefeitura e comunidade, mas reconhecia que o empreendimento trouxe mais prejuízos do que vantagens à população, frustrando as expectativas da comunidade. Segundo ele, o erro foi “não ter feito um testamento dizendo ‘a Prefeitura de Porto Alegre garante à população que vai sair da Tronco o direito de propriedade e não pagar mais nada’”.

Nove anos depois do início das obras, o direito à moradia e à indenização das famílias impactadas pela obra ainda é uma das principais bandeiras do movimento político da comunidade. Ponderando sobre a situação, ele argumentou:

Nós temos 300 famílias ainda no aluguel social esperando sua moradia. Agora, calcula uma coisa: imagina só, 2014, as famílias recebendo aluguel social, R\$ 500 por mês. São seis anos, cada família por ano, R\$ 6 mil por ano. Isso tá pagando pra essa população e podia ter feito as casas.

⁴⁴ Inúmeras narrativas foram produzidas, e ainda são, sobre as obras que afetaram, de diferentes formas e escalas, as vidas e famílias. Alguns dos desdobramentos na vida das pessoas e no cotidiano urbano do lugar foram explorados em dois documentários disponibilizados *online*: “Os Estrangeiros da Vila Tronco” (2014), dirigido por Gabriela Féres, e “Entresonhos” (2016), dirigido por Calvin Furtado.

A narrativa do desenvolvimento da Grande Cruzeiro, da perspectiva de Paulo Jorge, mostra que a periferia não é o “excedente” da urbanização do centro. Uma inversão de perspectiva se torna possível a partir de suas falas: não é a periferia que se desenvolve a partir do centro, mas é a periferia que cria condições para o desenvolvimento do centro. As precárias condições para habitação que se encontram em áreas a serem ocupadas e zonas semi-rurais obrigam a construção de estruturas básicas com força de trabalho própria e com recursos enxutos. Um dos problemas dessa “urbanização sociopática” (Pereira, 1969 *apud* Velho, 1989), que venho argumentando, é a usurpação do solo construído pela comunidade quando as empreiteiras vislumbram aquele pedaço de solo urbano como bem imobiliário. Outro problema é a exploração da força de trabalho usada para erguer um espaço habitável.

Sobre as relações de poder implicadas nesse modo de produção – e expropriação – de cidades, Paulo comentou:

Nós lutamos nesses 20 anos pra melhorar a terra. Botamos esgoto, botamos água, botamos luz, supermercado, hospital... e passou, hoje, de 0,35 pra 0,80 o metro quadrado da terra, ou 1⁴⁵, dependendo de onde tu mora. (...) Nossa situação, hoje é a terra que ainda continua sendo do município, então o medo nosso, hoje, ainda é tu abrir a Vila Tronco, pavimentar aquelas ruas, valorizar aquela região e nós continuarmos sendo clandestinos.

É comum que, nas narrativas dos/as os/as moradores/as mais antigos, como Paulo Jorge, apareçam as expressões: “tudo aqui era mato” ou “quando cheguei, só tinha mato”. Sobre expressões como essas em narrativas de moradores/as de periferias, Weimer (2017) argumenta que podem ser observadas três dimensões. A primeira está relacionada com o aspecto político de denúncia das irregularidades nos bairros e a demonstração de suas necessidades, pois “apresentar-se como desbravadores era também uma maneira de deixar claro que tudo que ainda estava por ser feito da parte do governo municipal” (*Ibid*, p. 10). A segunda dimensão é a do caráter histórico das experiências vividas por essas pessoas que chegam a lugares com condições mínimas ou nulas de habitação. A terceira dimensão, mais simbólica, é a “mítica da fala”. Através da narrativa, descreve-se um contraste entre o que era antes e o que é agora, com condições – ainda que não ideais – para se viver. Esta última dimensão ressalta o papel que os/as narradores/as atribuem a si próprios/as como responsáveis pela ocupação primordial e pela construção do espaço habitado, afirmando, assim, seu pertencimento e seus direitos sobre o território.

⁴⁵ Está se referindo ao Índice de Aproveitamento, que indica a área que pode ser construída em um terreno, de acordo com o Plano Diretor da cidade.

A Grande Cruzeiro reúne numerosas vilas e não pode ser tomada como uma unidade homogênea. Cada vila tem suas tensões e particularidades, mas aqui foram apresentadas perspectivas de moradores/as de duas delas, a Vila Gaúcha e a Vila Tronco.

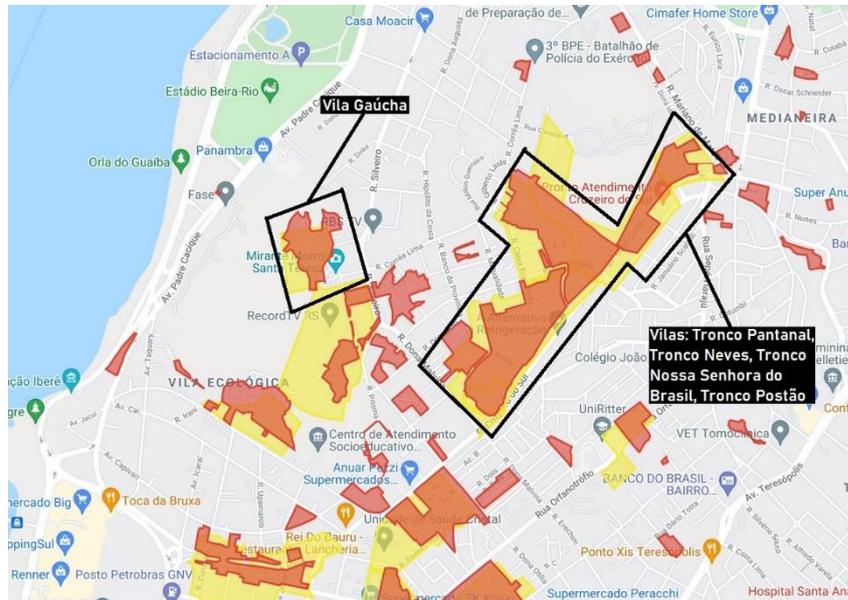


Fig. 55: Vila Gaúcha e Vilas Tronco. Fonte: Elaborado pela autora a partir do Mapa de Áreas de Vulnerabilidade de Porto Alegre.

Em **vermelho**: Vilas segundo dados do DEMHAB. Em **amarelo**: Aglomerados subnormais segundo IBGE 2010.

Foi possível observar, nos relatos, que o reconhecimento pessoal e coletivo como produtores/as do espaço em que habitam fortalece os vínculos de pertencimento com o espaço e constrói argumentos para afirmar a propriedade sobre a terra. Acredito que essas falas contemplam as três dimensões das construções narrativas sobre produção de lugares, salientadas por Weimer (2017). Cada vila tem suas particularidades, mas o associativismo como forma de sobrevivência, desenvolvimento e organização política é uma característica que se destaca em ambas. O argumento que procurei desenvolver nesse capítulo foi o da “politização das práticas cotidianas” (Certeau, 2012) através da reflexão sobre *táticas* (*Ibid*) e modos de apropriação de espaços na cidade de atores sociais que jogam com a ordem e transformam as narrativas oficiais. Concluo a seção com uma citação de Barbosa que, acredito, sintetiza as questões elaboradas neste capítulo:

Existe uma favela real, de madeira, ferro, cimento, carne e osso, mas a outra ficcional, da prosa de invenção, constituída sob encomenda para legendar os rótulos de desaprovação colados sobre os excluídos. A favela de verdade apresenta-se na diversidade, plena de defeitos e virtudes. Aquela imaginada no asfalto, porém, é apenas reduto do vício e da perversão, que se difundiu

massivamente durante décadas, conforme o receituário de estigmatização do conjunto de pês: pretos, pobres e proletários privados de propriedade. (Barbosa, 2015b).

4 ETNOGRAFIA COM IMAGENS

4.1 NO COMEÇO, DESAFIOS E ALGUNS TROPEÇOS

Para o desafio de desenvolver uma pesquisa de campo junto aos moradores/as das vilas da Grande Cruzeiro, a estratégia metodológica escolhida foi propor uma oficina aos/às jovens do Centro da Juventude Cruzeiro. Este período de trabalho de campo foi realizado entre janeiro e março de 2020. Entende-se aqui oficina como uma prática dialógica coletiva entre participantes e facilitadores/as focada em uma questão central, que, neste caso, foram as relações entre os/as jovens e os lugares onde moram. O objetivo da atividade é estimular a interação entre participantes e a construção de um conhecimento coletivo sobre o tema abordado. O/a educador/a é responsável por criar as possibilidades para a criação ou produção do conhecimento (Freire, 2015). Os/as participantes são envolvidas nessa construção, trazendo suas formas de interpretar o tema em questão a partir de suas vivências e opiniões, mostrando, nos termos de Paulo Freire, suas “leituras do mundo”.

As dinâmicas das oficinas não têm apenas um caráter pedagógico. Elas também podem ser empregadas como estratégias de pesquisa, como salientaram Spink, Menegon e Medrado:

Ressaltamos o potencial das oficinas em promover o exercício ético e político, pois, ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta. (Spink; Menegon; Medrado, 2014, p. 33).

As oficinas, na perspectiva dessas autoras, podem ser encaradas como uma fusão entre produção de informações e coleta de informações.

A partir dos pressupostos da antropologia colaborativa, meu projeto foi realizar uma oficina com jovens que possibilitasse novas formas de interação em campo e entrar em contato com seus universos urbanos, socioculturais e afetivos.

O mergulho no contexto do campo de pesquisa na Grande Cruzeiro aconteceu em 2019. Naquela ocasião, participei de uma coleta de dados para uma pesquisa realizada pela Central Única das Favelas (CUFA) nas vilas das regiões Cruzeiro e Cristal. A pesquisa se realizou nos domicílios ou com os/as moradores/as pelas ruas das comunidades e buscava saber quais eram os sonhos e as expectativas da população favelada para o próximo ano⁴⁶. Nessa ocasião, propus

⁴⁶ Para esta pesquisa, foram realizadas 2.006 entrevistas em mais de 60 favelas de diversos Estados brasileiros. O estudo foi desenvolvido pelo instituto Data Favela e pela CUFA. Mais informações disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-31/favelas-brasileiras-sonham-com-casa-e-negocio-propios-para-2020-mas-nao-esperam-mais-seguranca.html> e <https://www.cufa.org.br/noticia.php?n=MjI2>. Acesso em: 22 nov. 2020.

à coordenação a realização das oficinas integrada ao meu projeto de pesquisa, e a proposta foi acolhida. Então, no início de janeiro de 2020, fizemos uma reunião em que estavam presentes a coordenadora-geral, dois coordenadores setoriais e o educador das aulas de fotografia, Cristian Pelige, um importante parceiro na realização das oficinas. Conversamos sobre o projeto inicial, que consistia na realização de cinco encontros com dinâmicas participativas tematizando os espaços da Grande Cruzeiro e suas experiências de juventude. O projeto seria finalizado com a produção de uma exposição fotográfica.

O planejamento inicial previa a realização de uma oficina em que os encontros seriam complementares, tendo uma continuidade entre eles. A participação de um mesmo grupo de jovens em todas as sessões – considerando, é claro, as evasões – faria com que o tema e o entrosamento entre nós fossem se desenvolvendo no decorrer dos encontros. No entanto, a inconstância e a variação da presença dos/as participantes implicou a necessidade de fazer modificações no planejamento. Como as oficinas são uma metodologia cuja dinâmica se constrói processualmente com os/as participantes, mas sempre contornando um tema central, é preciso haver flexibilidade no planejamento diante de situações como essa.

Na prática, a participação de diferentes grupos de jovens em cada encontro abriu um espaço de inseguranças na trajetória da pesquisa. Salientei, desde o início, o caráter voluntário da participação e, ao longo dos encontros, houve quem não quisesse ou não pudesse continuar. O período em que as oficinas aconteceram era o recesso das atividades regulares, o que pode ter desmobilizado a participação daqueles/as que teriam que ir até o CJ somente para a atividade. É necessário considerar, ainda, que a proposta pode não ter sido interessante o suficiente para estimular o engajamento de todos/as.

Diante desses contratempos, foi necessário repensar as atividades propostas de modo que cada oficina fosse independente das outras e funcionasse para diferentes grupos. Destaco a participação de três jovens que estiveram presentes do início ao fim das oficinas: Bruno P., Khellen e Gabriel. Estes participaram mais ativamente das atividades propostas nas oficinas e se tornaram importantes colaboradores desta pesquisa.

A ideia era que participassem das oficinas jovens que já tivessem aprendido a fotografar. Então, as oficinas foram vinculadas ao curso de fotografia. Este estava sendo reconfigurado em suas práticas pedagógicas, passando de um perfil de curso mais técnico para outro que abordasse aspectos culturais, identitários e estimulasse o pensamento crítico. Uma das coordenadoras comentou que o projeto da oficina “caiu como uma luva” para os atuais propósitos do curso. Com o projeto aprovado, a parceria com Cristian Pelige – educador de fotografia – se deu da seguinte forma: eu fiquei encarregada pela organização da oficina e

condução das atividades reflexivas relacionadas às imagens, e ele ficou encarregado do suporte técnico e da orientação e ensino de fotografia. A participação dele, enquanto educador experiente com os/as jovens e com o funcionamento do espaço, foi determinante para a realização da oficina. Pelige foi responsável pela divulgação da oficina e pela mobilização dos/as jovens. Acredito que a notória identificação que os jovens têm com ele também foi um incentivo para participação.

Foram realizados cinco encontros entre os meses de janeiro e março de 2020. Destes, participaram 13 jovens⁴⁷, todos/as habitantes da região Cruzeiro e inscritos no CJ. Havia mais meninos do que meninas, e a maioria era de cor preta ou parda. Após a divulgação da oficina, Pelige criou um grupo no Whatsapp com aqueles/as que manifestaram interesse. A partir daí, pudemos dar início às atividades com os/as jovens. Os recursos pedagógicos foram fornecidos pelo CJ, como folhas de papel, canetas e três câmeras fotográficas DSLR⁴⁸ utilizadas nas aulas de fotografia. Além dessas câmeras, deixei à disposição da oficina a minha câmera de uso pessoal. As câmeras fotográficas eram objetos que passavam de mão em mão durante os encontros e, paralelamente à atividade proposta, sempre havia algum/a jovem fazendo fotos com as câmeras. Por isso, não foi possível atribuir autoria individual à maioria das imagens. Assim, nas imagens em que não foi identificada autoria, o crédito foi *autoria coletiva*.

As oficinas se realizaram na sala do espelho, assim chamada por ter um grande espelho que cobre uma das paredes por inteiro, como em uma sala de dança. A sala é ampla e bem equipada com ar-condicionado, uma grande televisão, cadeiras escolares com prancheta e uma lousa.

Desenvolver e conduzir as oficinas e, ao mesmo tempo, fazer o registro da experiência etnográfica não foi tarefa fácil. As fotografias e as gravações de voz produzidas me auxiliaram na condução da escrita da experiência após cada encontro. Gabriel Sager, bolsista de iniciação científica do Navisual, também participou dos encontros e contribuiu com a produção de fotografias. Com o devido consentimento dos/as participantes, utilizei um gravador para registro das falas. Havia muito eco na sala e não era incomum que as conversas fossem simultâneas, o que impediu a transcrição e a escuta de parte desse material.

⁴⁷ A definição de “jovem” aqui está baseada no recorte etário estabelecido pela política pública que visa atender pessoas “de 15 a 24 anos vulneráveis à violência” (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2016). De acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) são considerados jovens os sujeitos de 15 a 29 anos, sendo que para sujeitos de até 18 anos a lei que deve ser aplicada é a do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

⁴⁸ “Digital Single Lens Reflex” são câmeras fotográficas digitais com um espelho interno que possibilita melhor visualização da imagem. São utilizadas para fotografias de alta qualidade.

4.2 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA DAS OFICINAS

No primeiro encontro, cheguei ao CJ ao mesmo tempo em que os/as jovens chegam com o ônibus do projeto. Este ônibus circula por diferentes pontos do território, garantindo transporte àqueles/as que moram mais longe ou não dispõem meios de transporte próprios. São realizadas oito paradas do ônibus em pontos de referência facilmente reconhecíveis por todos, como escolas e postos de saúde. Na chegada, todos/as uniformizados/as com as camisetas verde e branco, desciam do ônibus enérgicos/as e barulhentos/as, trazendo som e movimento para o CJ.



Fig. 56. Interior CJ Cruzeiro (01).
Fotografia da autora.



Fig. 57. Interior CJ Cruzeiro (02).
Fotografia da autora.

Com a chegada dos/as jovens, o espaço silencioso de trabalho da equipe técnica se torna uma animada balbúrdia. Antes do início das atividades, é servido o lanche no segundo andar, fazendo com que o saguão se converta em espaço de socialização entre jovens e educadores/as. Costumeiramente, ao som de *funk* ou *rap* na caixa, todos/as interagem antes do início das atividades. Após o lanche, todos/as se direcionam às suas respectivas salas de aula para o início das atividades.

4.2.1 Primeiro encontro

Nossa primeira oficina aconteceu na sala de espelhos. Estávamos presentes eu, Gabriel Sager, Cristian Pelige e outros/as nove jovens, sete meninos e duas meninas. Dois meninos, que já faziam parte do CJ havia mais tempo, quando me reconheceram, disseram “ah, é a Nicole

que era aluna do CJ”. O que me deixou bastante intrigada, pois sempre refleti sobre qual era o meu lugar naquele espaço, sobretudo quando era chamada de *sora*. Durante as oficinas, desde o princípio, procurei construir uma relação de horizontalidade, apresentando-me como pesquisadora e me posicionando como alguém que também estava ali para aprender e compartilhar conhecimentos.

Sentados em um círculo, o diálogo começou com uma pergunta: “Na opinião de vocês, como a Cruzeiro é vista por quem não é da Cruzeiro?”. Um dos meninos respondeu que só o que aparece é o lixo e a pobreza. Outro disse que o crime e a violência também aparecem muito. Pelige entrevistou dizendo que tais imagens podem ser produzidas por qualquer pessoa, pois são superficiais, mas as imagens que mostrem outras faces da comunidade só podem ser produzidas por quem realmente conhece e vive nesses contextos. Assim, ele anunciou um dos objetivos da oficina, que era construir imagens mostrando as coisas boas e positivas que a comunidade vive em seu cotidiano como contrapontos às visões que resumem periferias à violência e ao lixo.

O propósito das oficinas era, justamente, buscar formas de perceber a Grande Cruzeiro a partir das perspectivas e das experiências dos/as jovens. Para isso, foi necessário explicar o funcionamento das dinâmicas da pesquisa social e de que formas eles/as estariam contribuindo com a pesquisa. Expliquei que seríamos todos/as observadores/as da vida nesse contexto, que utilizaríamos formas diferentes para descrevê-lo, como desenho, histórias de vida, fotografias, entre outras. Mas tudo seria feito a partir de suas próprias vivências. Falei, ainda, que o trabalho da pesquisa na cidade é observar como ela é, quem são as pessoas que a habitam, os modos como as pessoas a habitam, as formas da própria cidade, sua memória, as coisas que estão na rua etc... Então, nesse ato de *estranhar o familiar* (Velho, 1978), o/a pesquisador/a vai unindo informações e criando um conhecimento sobre determinado lugar. A expressão chamou a atenção de um dos jovens, Matheus, que perguntou o que significava isso. Falei que era observar tudo como se a gente não conhecesse o lugar, e ele retrucou: “Mas, sora, não tem como. A gente viveu a vida toda aqui. Só se a gente fosse pra outro lugar”. Nesse momento, me dei conta de que havia naturalizado uma forma de perceber o mundo muito específica da Antropologia ao pensar que seu sentido seria auto evidente para todos/as.

Na sequência, para começarmos a conversar sobre imagens, propus a realização de uma dinâmica utilizada pelo Navisual no Seminário Paisagens do Litoral Norte Gaúcho, realizado em maio de 2019, no Campus Litoral Norte (UFRGS). O objetivo da dinâmica foi estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre as imagens apresentadas, bem como ensinar sobre processos de montagem de narrativas visuais.

Apresentei a eles/as duas exposições do acervo do Navisual, todas resultantes de pesquisas etnográficas, em material impresso, para que pudessem ser manuseadas. As exposições foram “Uma ilha (assombrada) na cidade”, de Rafael Devos, e “De homem para homem”, de Luiz Eduardo Achutti. A escolha dessas narrativas se deu levando em consideração temas cotidianos que julguei serem comuns às/aos participantes, a saber, a região do Arquipélago, evidenciando um contexto singular de periferia em Porto Alegre, e a temática da relação entre homens no ato de barbear, pois o curso de barbearia é um dos favoritos pelos/as jovens.



Fig. 58. Primeira oficina (1). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.



Fig. 59. Primeira oficina (2). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.



Fig. 60. Primeira oficina (3). CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.

A turma foi dividida em dois grupos, de modo que cada um ficasse com uma das exposições. Orientei-os a abrirem o material e observarem as imagens. Nesse momento, procurei não mais conduzir suas ações e deixar as imagens agirem por si, despertando sensações em quem as olhasse (Didi-Huberman, 1998). Georges Didi-Huberman (1998) considera que as imagens permanecem vivas quando as experiências de ver e imaginar fluem independentemente de uma explicação. Assim, optei por não dar muitas orientações nem informações específicas

sobre aquelas fotografias e permitir que pensassem as imagens a partir da própria imaginação. Os grupos, imediatamente, começaram a desempacotar as exposições, animados, e colocaram as fotografias no chão, para vê-las melhor. Elas foram movimentadas, ordenadas e reposicionadas neste fluxo de interações entre pessoas e imagens.

Quando a movimentação e os assuntos entre eles/as começavam a se abrandar, sugeri que se colocassem no lugar de organizadores/as de uma exposição de fotografias. Como organizariam as fotos? Quais imagens seriam colocadas lado a lado? Como seria possível contar uma história com aquelas imagens?

Após este exercício, nós nos reunimos em um grande grupo para observar a exposição de Rafael Devos, organizada pelo primeiro grupo. As fotografias mostram imagens da região do Arquipélago em Porto Alegre durante um período de inundações causadas pela chuva e pelo aumento do nível do Lago Guaíba. Elas exibem ruas alagadas, casas de palafitas, pescadores, barcos navegando pelas ruas e pessoas que vivem nesse contexto.

Comecei perguntando: “O que essas imagens estão mostrando? Que histórias elas contam?”. Matheus disse que “mostra a realidade como era no passado, antigamente, e até hoje. Quando chove, é isso mesmo que acontece. A gente vê na tevê assim quando alaga, as pessoas com barco ou colocando madeira pra passar pro outro lado da rua”. Ele disse que essa não é a realidade da região onde ele mora, mas, para Khellen, que mora na Vila Resbalo, as imagens mostravam um contexto familiar. “Às vezes, enche assim o pátio todo, e a gente não consegue sair da vila porque tá cheio de água as saídas”, disse ela. Kauan, morador da Vila Boca do Anjo, também disse que os alagamentos são comuns em sua vila. Vilmar notou, pelas marcas do nível da água nas paredes das casas retratadas, que aquela não havia sido a altura mais alta que a água já teria chegado, e que outras enchentes de maiores proporções haviam acontecido anteriormente.

Ao interpretarem as fotografias a partir de suas próprias experiências, eles/as estão nos revelando aspectos de suas próprias realidades sociais e dos contextos culturais em que estão inseridos/as. Nesse sentido, quando Khellen diz “Tem casa com telhado velho, tem telhado que voa, telhado que quebra”, ela mostra as condições urbanas dos territórios onde vive, indicando áreas de risco de alagamento e destelhamento.

O lixo foi apontado como principal causador das inundações na região, como argumentou Khellen, que mora perto do valão. “É horrível quando chove, o valão enche e, daí, vem toda água e vem o lixo também, por causa que o pessoal joga lixo na rua mesmo”. Além dos problemas ambientais agravados pelo lixo, também é um elemento causador de intrigas entre moradores/as de diferentes localidades.

O pessoal da vila tava até parando de jogar lixo. Mas o pessoal do prédio, eles vêm de lá e jogam o lixo ali na vila, como se a gente fosse lixão. Agora, até botaram uma placa grande lá na vila dizendo que é proibido jogar lixo. Por enquanto, tá tranquilo, não tão jogando, mas é bem ruim. (...) O problema é o pessoal de fora que vem e joga o lixo, só porque é vila, porque é comunidade. (Khellen)

As imagens trouxeram para o centro da conversa uma tempestade que tinha acontecido em Porto Alegre recentemente e que havia danificado diversas casas em suas vilas. Neste momento, Vilmar contou: “Essa última chuva forte que teve, teve gente que perdeu telhado e teve gente que caiu até muro da casa. Daí tem uns que ajudam, porque lá na vila todo mundo se conhece, a gente se ajuda”. Ele trouxe sua própria experiência como exemplo, contando que seu quarto fora destelhado e que, agora, estava dormindo na sala. Com riso contido, comentou que quem mais se beneficia das chuvas é o dono da ferragem, pois o material de construção custa muito caro. “Meu pai só trocou as telhas porque ele tinha um amigo que emprestou dinheiro pra ele poder trocar.”

As inundações e as perdas materiais decorrentes de chuvas fortes são acontecimentos que frequentemente atingem o cotidiano nessas localidades. São eventos ordinários, com os quais os/as moradores/as se habituaram a conviver. Esses eventos, no entanto, moldam experiências da vida coletiva e individual, causando sofrimento e interferindo em ações diárias, como se pode observar na fala de Khellen: “A gente não consegue sair da vila porque tá cheio de água”.

Os alagamentos e as outras formas de violência estrutural, ou intersubjetiva⁴⁹, não são eventos imprevistos e circunstanciais. Na perspectiva de Veena Das (2007), esses acontecimentos estão enlaçados à vida cotidiana dos/as moradores/as das vilas da Grande Cruzeiro, de modo que as formas de violência, das quais são decorrentes, sejam naturalizadas.

Por outro lado, a necessidade de reparação dos danos causados pela chuva cria redes de apoio dentro da comunidade, produzindo um viver cotidiano marcado pela ética da coletividade. Foi o que expressou Gabriel quando eu lhe perguntei como a comunidade enfrentava tais dificuldades:

O legal é que todo mundo aqui na comunidade se ajuda. Se tu tá num lugar rico, nuns condomínio assim, aconteceu alguma coisa que não é com a tua casa? “te fode”, ninguém vai se importar contigo. Aqui na comunidade, se tu pedir qualquer coisa, tipo, “me dá um saco de arroz”, a pessoa vai falar

⁴⁹ Carlos Gadea (2015) define violência intersubjetiva não só como “resultado de conflitos inerentes às relações de poder desigual entre diferentes sujeitos, mas sim como associada à vulnerabilidade à violência de um determinado grupo social. A exposição à violência contínua e a participação ativa em atos violentos (como vítima ou protagonista) desenha uma forma de relação específica, em que fatores estruturais, conjunturais e institucionais atuam conjuntamente no seu aparecimento” (*Ibid*, p. 34).

“toma aí”, de bom grado ainda. Por causa que, aqui, as pessoas se ajudam mesmo. Aqui, tu nunca se sente sozinho. Aqui, tu dá dois passos e tu vai encontrar alguém. Assim, tu nunca viu a pessoa, mas ela vai te agir com a maior gentileza, assim, e vai se tornar uma amiga. É como se fosse uma família, basicamente.

A construção das redes de apoio na comunidade, mais do que dinâmicas locais, são *táticas*⁵⁰ de enfrentamento coletivo das adversidades e de resistência devido à ausência de apoio do poder público. Chama atenção, nas narrativas sobre essa temática, a distinção que os/as jovens estabeleceram entre formas de se relacionar de ricos e de pobres, com base em uma imagem das pessoas de classes sociais mais altas como individualistas em oposição ao modo de vida coletivo entre moradores da periferia. Tal como expressou Bruno P., complementando a fala de Gabriel: “Aqui, todo mundo se ajuda. Agora, vai lá no bairro burguês pra ver se alguém vai te ajudar”.

Dando continuidade à dinâmica da oficina, fomos analisar a exposição “De homem para homem”, de Luiz Eduardo Achutti. A narrativa é composta por nove fotografias em plano fechado e plano médio que retratam dois homens idosos, um sendo barbeado; o outro, barbeando. Estas imagens são produtos de um estudo realizado pelo autor com uma comunidade de catadoras de lixo na antiga Vila Dique, cuja população foi removida e reassentada em um conjunto habitacional na zona norte de Porto Alegre.

No começo, ao verem as fotografias, os meninos acharam graça dos homens que apareciam nas fotografias. Matheus, apontando para uma foto, disse, em tom de brincadeira, para Igor: “Olha aí, ó, parece contigo”. O fumo de palha enrolado em uma folha pautada de caderno foi o objeto que mais chamou a atenção deles/as e evocou mais alguns gracejos. Bruno P. comentou “É folha de caderno! Isso aí deve fazer um mal...” Vilmar retrucou: “É, mas tá vivo!”. E complementou dizendo que o segredo para viver por muitos anos é fumar cigarro de folha de caderno. Outro Bruno, gesticulando com as mãos como quem enrola um cigarro de fumo de palha, disse que, na casa dele, fazem muito isso. Depois, levou o cigarro imaginário à sua boca, rindo.

O cigarro de palha, assim como as ferramentas usadas para barbear, segundo eles/as, mostravam a simplicidade da vida dos sujeitos. Como muitos/as dos/as presentes haviam feito o curso de barbearia, um dos principais cursos profissionalizantes oferecidos pelo CJ, perguntei

⁵⁰ Em contraposição às *estratégias* – conjunto de práticas que articulam espaço e poder –, as *táticas* são movimentos imprevisíveis que sacodem a cidade, “procedimentos resistentes, astuciosos e teimosos” (Certeau, 2012, p. 163). As *táticas* jogam com os terrenos que não lhes são próprios e podem ser concebidas como práticas criativas, formas de expressão e resistência que se reinventam nos territórios da vida urbana, fazendo deles *espaços praticados*.

se eles achavam que um dos homens era cliente do outro. Vilmar respondeu que não, que eles eram amigos e que a relação entre eles era bem informal, pois um estava sem camisa. Bruno P. notou que a espuma utilizada pelo barbeador não era profissional, mas sabão batido, pois era a técnica que seu avô utilizava. E comentou:

Meu vô fazia (barba), ele era barbeiro. Pegava um sabonete, passava assim na mão (demonstrando gestualmente) e passava no rosto das pessoas e ficava aquilo ali. Pra mim, parece que o cara tá usando sabonete. É uma espuma muito diferente daquelas que a gente usa na barbearia, (...) o aparelho também é diferente, a navalha é bem diferente do que é hoje. (Bruno)

A navalha, para eles/as, significou que essas fotografias pertenciam a um tempo remoto. Da mesma forma, a casa de madeira que compunha o fundo das fotografias tinha um “estilo mais antigo de construção”, como comentou Vilmar. A madeira, em sua opinião, era um material utilizado antigamente nas construções, pois, hoje, as casas eram de alvenaria.

Ao fim do encontro, pedi que conversassem com seus avós, seus pais e outras pessoas que moram há mais tempo que eles na Cruzeiro, perguntando como era a região antigamente, pois, na semana seguinte, iríamos socializar essas histórias.

4.2.2 Segundo encontro



Figura 1Fig. 61. Segunda oficina. CJ Cruzeiro, jan. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes

Na segunda semana, encontramos-nos no CJ no início da tarde. Após o lanche, fomos para a Praça Cícero do Amaral Viana, que fica há cerca de 400 metros do CJ. Em dias ensolarados, as atividades de educação física costumam acontecer nessa praça, pois há quadras esportivas e o pátio do CJ não é muito grande. Nesse dia, nossa atividade, conduzida por Pelige, foi integrada à educação física. Mesmo que alguns tenham protestado para não sair, pois estava muito quente e queriam ficar no ar-condicionado, subimos todos/as juntos/as a lomba⁵¹ em direção à praça. Chegando lá, alguns foram jogar futebol e fazer atividades físicas, e outros/as ficaram sentados/as no entorno do campo, olhando os jogos, ou foram participar da gravação de entrevistas biográficas conosco. O ambiente da praça parecia gerar mais espontaneidade e descontração do que o espaço institucional.

Levamos quatro câmeras para realizar o exercício de fotografar na praça e no entorno, buscando apontar a câmera “para fora” ao invés de para si, como costumeiramente fazem. Pelige iniciava as oficinas de produção de vídeo e estava interessado em produzir um documentário a partir dessa experiência. Então, ele propôs a gravação de entrevistas com os/as jovens. Produziríamos, assim, um material com seus relatos sobre a vida na comunidade, os lugares que gostam de frequentar e as coisas que gostariam que fossem melhoradas. O objetivo era falar sobre “as coisas boas que a Cruzeiro tem”, dando continuidade a uma atividade realizada anteriormente em uma aula de comunicação, na qual fizeram o mesmo exercício de modo escrito. Parte dos/as jovens participou das gravações, enquanto outros/as aprendiam sobre os procedimentos de gravação de vídeos. Outra parte ficou tirando fotos com as outras câmeras.

As entrevistas se realizaram em formato documental, com depoimentos estimulados por perguntas de cunho biográfico que fazíamos a eles/as. Nas entrevistas, procuramos abordar aspectos gerais sobre a vida de cada um deles, um pouco do olhar sobre o território e algumas memórias da infância na comunidade, contrastando o ontem e hoje. A princípio, não achei que seria uma boa abordagem, pois tal modelo de entrevista dirigida comprometeria a espontaneidade dos relatos, sobretudo em se tratando de interlocutores/as jovens. Também poderia levar a um *desencontro etnográfico* (Eckert; Rocha, 2008). No entanto, contrariando as minhas expectativas, a maioria dos/as jovens demonstrou desinibição diante da câmera. Como já haviam realizado o curso de fotografia, sentiam-se à vontade com o educador e já estavam familiarizados com as câmeras, balizando os constrangimentos comuns em se encontrar pela primeira vez na mira de uma lente. Além disso, é comum que sejam fotografados/as e gravem

⁵¹ Trecho da rua com declive acentuado. Termo utilizado no Rio Grande do Sul para “ladeira”.

depoimentos e atividades diárias no CJ para a divulgação nas redes sociais, principalmente os jovens multiplicadores.⁵²

Neste dia, estavam presentes nove jovens, e realizamos seis entrevistas. Alguns elementos comuns nas narrativas dos/as jovens são relevantes para pensar as suas relações com os territórios que habitam, tais como o fato de que a maioria nasceu, cresceu e pretende viver a vida toda onde mora hoje; que eles/as têm suas trajetórias marcadas pela participação em projetos sociais de instituições sociais públicas ou ONGs; e que fazem parte de uma terceira geração de ocupantes do território, pois citaram histórias de seus avós como responsáveis pelo início da construção da vida familiar na Cruzeiro.

Enquanto parte de nós estava ocupada com os depoimentos, outros jovens que estavam com câmeras fotográficas ficaram ao redor da praça, fotografando uns aos outros. As temáticas mais recorrentes em suas fotos foram o jogo de futebol, que acontecia na quadra esportiva, e retratos de si próprios ou em grupos. Ao ver tais retratos, recordei-me de algo que Matheus, jovem vaidoso, havia dito em nosso primeiro encontro, quando lhe perguntei do que eles/as mais gostavam de tirar fotos: “De mim mesmo”. Essas fotografias nos oferecem chaves para compreender as relações que os/as jovens estabelecem com a câmera fotográfica, o ato fotográfico e as imagens de si.

A fotografia e o autorretrato, vulgo *selfie*, têm papel importante na valorização da imagem própria desses jovens, na afirmação e no reconhecimento de si e dos outros. O que pude observar é que muitos/as utilizavam as fotografias das aulas como imagens para as redes sociais, como modos de serem vistos/as. Além disso, como muitos/as daqueles/as que realizam cursos no CJ acabam trabalhando com serviços próprios de estética ou do ramo alimentício, as fotografias tiradas durante as atividades do CJ também são utilizadas para fazer a divulgação do trabalho nas redes sociais.

A câmera fotográfica é reconhecida como objeto de valor muito estimado por eles/as. Durante os encontros, uma jovem pediu dicas a Pelige sobre qual câmera deveria comprar. Outra contou, com empolgação, que tinha comprado uma. Nesse sentido, a câmera como objeto de desejo amplia o repertório de possibilidades de vida e trabalho e ainda se transforma em símbolo de prestígio social entre os/as jovens que agora, também, tornam-se fotógrafos/as.

⁵² São jovens lideranças selecionadas pelo CJ, que recebem uma bolsa-auxílio mensal para “atuarem como multiplicadores(as) de uma cultura de paz e de não violência no território onde residem” (Rio Grande do Sul, 2016).

4.2.3 Terceiro e quarto encontros

Os dois encontros seguintes tiveram como objetivo explorar outra forma particular de narrar as vivências nas ruas de seus bairros utilizando os recursos gráficos do desenho. O desenho pode ser pensado “tanto como forma de acesso ao universo dos interlocutores, como um campo possível para intersecção das subjetividades em jogo, a do antropólogo e a dos interlocutores” (Barbosa, 2014, p. 6). Deste modo, através dos desenhos, foi possível reconhecer espaços e instituições importantes, diferentes itinerários urbanos, espaços de pertença, bem como identificar alguns conflitos e algumas contradições da vida na Grande Cruzeiro a partir da perspectiva dos/as jovens. Além disso, as narrativas que acompanham o ato de desenhar permitem conhecer um pouco mais as relações e os vínculos que os/as jovens criam com estes territórios geográficos e afetivos.

Estes dois encontros se deram em uma segunda-feira e uma terça-feira, excepcionalmente, na mesma semana, mas com dois grupos diferentes, em função da colisão de horários da oficina com a seleção dos novos jovens multiplicadores, e foi necessário cancelar a atividade da semana anterior. Nessas condições, para conseguir terminar o ciclo de encontros dentro do cronograma, foi preciso agrupar dois encontros em uma mesma semana e comunicar os jovens sobre a mudança através do grupo do Whatsapp.

Iniciei a atividade com a exibição do curta-metragem “Nunca é noite no mapa”, do pernambucano Ernesto de Carvalho. O curta foi lançado em 2016 e versa sobre a objetificação das cidades pelas novas tecnologias de geolocalização como o Google Maps. Meu objetivo com o filme foi provocá-los a pensar sobre as formas como são produzidos mapas, os modos como exibem as nossas cidades e o que contam sobre elas.

No primeiro grupo estavam quatro jovens – Bruno, Khellen, Igor e Débora – que prestaram bastante atenção na exibição. Pelo curta-metragem, tiveram acesso a uma narrativa sobre as transformações na cidade de Recife, em Pernambuco. Em certo ponto do filme, são evidenciadas as transformações ocorridas na cidade devido às obras para a Copa do Mundo de 2014, trazidas pelo o que o diretor e roteirista chamou “viaturas da nova cidade”. Esse foi um tema que afetou aos/às jovens, pois os/as remeteu às obras da Copa na Cruzeiro que tiveram início em 2014 e não foram concluídas, causando uma série de transtornos à população local.



Fig. 62. Terceira oficina (1). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.



Fig. 63. Terceira oficina (2). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes.



Fig. 64. Terceira oficina (3). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes



Fig. 65. Terceira oficina (4). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes



Fig. 66. Terceira oficina (5). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes



Fig. 67. Terceira oficina (6). CJ Cruzeiro, fev. 2020. Autoria coletiva dos/as participantes

Na hora do debate, os/as jovens estavam mais silenciosos/as do que normalmente. Não estavam muito participativos/as neste dia, então o debate não foi muito produtivo. Decidi não insistir e partimos para uma dinâmica que incentivava a participação deles/as. Essa dinâmica foi adaptada do curso de extensão “Cartografia visual, subjetiva, social, crítica”⁵³, do Instituto de Artes da UFRGS, do qual participei em 2019.

⁵³ Agradeço aos professores Cristina Ribas e Lucas Sargentelli pela oportunidade do curso e pelas inspirações criativas no trabalho com mapas e com a imaginação.

Iniciei a atividade apresentando imagens de diferentes mapas, alguns geográficos, com delimitações oficiais, como de Porto Alegre e das vilas da Grande Cruzeiro. Depois, outros mapas feitos em oficinas de construção de mapas com base nas experiências e percepções de habitantes dos territórios⁵⁴. Estes possuíam um caráter muito mais subjetivo e singular, jogando com formas, cores e símbolos não usuais na elaboração de mapas. Eles sugeriam outras linguagens para falar sobre as cidades. A partir daí, lancei a ideia de construirmos um mapa afetivo da Cruzeiro com base em suas experiências e memórias. Pedi que pensassem em um trajeto que realizam cotidianamente ou que tivessem na memória e, então, que desenhassem esse trajeto nas folhas de papel que haviam sido distribuídas entre eles/as. No momento em que todos/as abaixaram as cabeças para desenhar, o silêncio tomou conta da sala. Um dos jovens o rompeu pedindo para colocar um *beat*⁵⁵.

Quando todos terminaram, cada um/a passou o seu desenho para a pessoa que estava à sua direita e recebeu o desenho de quem estava à sua esquerda e, assim, sucessivamente, até que os desenhos chegassem novamente ao/a autor/a. Nessa dinâmica, os/as participantes foram reconhecendo alguns dos lugares desenhados pelos/as outros/as, como ruas, serviços como o Postão, o supermercado e a escola. Em seguida, foi feita a socialização dos desenhos, quando cada um/a expressou uma fala sobre o que havia desenhado. Por fim, em uma folha grande de papel pardo, os/as participantes procuraram possíveis encaixes entre seus desenhos e colaram em um papel pardo, elaborando um mapa maior contendo histórias de cada jovem. As experiências dos dois grupos renderam diferentes narrativas. Também foi possível observar semelhanças e aproximações entre cada desenho-relato, produzindo os traços de um cotidiano e de um imaginário em comum da Grande Cruzeiro.

No primeiro grupo, Khellen desenhou a rua onde morava quando era pequena e o trajeto que fazia para visitar a avó e o melhor amigo, lembrando as brincadeiras na rua de quando era criança: “A gente ia o tempo pra rua, e ficava o tempo todo na rua brincando, conversando, indo pra lá e pra cá” (Khellen). Igor desenhou a região por onde mais anda desde pequeno na Cruzeiro, com a sua casa, algumas das ruas principais e instituições que indicam a localização no espaço, como o quartel, um bar, um colégio, o Centro da Juventude e o supermercado Nacional. Bruno reproduziu o trajeto que mais gosta de fazer aos finais de semana, quando vai jogar bola, começando pelo final da linha do ônibus Santa Tereza, onde desembarca. Ilustrou

⁵⁴ Alguns dos quais podem ser encontrados no portal Iconoclassistas, onde são apresentados resultados de práticas coletivas utilizando diversas ferramentas cartográficas para investigação, construção de mapeamentos colaborativos e proposição de intervenções urbanas em diversas cidades. Para saber mais e ver exemplos das produções gráficas: <https://iconoclasistas.net/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

⁵⁵ Ritmo instrumental do *hip-hop* que forma a base para as rimas faladas ou cantadas.

um bar “que fica só os veio bebendo”, como disse ele, uma igreja, a casa da melhor amiga e de outro amigo, um colégio, o supermercado Pezzi, uma lancheria onde disse que “vale a pena ir comer um bauru, que é *top*” e o ferro-velho onde a avó vende suas latinhas. Ele também desenhou a “avenida principal” e falou sobre os transtornos causados pela obra de duplicação da Avenida Moab Caldas,

Nessa avenida principal, era pra ser feito as obras da Copa do Mundo, só que aí, no fim, começaram a fazer e fizeram um corredorzinho do ônibus, e todo mundo achou que ia tocar. Aí tinha umas casas aqui onde o pessoal ficava morando, e hoje tiraram esse pessoal e deixaram um barranco ali. Por causa dessa obra, hoje, aqui choveu, não importa a pouca chuva que for, aqui cria uma lagoa que tu pode tomar banho sereno, porque, tipo, alaga muito. Alaga muito pra caramba.

Por fim, Débora desenhou o trajeto que faz todos os finais de semana e todas as quartas-feiras quando vai para a igreja, com a casa do namorado e uma casa com símbolos musicais para descrever o som que escuta quando passa por ali. Como ela contou: “Sempre que eu passo na frente dela, tem alguém tocando instrumento. Esses tempos atrás, tavam tocando bateria”. Depois, quando o grupo se reuniu para conectar seus desenhos, foram surgindo outros lugares e estabelecimentos que não apareceram em seus trabalhos individuais, criando pontos de conexão entre os seus desenhos, como a “faixa preta” (Rua Campos Velho); uma casa de eventos infantis, a Big Festas; a rua do Barra (*shopping*); o valão e a “rua dos bêbado”.

MAPA DO GRUPO 01



Fig. 68: Ilustrações do grupo 01 vetorizadas

Com o segundo grupo, a dinâmica foi a mesma. No entanto, compareceram três novos jovens, e foi necessário explicar a eles um pouco do projeto e o que vínhamos fazendo nas oficinas anteriores para darmos continuidade à atividade. Assim como no primeiro grupo, alguns dos lugares retratados foram recorrentes, como as instituições de educação, o Postão e os supermercados. Alguns/algumas escolheram retratar os trajetos imaginados de forma afetiva, partindo das conexões emocionais e sensíveis que têm com o território, como Bruno e Khellen; outros/as, de forma descritiva, como Igor; e outros/as, de forma crítica e política, como Christofer.

Christofer produziu uma narrativa bastante politizada, começando por sua expressão inicial: “O meu desenho mostra um roubo de vivência”. Ele desenhou a rua do Postão, justificando que sempre está ali e tem muitos clientes nos arredores – ele corta cabelo e faz serviços de barbearia. Mostrou uma rede de esgoto não finalizada que desemboca nas casas dos/as moradores/as; a terra e a poeira na avenida onde estão sendo feitas as obras de duplicação e a grama que cresceu no local onde foram removidas as famílias para as obras; um *graffiti* na fachada do Postão representando a África, conforme sua interpretação; um muro com “pixações” “Ele não, ele nunca” e “Fora Temer”; o lixo nas ruas; os catadores de garrafas; e as crianças brincando na rua.

Douglas desenhou um trajeto que fazia quando era mais novo e que, segundo ele, foi o que mais marcou sua vida. Era o caminho para ir ao Serviço de Apoio Sócio Educativo (SASE), um equipamento público municipal de acolhimento a pessoas de diversas faixas etárias. Para as crianças e os jovens, o SASE acaba sendo um espaço de convivência e educação social no turno inverso ao da escola, assim como o CJ.

Douglas evidenciou a escola onde fazia karatê; o Postão, onde foi atendido quando quebrou o braço jogando futebol; uma macieira no caminho; e os buracos na rua. Já Gabriel traçou o caminho que percorre para visitar a tia e os primos e para ir à escola e ao Barra Shopping. Quando compartilhou a explicação de seu desenho, apontou a localização de algumas das vilas da Grande Cruzeiro, de modo a situar espacialmente seu trajeto. Por fim, Jerônimo começou com sua casa na Vila Gaúcha e desenhou seu percurso até a casa da avó e a escola. Ele desenhou uma grande figueira em cima do morro Santa Tereza que, como disse ele, “representa o Morro Santa Tereza”. Próximo à árvore, está o mirante com vista para o Lago Guaíba e o estádio de futebol do Internacional, o Beira-Rio.

Como “disparador(a) de conversas” (Kuschnir, 2014), a experimentação com desenhos de pequenos trechos dos territórios da Grande Cruzeiro oportunizou conhecer outros aspectos da vida cotidiana desses/as jovens em seus bairros, assim como outras faces de suas histórias. O resultado dessa prática com narrativas e desenhos foi um relato territorial singular produzido coletivamente, que nos apresenta novas formas para interpretar a realidade destes/as jovens e do espaço urbano em seu entorno. Além disso, ao falar sobre os desenhos que fizeram, também falavam sobre si, comunicando quem são, do que gostam, indicado as pessoas importantes em suas vidas e expressando opiniões.

4.2.4 Saída de campo

Dando continuidade a esta narrativa, nós nos encaminhamos para os passos finais dessa experiência de construção etnográfica das oficinas. A última vez em que nos encontramos pessoalmente, antes da pandemia, foi para realizarmos a saída de campo e fotografarmos juntos/as a Grande Cruzeiro. Considero este um dos mais importantes momentos dessa jornada, mas talvez tenha sido, também, o mais difícil. Este era o momento em que os/as participantes produziram suas próprias imagens fotográficas a partir dos temas que haviam sido abordados nas oficinas.

Sair do CJ com os/as jovens foi uma tarefa desafiadora e de grande responsabilidade. Além da supervisão dos/as participantes na saída, outros pontos também mereciam atenção. Estes dizem respeito a alguns riscos dos quais devemos estar cientes ao realizar uma pesquisa participativa envolvendo o ato de fotografar em contextos de vulnerabilidades sociais, como perdas, danos ou roubos de equipamentos (Souza, 2013) e a exposição de pessoas em condições precárias. Além disso, há riscos envolvendo a segurança dos/as participantes “associados a fotografar atos ilegais ou indesejáveis (particularmente em relação ao uso e venda de drogas, trabalho sexual, armas, entre outros)” (Id, p. 158).

Apesar de a fotografia parecer um ato inofensivo, é possível que os envolvidos não percebam nem identifiquem situações perigosas. Razão pela qual “é fundamental a responsabilidade de os investigadores incentivarem uma reflexão sobre a captação de imagem.” (Meirinho; Campos, 2017, p. 180). Por isso, conversamos, durante os encontros, sobre os cuidados que devemos ter ao fotografar pessoas nas ruas. Os locais que fotografamos comumente tem intenso fluxo de pessoas pelas ruas, então, muitas das fotografias retrataram passantes reconhecíveis, dos quais não tivemos consentimento esclarecido para fotografar. Assim, essas fotografias não puderam ser utilizadas na oficina e foram também separadas do

material etnográfico da pesquisa. A escolha das fotografias para exposição deveria respeitar esses critérios éticos, sobretudo no Instagram⁵⁶, que foi criado para a divulgação das imagens, em que seriam colocadas em circulação na *internet*.

A saída de campo havia sido consentida e autorizada pela coordenação na reunião que fizemos antes do início do projeto, quando perguntei se seria possível a realização da atividade dentro das regras do CJ. No entanto, na semana anterior, fui surpreendida pela notícia de que a saída de campo estava cancelada, devido a problemas de comunicação interna. Como a informação me foi repassada por Pelige, não foi possível dialogar e entender as causas de tal mudança repentina. Os/as jovens e eu estávamos entusiasmados com a saída de campo e eu não poderia, simplesmente, cancelar a atividade. Então, com cautela para não criar indisposições com a coordenação, procurei argumentar sobre a importância da atividade para o encerramento da oficina e consegui a autorização para a participação de apenas três jovens na saída de campo, para que não fôssemos um grupo muito grande caminhando pelo território. Foi assim que somente Khellen, Bruno e Gabriel, voluntariamente⁵⁷, participaram da saída de campo comigo e com Pelige.

A despeito dos contratempos, nós nos encontramos no CJ na terça-feira seguinte, como o de costume. Após o lanche, Pelige já havia preparado as câmeras e estavam todos equipados, cada um/a com uma câmera para si. Fui de carro para facilitar nosso deslocamento pelo território e garantir maior segurança no percurso, para que não ficássemos à deriva pela rua com as câmeras em mãos. Além disso, era um dia de muito calor. Escolhi locais bastante amplos e movimentados para fotografarmos, uma vez que tinha sido avisada pela coordenação para não andarmos em becos e vielas. Começamos nosso trajeto em direção à Avenida Moab Caldas naquela tarde muito quente de verão em Porto Alegre.

No caminho, repassei algumas orientações: deveríamos ficar todos/as juntos, não entrar em becos e vielas e respeitar as pessoas que fotografássemos. No início do trajeto, os/as jovens estavam tímidos, falavam pouco, até que Bruno rompeu o silêncio e me perguntou se eu dirigia há muito tempo. Respondi que desde que eu tinha 18 anos, a idade dele. Ele, então, comentou que não conseguiria nunca dirigir, pois tem medo de bater o carro. Em seguida, Gabriel perguntou se o carro era meu, e eu respondi que não, que era dos meus pais. Notei a curiosidade

⁵⁶ A criação da página no Instagram “Imagens da Cruzeiro” foi uma alternativa para divulgar os trabalhos dos/as jovens produzidos na oficina, dado a impossibilidade de realizar a exposição presencial, que aconteceria ao final de março, em virtude da pandemia.

⁵⁷ Comuniquei, no grupo do Whatsapp, que só três jovens poderiam participar da atividade, por orientação da coordenação, e perguntei quem gostaria de participar.

dos dois sobre o automóvel, um recurso que para mim era comum, mas que para eles o fato de eu estar dirigindo parecia um tanto inusitado.

Neste percurso, que não durou mais de cinco minutos, o abismo de desigualdades que separava as realidades de nossas juventudes ficou ainda mais evidente. Fora do CJ, eles pareciam mais à vontade para me fazerem perguntas, e isso me deu oportunidade de falar um pouco mais sobre mim também. O ambiente institucional do CJ parecia criar certo distanciamento, mas não foi somente o ambiente institucional que condicionou nossas relações desta forma. Acredito que meu lugar como pesquisadora e educadora nesse espaço também fez com que eu adotasse uma postura mais interessada em ouvir do que falar.

De acordo com Barbara Copque (2003), imagem e sujeito estão interconectados: “A imagem passa por alguém que a produz e reconhece, sempre com o intuito de produzir sentidos e provocar no outro uma atitude interpretativa” (Id., p. 33). Assim, é importante considerar, de antemão, que as fotografias apresentadas a seguir foram produzidas por Khellen, que tem 18 anos, mora na Vila Resbalo, é jovem multiplicadora no Centro da Juventude e está no último ano do colégio; Bruno, que tem 19 anos, não estuda e trabalha em um supermercado; e Gabriel, que tem 15 anos e está no primeiro ano do ensino médio.

Dando início à caminhada, o primeiro ponto em que paramos foi o cruzamento entre a Avenida Moab Caldas e a Rua Banco Inglês e começamos a caminhar pela rua do Postão (Moab Caldas).



Fig. 70: Autor: Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Tão logo chegamos, os/as jovens levaram as câmeras aos seus rostos e começaram a fotografar. Naquela parte mais silenciosa da avenida, a multiplicação dos disparos dos obturadores abrindo e fechando, capturando imagens, fez parecer como se estivéssemos fotografando um acontecimento inusitado.

O inusitado, no entanto, nos encontraria alguns passos adiante. Seguindo à frente na Avenida Moab Caldas, caminhando devagar em direção ao Postão, encontramos, à nossa esquerda, um rapaz que pintava um muro. Ele chamou a nossa atenção, em especial a de Khellen, que faz o curso de *graffiti* no CJ, e a de Pelige, que também é artista urbano. Sobre esse momento, quando conversamos após a saída de campo sobre as fotos, Khellen comentou que ações de *graffiti* como essa nas comunidades podem estimular outras pessoas a se interessarem por arte urbana e desejarem aprender a fazê-la:

É interessante a arte, no caso da pintura, pra comunidade, que muitas crianças gostam e muita gente se encontra naquilo porque ela acaba descobrindo uma coisa que ela gosta sem querer. Ela acaba vendo uma pessoa fazendo, daí ela vai lá, olha, tenta fazer também e é assim que a gente descobre as coisas que a gente gosta.

Nós nos aproximamos do artista e tivemos a oportunidade de conhecê-lo e fazer algumas fotos. Assim, descobrimos que Guto, que, além de artista urbano, também é alpinista. Pinta muros em diversos lugares da cidade, mas gosta mesmo é de pintar nas comunidades. É possível reconhecê-lo pelos muros através da ilustração de um caranguejo, sua marca visual.

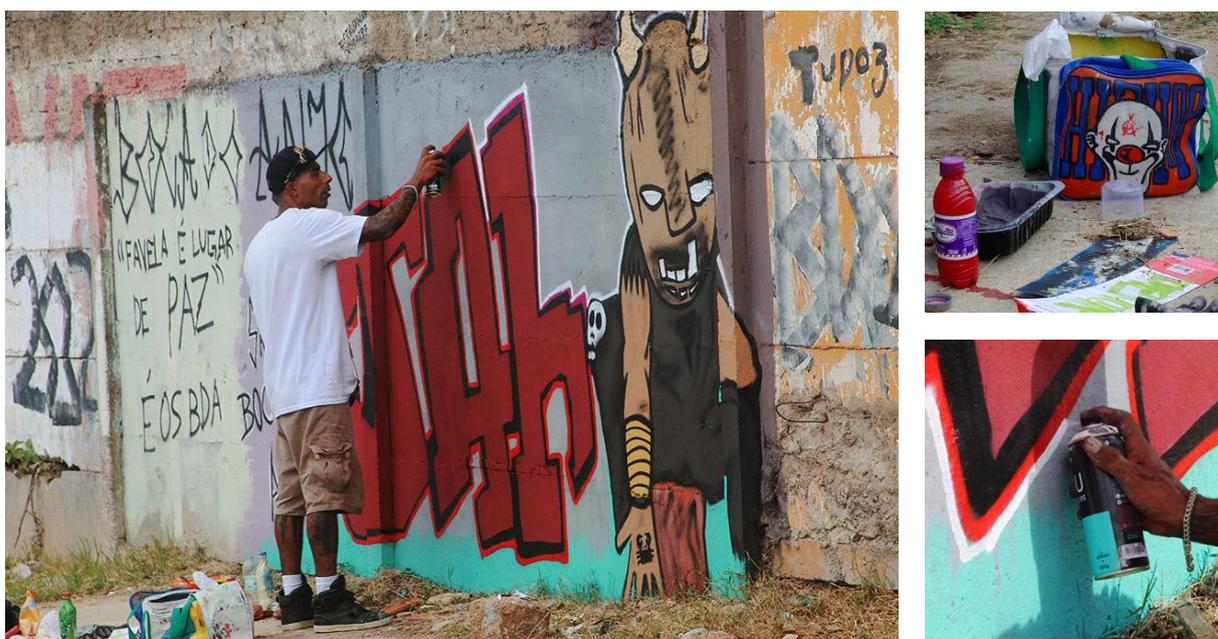


Fig. 71: Montagem feita com imagens de Bruno Prince (esquerda), Cristian Pelige (superior, à direita) e Khellen Silva (inferior, à direita). Grande Cruzeiro, mar/2020.

Sobre a fotografia maior, à esquerda, Bruno comenta:

Pelo fato de eu gostar muito de arte, essa foto, eu amei essa foto. Ela deu um brilho a mais na comunidade. A comunidade não é só destruição, só coisa ruim, mas tem tipo aqueles cara que vão levar mais boniteza pra comunidade. Então essa foto me chamou muito atenção por causa disso. Podia ser um cara que podia tá em qualquer outro lugar de Porto Alegre, mostrando o trabalho dele, mostrando o trampo dele, mostrando pra pessoas mais importantes, mas ele quis botar esse trabalho dele que é muito fera na comunidade, pra mostrar que a comunidade pode ser linda também, é só a gente saber cuidar, é só saber ter uma visão diferente.

Além de refletirem sobre a potencialidade de transformação da cidade e dos olhares que a arte urbana tem, “levando mais boniteza”, o acaso do encontro com o artista no caminho trouxe outras reflexões sobre os significados do ato de grafitar e o seu resultado, a arte em si. A respeito de suas impressões sobre arte urbana, os jovens chamaram a atenção para os significados políticos e representacionais que essa arte carrega:

Em tudo que é comunidade tem muros pintados com graffiti, boneco, personagem, palavras, tudo... Muitas vezes, coisas que representam a comunidade. O graffiti representa muito a comunidade, não só por ser graffiti, não ser nenhuma arte mais elaborada, mas porque o graffiti demonstra mais da comunidade em si. Ele fala mais sobre a comunidade, representa coisas que a gente vive hoje em dia em um desenho simples. (Khellen)

Quando a gente tava passando, eu fui e tirei a foto de uma pixação ali. Aquilo toda hora tu vê na rua, porque aquele graffiti é como se fosse as pessoas falando ou gritando de alguma forma. Já que as pessoas falam com protestos, falam com graffiti, pixações, e é o jeito de elas falarem assim pro governo, pra dizer “eu existo” ou alguma coisa que aconteceu. (Gabriel)



Fig. 76. Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Enquanto caminhávamos pela avenida, parando, observando e fotografando, havia um vaivém de pessoas ao nosso redor. Passavam pessoas a pé, de bicicleta, empurrando carrinho de picolés ou carrinho de mão e a presença entusiasmada das crianças. Os carros também passavam, mas eram menos frequentes. Mesmo sendo em uma avenida, as pessoas estavam transitando, principalmente, a pé ou de bicicleta. As crianças eram as mais curiosas e atrevidas ao nos interpelarem pedindo que as fotografássemos. Posando com suas bicicletas, riram quando mostrei suas fotos no visor da câmera. A nossa presença não despertou curiosidade somente nas crianças, mas, também, em outras pessoas que se aproximavam para perguntar de onde éramos, o que estávamos fazendo ou em que jornal iriam aparecer as imagens. Ninguém passa despercebido pela comunidade, afinal de contas, como os próprios jovens mencionam, “todo mundo se conhece”.



Fig. 73. Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020

Sobre esta imagem e a presença das crianças nas ruas, Gabriel comenta:

Eu vejo muitas crianças saindo pra rua, jogando bola... e uma coisa que eu adorava fazer essa sair andando de bike, atropelando as pessoas ou gritando... por causa que isso me lembrou a minha infância, e foi por isso que eu tirei essa foto.

No caminho, quando chegamos perto do Postão, encontramos duas jovens do CJ, que vieram nos cumprimentar. Chegando em frente ao Postão, tiramos algumas fotos em grupo, que

foram registradas por uma das meninas. Depois, retornamos pelo mesmo caminho e subimos à direita na Rua Banco Inglês, caminhando por uma pequena lomba até o Colégio Guerreiro Lima. O colégio fica ao lado da Unidade de Saúde Tronco, praticamente no mesmo pátio. Naquele momento, a escola não estava em período letivo. Estavam em férias, mas os portões estavam abertos, pois era dia de reunião de professores. Aproveitamos o acesso e entramos no pátio da escola, que fica logo em frente do prédio, onde alguns meninos que jogavam taco trouxeram boas memórias para Bruno, que compartilhou conosco:

Os caras ali dentro de um colégio, jogando taco, desde uns 12, 13 anos. Eu nunca mais vi ninguém jogando taco. Aí, hoje, a gente viu ali e pô, lembrou a minha infância, que era coisa gostosa que eu vivia dentro do colégio e era tudo tranquilo. A gente podia jogar taco, podia jogar bola. Esse pessoal que tava ali dentro hoje me marcou muito. Eu lembrei muito a minha infância. Eu falei “caraca, preciso de um registro desses caras fazendo isso”.



Fig. 74: Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Retornamos ao carro para subirmos até o alto do Morro Santa Tereza, onde fica o mirante. Seguimos pela Rua Banco Inglês, dobramos à direita em frente à Escola Guerreiro Lima e fomos sempre reto até o mirante. Caminhar embaixo do sol naquele dia quente nos deixou cansados e suados, então, quando chegamos até a praça do mirante, paramos um instante e tomamos um refrigerante sentados nas escadas. Fizemos uma pausa na sombra da grande figueira que fica em cima do morro. Dividindo o alto do morro, com as emissoras de televisão

e o mirante, está a Vila Gaúcha, onde Bruno cresceu. No mirante, Bruno e Gabriel trocaram recordações das brincadeiras naquelas ruas de quando eram crianças.

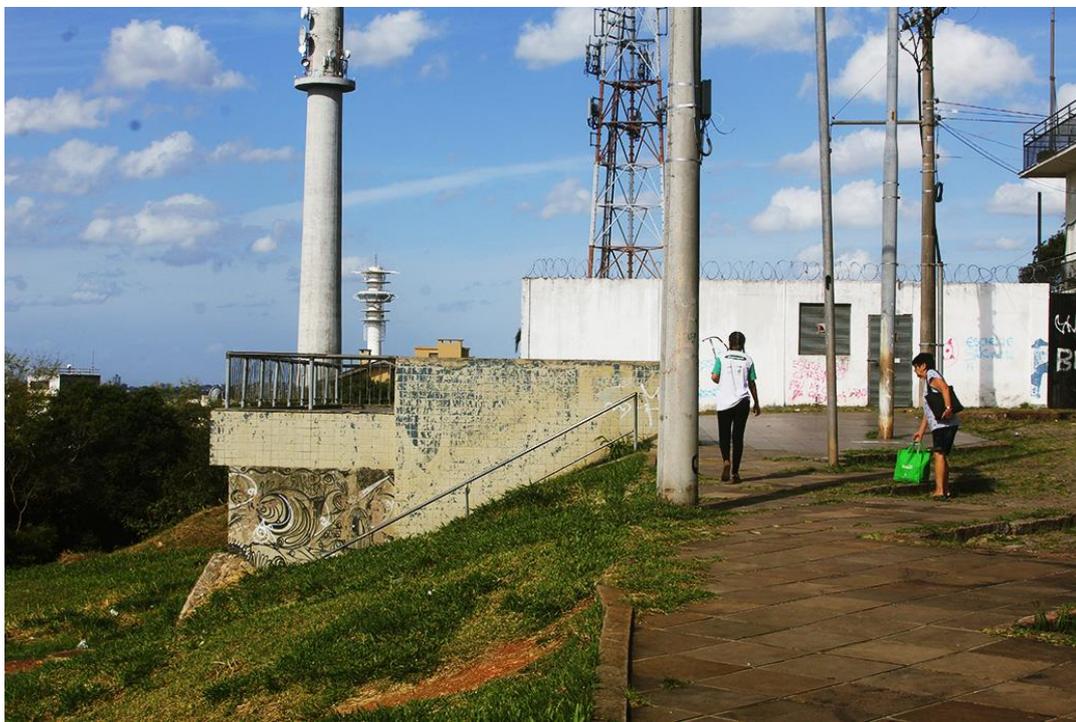


Fig. 75. Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020

Sobre a fotografia acima, Bruno comenta:

É uma foto que não é tão boa, mas é uma foto que tem que ficar porque lembra muito o meu passado. Foi onde eu comecei, meu primeiro lugar onde eu morei em Porto Alegre, o primeiro lugar onde me acolheu em Porto Alegre foi ali na Vila Gaúcha, e aquele mirante ali me marcava porque era um lugar onde eu encontrava os amigos pra gente jogar bola, fazer uma anarquia de moleque, poder correr, brincar de pega-pega, jogar bola. Então, quando eu vi aquele mirante, trouxe várias coisas que eu fazia que foram muito legais. E aquela vila ali foi muito importante pra mim, porque foi a vila onde eu vi muitas coisas, vi o que era coisa boa e o que era errado, podia escolher o caminho, escolher onde eu quisesse ficar. Foi uma foto então que traz muito aquilo que eu vivi e é uma foto que quando a pessoa foi daquela região ela sabe que aquele lugar é marcante pra qualquer um que mora na Vila Gaúcha.

Às 17h, retornamos ao Centro da Juventude. Nesse horário, encerram-se as atividades do turno da tarde, mas o CJ fica aberto até as 20h30min. Ao chegar, tomamos água para nos refrescar e nos encontramos na sala de espelhos para fazer o fechamento da oficina. Fizemos uma socialização das imagens, ocasião em que cada jovem escolheu algumas fotografias para apresentar e comentar.

Sobre as fotografias escolhidas por eles, considero pertinente destacar três assuntos que foram enfatizados em suas narrativas como elementos expressivos da vida na comunidade, a saber: a economia urbana informal, a autoconstrução e seus olhares críticos sobre os problemas do território e o comportamento das pessoas. Chama a atenção, especialmente, o destaque dado aos pequenos negócios ou aos trabalhadores autônomos do território em suas narrativas. O trabalho informal, a principal forma de sobrevivência econômica dos/as moradores/as das favelas brasileiras, foi destacado por eles/as com o reconhecimento da luta diária de cada trabalhador/a. O trabalho, os/as trabalhadores/as e os serviços locais aparecem como elementos importantes na construção visual da Grande Cruzeiro, a partir da perspectiva dos/as jovens, como se pode observar em suas narrativas a seguir.



Fig. 80. Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Eu acho que, em toda comunidade, tem algum senhor, alguma pessoa que sempre faz frete, principalmente pras pessoas da comunidade, porque, pra elas, é mais difícil contratar um caminhão que saia mais caro. Então, sempre tem alguém com uma camionetezinha ou uma Kombi que faça frete, assim, pras pessoas da comunidade e que cobra mais barato. (Khellen)



Fig. 77. Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

É uma foto muito bacana. Tem o sorveteiro vendendo sorvete. Aqui, aparece muito pouco dele, mas aparece a dificuldade que ele passa vendendo sorvete dentro da vila, saindo para percorrer, é pequeno o espaço, às vezes não tem pavimentação, então é difícil. Ele tem que fazer força, botar o carrinho no meio de sujeira às vezes, estrada de chão... Mas é uma foto muito legal, porque é uma foto que mostra que ele tá batalhando, que ele quer sair daquela situação. Então, foi uma foto que eu gostei muito de ver, porque é o cara trabalhando. Não tem tempo ruim pra ele, ele foi vender picolé no meio da vila. (Bruno)



Fig. 78. Autora: Khellen Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020



Fig. 79. Autor: Gabriel da Silva. Grande Cruzeiro, mar/2020.

Na comunidade, normalmente é mais barato pra ti cortar o cabelo porque eles já têm consciência de que, normalmente, quem mora na comunidade, na vila assim, tem uma renda mais baixa. Então fazem preços mais acessíveis pra nós que somos moradores da comunidade, mas que não deixem de lucrar pra eles né. (Khellen)

Hoje em dia, a maioria das pessoas da vila chega “é os guri, é os guri, não sei o quê” e também me lembrou das barbearia, porque é uma barbearia que o nome é os guri os dos corte, daí eu me interessei por isso. Tipo, tá na vila, é os guri, né. Eu fui ali e tirei a foto, porque me lembrou disso, entendeu? (Gabriel)

Por fim, destacaram-se também os olhares críticos que eles tiveram a partir da fotografia, afirmando suas opiniões sobre os problemas que identificam no território. O lixo nas ruas, por exemplo, apareceu como algo que cria uma imagem depreciativa da comunidade e desencadeia problemas ambientais, como as enchentes. Eles chamaram a atenção, ainda, para a falta de cuidado que os/as moradores/as têm com os seus bairros, contribuindo para sua degradação. Para Bruno, a prática de pendurar os calçados nos fios de luz é um ato de vandalismo que estraga a comunidade,



Fig. 80: Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020

É uma foto que tu vê que as próprias pessoas da comunidade estragam a comunidade. É uma foto que tem os calçados pendurados nos fios. Há pouco tempo reclamavam que ali tem luz, mas, se der chuvarada, a gente pode ficar sem. E, mesmo com o governo arrumando, o pessoal bagunça muito, que foram amarrar tênis e jogar tênis nos fios de eletricidade. Quando a comunidade tem uma visibilidade, o pessoal se estraga. Não tem lógica isso. Se não tá usando mais e tá estragado, simples, amarra, bota no caminhão de lixo e vai embora. Não tem por que estragar mais a vila do que já é. Então é uma foto muito marcante, porque é na entrada da vila e tu vê o vandalismo acontecendo ali mesmo. (Bruno)



Fig. 81: Autor: Bruno Prince. Grande Cruzeiro, mar/2020.

A maioria das pessoas fazem isso só porque acham que só porque é vila, é comunidade. Não tem problema sujar, não tem problema quebrar, não tem problema estragar, só que não é bem assim. (Khellen)

A vila já não era limpa, mas, quando as próprias pessoas jogavam o lixo ali, eles rasgavam, faziam o lixo andar por toda a rua e faziam ficar muitas vezes pior. Então, a foto me lembrou muito a sujeira dos próprios moradores que reclamavam que é muito suja a vila, que o prefeito não limpa, mas eles também não ajudavam. Eles jogam lixo ali sabendo que os cachorros iam rasgar, fazer uma bagunça de tudo aquilo. Pra eles, não tava normal, mas era culpa do governo que não ia limpar as coisas. (Bruno)

Nosso encontro terminou quando a assistente social bateu à porta e disse que precisávamos desocupar a sala para a atividade seguinte. Não tivemos tempo de fazer a seleção das fotografias para a exposição nesse dia. Portanto, combinei com eles que iria verificar a possibilidade de realizarmos um último encontro antes da montagem e apresentação da exposição, que estava marcada para o dia 31 de março. A exposição aconteceria junto com o evento de formatura dos cursos profissionalizantes no Centro da Juventude. Com a chegada da pandemia e a paralisação da cidade na metade de março, no entanto, a mostra não pôde acontecer.

4.3 MUDANÇA DE SORTE: A CHEGADA DA PANDEMIA

Na segunda semana de março, todos os serviços e estabelecimentos da cidade foram suspensos após a declaração dos primeiros casos de Covid-19 no Estado. Era o início de um longo período de isolamento. No início da pandemia, não tínhamos ideia do tempo que ela duraria. Então, diante desse cenário, a exposição ficou em suspensão.

Quando compreendi que não seria mais possível nos encontrarmos durante aquele ano, conversei com eles/as pelo WhatsApp para pensarmos juntos/as formas de colocar essas imagens em circulação e fazer um encerramento do projeto. Propus que fizéssemos uma exposição *online*, em alguma plataforma de divulgação fotográfica. Bruno sugeriu a criação de um Instagram, e foi assim que surgiu a página do “Imagens da Cruzeiro”⁵⁸. Embora durante a pandemia nossas interações tenham sido um tanto truncadas, todo o processo foi dialogado, no limite das condições possíveis, desde o nome do projeto, sugerido por Khellen, “Vida, comunidade e Cultura Cruzeiro”, até a escolha das fotografias a serem publicadas.

Minha intenção e minha expectativa com a realização da exposição no Centro da Juventude, aberta para a comunidade, também era sobre a realização de uma prática restitutiva da experiência etnográfica, tanto para os/as jovens quanto para a comunidade. Com a pandemia, isso se tornou inviável, e a impossibilidade de materializar os resultados de nossa oficina por meio da exposição de fotografias, com a qual os jovens estavam entusiasmados, frustrou tanto a eles quanto a mim. As circunstâncias da pandemia nos obrigaram a reinventar nossas estratégias, e o espaço virtual se mostrou como alternativa, não da maneira esperada, mas como a única possível nesse contexto de isolamento social.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/imagensdacruzeiro/>

5 DESCOBRIMENTOS

5.1 JOGANDO O *PUZZLE* FIGURATIVO DA PRÁTICA ETNOGRÁFICA

As relações entre antropologia e fotografia são tão antigas quanto o surgimento desse campo do conhecimento. Embora historicamente, e ainda hoje, o potencial heurístico das imagens seja subestimado, pesquisas recentes vêm desestabilizando essa concepção. As imagens, nesses estudos, deixam de ser apenas ilustrações de uma realidade ou “anexos” (Eckert; Rocha, 2020) para serem consideradas formas de expressão com uma linguagem própria. As imagens se tornaram companheiras de nossas jornadas antropológicas, indicando novas formas possíveis de enxergar o mundo e transmitir conhecimento.

Em sua pesquisa com gangues e galeras do movimento *hip-hop*, Glória Diógenes (2006) chamou a atenção para a fragilidade das ferramentas metodológicas da antropologia nos processos de investigação com jovens, como a realização de entrevistas com roteiro aberto. Essa inquietação levou a autora a lançar, no início dos anos 2000, o projeto “Fazendo Enxame, oficinas de arte com gangues e galeras de rua em Fortaleza”. A iniciativa vislumbrou novas formas criativas para realização de pesquisas com jovens, como alternativas à realização de entrevistas. É nesse mesmo campo de debates que espero inserir algumas contribuições a partir desta experiência.

No ponto de vista adotado nessa pesquisa, as imagens – fotografadas, narradas, desenhadas – foram utilizadas como (1) recursos interpretativos de determinada realidade ou situação social; (2) aportes de intervenção ou mesmo de aproximação com sujeitos de pesquisa e (3) recursos para reforçar a relação com os mesmos (Caiuby Novaes, 2010). A aproximação com jovens moradores de periferias nem sempre é fácil e no caso da realização de uma oficina com imagens, foram elas que tornaram possível esse encontro etnográfico. Fazer oficinas foi uma forma experimental de trabalhar colaborativamente com os/as interlocutores/as da pesquisa, construindo um espaço/tempo singular para tal acontecimento. A mistura entre imagens, cidade, memória, juventudes e o fazer junto, nessa experiência, fez “fluir temporalidades diversas, experiências compartilhadas como significativas, sutis cumplicidades e nesse *puzzle* figurativo, narram e produzem um sentido singular do grupo” (Diógenes, 2004). Novas formas de ver e sentir o espaço urbano se construíram nesse encontro.

As pesquisas com jovens têm suas particularidades e desafios metodológicos. Sobre isso, Vitor Ferreira (2017) fala da necessidade de desenvolver metodologias de pesquisa social coerentes com as diversas linguagens artísticas, visuais e sonoras utilizadas por jovens na

atualidade. Segundo ele, precisamos “juvenilizar” as técnicas clássicas de pesquisa social⁵⁹. E isso não significa que devemos deixar de lado os métodos e as teorias clássicas, explica ele, mas, sim, adaptá-las às características das juventudes com as quais realizamos nossas pesquisas, de modo que “a possibilidade de participar num estudo lhes pareça atrativa, interessante e credível” (Ferreira, 2017, p. 21).

A Antropologia Visual muito tem a contribuir para a superação desses desafios investigativos, pela diversidade dos aportes criativos que dispõe às pesquisadoras e seus/suas colaboradores/as. As imagens fotográficas e os vídeos vêm sendo utilizados de modos muito criativos em pesquisas antropológicas contemporâneas, seja para compreender significados culturais, seja como ferramentas de pesquisa e aproximação com os grupos estudados⁶⁰. Seja qual forem as opções metodológicas escolhidas para o desenvolvimento das pesquisas, é importante que sejam adequadas para o perfil das pessoas com quem dialogamos, visto que os dados da realidade estudada não são apenas colhidos, mas produzidos pelo método escolhido (*Ibid*).

Quando se opta pela realização de pesquisas de viés colaborativo com jovens, o objetivo é trazer os sujeitos com quem pesquisamos para dentro do processo investigativo, situando-os como interlocutores ativos na produção do conhecimento sobre suas realidades. Nesse sentido, cabe fazer uma distinção entre compartilhamento⁶¹ e colaboração nas práticas antropológicas e nos diálogos interculturais (Rocha; Eckert, 2017). Segundo Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert, a antropologia compartilhada leva a “uma ação comunicacional intercultural, motivada pela intenção voluntária, e unilateral, de um autor que detém um conhecimento com alguém que não o possui” (Id., p. 41). Já a colaboração é uma “prática de etnografia audiovisual como parte de uma ação comunicacional intercultural de interesse comum a seus autores, considerados correalizadores” (Argyle, 1991 *apud* Rocha; Eckert, 2017). O argumento das autoras se sobrepõe ao paradigma da antropologia compartilhada e, em seu lugar, incentiva a construção

⁵⁹ Com técnicas dialógicas clássicas de pesquisa antropológica este autor se refere a entrevista individual e elaboração de grupos focais.

⁶⁰ No Brasil, as pesquisas com juventudes na antropologia se multiplicam ao longo de eixos temáticos como cidades, narrativas visuais, linguagens, expressões artísticas, práticas culturais, gênero, raça, performances, entre outras. Na reinvenção dos modos de pesquisar juventudes, grupos de pesquisa especializados são organizações fundamentais para a criação de ideias. Entre eles estão o Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), o Laboratório das Artes e das Juventudes (UFC), a Rede de Estudos e Pesquisas sobre Ações e Experiências Juvenis (REAJ). Nesse âmbito, destaco a recém-publicada coletânea “Juventudes Contemporâneas: Desafios e Expectativas em transformação” (Bittencourt, 2020), em que diversos especialistas oferecem novos *insights* para estudos antropológicos sobre juventudes na atualidade.

⁶¹ Jean Rouch, na década de 1960, criou uma forma de fazer antropologia chamada *antropologia compartilhada*. Segundo ele, esse método consistia em um *etno-diálogo* (Rouch, 2003), que pressupunha uma forma específica de engajamento entre os sujeitos da pesquisa e o/a antropólogo/a, na qual os sujeitos participam ativamente das gravações e do processo de montagem fílmica.

de pesquisas colaborativas em que a produção do conhecimento busca atingir benefícios mútuos, “resultando de uma cooperação entre ele (antropólogo) e seus parceiros de pesquisa” (*Ibid*, p. 41). Essa distinção conceitual é importante pois implica transformações na forma como nos posicionamos nas práticas e na escrita etnográfica. O conhecimento antropológico construído a partir de práticas colaborativas está comprometido com o reconhecimento social e cultural dos/as parceiros/as de pesquisa, que compartilham conosco seus próprios processos de imaginar e narrar o mundo. Nos termos de Rocha e Eckert, na cooperação, há uma ética discursiva em que acontece o reconhecimento mútuo, entre antropólogo e seus interlocutores, como “portadores dos mesmos direitos de produção de conhecimento sobre si e o mundo” (*Ibid*, p. 34).

Imagens são capazes de desnaturalizar o olhar, estimular conversações e ajudar a descobrir coisas que as palavras não revelam (Novaes, 2014). Entre as faces visíveis e invisíveis, existe um jogo que há tempos já foi jogado por Roland Barthes (1984). Para a Antropologia, a existência dessas duas dimensões da fotografia é o que possibilita nosso movimento reflexivo entre os dois polos. Isto é, a fala é importante para a descoberta do invisível, assim como a imagem é importante para a descoberta do indizível. Para Milton Guran (2000), o valor etnográfico de uma imagem é dado, principalmente, pelo conteúdo invisível. Mas, de que forma podemos acessar esse conteúdo? Guran diz que esse conteúdo reside nos comentários e nas impressões que as pessoas têm sobre as imagens, sejam suas próprias, sejam as de outrem. O diálogo é o que faz com que “aspectos apenas percebidos ou intuídos pelo/a pesquisador/a sejam vistos, e se transformem em dados, a partir dos comentários dos informantes sobre a imagem” (*Ibid*, p. 160).

Podemos dizer, então, que parte significativa do valor etnográfico da imagem reside nessa parte oculta, pois ali estão contidos os processos de assimilação e a forma como as construções culturais e biográficas conformam opiniões e impressões das pessoas. Em suma, o que as pessoas comentam sobre as imagens nos informa sobre aspectos da realidade social presente na imagem e nos dá pistas sobre sua constituição como sujeito inserido em determinado contexto cultural. Assim, quando vamos pensar sobre uma imagem antropológica, é importante estar atenta às circunstâncias em que a foto foi produzida e situá-la no sistema de pensamento ao qual está conectada (Barbosa, 2016).

A percepção sobre as imagens está sempre relacionada à construção de um sujeito. Ela sempre “passa por alguém que a produz e reconhece, sempre com o intuito de produzir sentidos e provocar no outro uma atitude interpretativa” (Copque, 2003, p. 33). Assim, “tomar a imagem fotográfica como representação implica em considerar convenções socioculturais tanto na sua

fabricação quanto na sua compreensão” (*Ibid*, p. 38). A perspectiva, o enquadramento escolhido, o tema abordado, os elementos presentes e a intenção do/a fotógrafo/a demonstram aspectos subjetivos e socioculturais que constroem seu olhar.

Estava entre os objetivos da pesquisa a compreensão as relações entre jovens e espaço urbano e construir, através das imagens, novas percepções sobre seus bairros. Assim sendo, todos os encontros das oficinas tematizaram a cidade. As imagens foram, portanto, nessa experiência etnográfica, mediadoras de múltiplas relações: entre mim e os/as jovens; entre os/as jovens e a cidade; e entre a cidade e a memória. Como corpo e cidade são suportes materiais da memória (Diógenes, 2004), as narrativas visuais produzidas pelos/as participantes sobre seus bairros também são narrativas sobre si próprios e suas experiências vividas. A cidade, portanto, é aqui compreendida como “suporte de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica a pluralidade de identidades e memórias” (Eckert; Rocha, 2001b, p. 7).

A prática colaborativa que apresentei buscou estimular diferentes atos cognitivos para construção de formas de comunicação visual capazes de expressar percepções sobre o espaço social e urbano onde estão inseridos/as os/as jovens. O incentivo para “apontar a câmera para fora” (Barbosa, 2012), no mundo das *selfies*, convida a um olhar mais atencioso ao espaço habitado. Foi possível perceber que as imagens, em seus mais variados suportes e manifestações, são potentes formas expressivas para a compreensão de realidades sociais, contextos urbanos e universos simbólicos. Todas as imagens que resultaram das oficinas, riscadas ou clicadas, são expressões de uma experiência construída coletivamente, a da construção visual da Grande Cruzeiro. Mas, afinal, o que foi possível conhecer sobre as experiências juvenis e sobre a Grande Cruzeiro nessa experiência? Que novas perspectivas foram descortinadas para interpretar essa região da cidade através do uso dessas metodologias? Quais novas informações empíricas são possíveis tirar dessa técnica? Quais são as suas potencialidades? Quais são as suas limitações? Desenvolvo tais questionamentos no tópico seguinte.

5.2 ARTES DE FABRICAR OLHARES

Toda imagem (um desenho, uma pintura, uma escultura, uma fotografia, um fotograma de cinema, uma imagem eletrônica ou infográfica) nos oferece algo para pensar: ora um pedaço de real para roer, ora uma faísca de imaginário para sonhar. (Samain, 2012, p. 21)

Que pensamentos veiculam as imagens produzidas nas oficinas? De que forma as narrativas visuais povoam nossos pensamentos, mexendo na forma como olhamos para um lugar? Alguns elementos que sobressaíram nas narrativas visuais dos/as jovens nos revelam aspectos particulares do cotidiano na Grande Cruzeiro. O primeiro que gostaria de abordar é o da autoconstrução como *modo de fazer* espaço. A materialidade das residências mostra a construção de um lar que se faz processualmente. A casa se expande quando há recursos e, em muitos casos, acompanhando o crescimento da família. Os materiais de construção disponíveis ou arrecadados para a construção de uma nova peça na casa já não são os mesmos da peça anterior, e o reboco nas paredes não é prioridade, deixando os tijolos à vista. Na composição da paisagem, o céu e os tijolos criam o oportuno encontro das cores complementares azul e laranja, trazendo harmonia cromática para a cena⁶². Outro contraste entre cores se manifesta nas roupas expostas nos varais, como comentou Gabriel: “Ela (a foto) me lembrou muito como é lá o local onde eu moro. As casas são bem desse jeito, os detalhes, o varal ali, a casa feita de tijolo e, depois, o telhado ali por cima. É exatamente igual, assim, tudo ali jogado pelo chão”.

O vaivém de pessoas com ferramentas, empurrando carrinho de mão ou pintando a casa em cima de uma escada mostra um espaço em constante construção, transformado por seus próprios moradores. A materialidade visível nos diz que estamos diante de um fenômeno urbano, como evidenciou Sandra Pesavento (2007). Para essa autora, a cidade é feita de sociabilidades, de sensibilidades e de materialidades que nos contam o passado através da cidade do presente. De acordo com a autora,

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. (Pesavento, 2007, p. 16).

Ainda sobre as materialidades, em um estudo sobre as vilas da Restinga, na zona sul de Porto Alegre, Gamalho e Heidrich (2008) mostram como os materiais de construção com que são erguidas as casas na periferia têm relação com o tempo e com a percepção de progresso no imaginário de moradores das vilas. Segundo as autoras, a busca pelo progresso nas trajetórias individuais e familiares começa pela consolidação de laços espaciais e pela luta por aquisição da casa própria. Essa trajetória se inicia com moradias improvisadas em um espaço conquistado, mas não terminam com a conquista da propriedade, expandindo-se com as melhorias

⁶² Andrea Barbosa (2012), em seu estudo no bairro Pimentas em São Paulo, chamou atenção à combinação de cores. Na paisagem à qual se referia, observou o contraste do laranja com o azul das caixas d’água.

progressivas. Assim, “a substituição da maloca, da casinha de madeira, de compensado, por uma de tijolo” (*Ibid*, p. 10) revela melhorias e progresso na vida familiar.

Os valores de progresso e dos diferentes capitais (social, cultural, econômico...) diferem entre as classes sociais, fazendo com que, por exemplo, uma pessoa de classe média ou alta pense as casas sem reboco ou em processo de construção como símbolo de precariedade, enquanto, para moradores de periferia, significa progresso. Por isso, para realizar uma análise relacional, que coloque em diálogo as diferentes concepções sobre pobreza e desenvolvimento social, devemos “reconhecer o valor que adquirem os capitais em cada caso, longe de ser tomado como essência, existe e deve ser considerado a partir de sua importância em um contexto estrutural determinado” (Hernández; Cingolani; Chaves, 2015, p. 127).

Na primeira oficina, enquanto dialogávamos sobre as exposições de fotografias, perguntei a eles/as de quando achavam que eram as fotografias de Achutti (as fotos eram do início dos anos 2000). Eles/as procuraram pistas nas imagens que indicassem a temporalidade e encontraram na materialidade da casa de madeira ao fundo um indício do passado. Para eles/as, aquelas fotos eram antigas, pois as casas eram de madeira, e as casas mais modernas são de alvenaria. Um paralelo possível, em termos de memória coletiva, pode ser feito com o contexto social e histórico de desenvolvimento da região. As casas mais antigas, dos anos iniciais da ocupação da área, a partir de 1950, aparecem de madeira nas fotografias de acervo.

O revelar deste imaginário mostra que compreender o mundo urbano contemporâneo só é possível se analisarmos também as contingências históricas que compõem suas diferentes camadas temporais, assim como as formas como os atores sociais atribuem significação a essas materialidades com base em suas experiências. Essas formas de significação não dizem respeito a uma ordenação formal do tempo, mas aos jogos da memória coletiva e das formas sensíveis de observar a passagem do tempo nas transformações urbanas (Eckert; Rocha, 2001a), como a significação das casas de madeira como antigas e casas de alvenaria como mais recentes.

As redes de cooperação entre moradores/as foram outro aspecto que se destacou nas narrativas. Os laços sociais e históricos que conectam moradores/as de regiões periféricas formam uma rede de amparo em circunstâncias em que não se pode contar com assistência governamental, como no caso das práticas coletivas de recuperação dos prejuízos após a chuva. Nesses casos, há uma socialização dos recursos, e as relações entre pessoas que dependem umas das outras para o mínimo vital operam em uma lógica de “economia urbana de subsistência” (Oliveira, 1972 *apud* Fonseca, 2000), fazendo circular os recursos e as tarefas. Como descreve Claudia Fonseca:

Um homem empresta telhas para seu vizinho. Outro ajuda o ex-cunhado a arrumar o galinheiro de sua mãe. Uma mulher lava as roupas da amiga temporariamente inválida devido às pancadas que recebeu do marido. Outra cuida das crianças da sua ex-nora, enquanto está a procura de trabalho. (Fonseca, 2000, p. 18)

Além dos familiares, dos amigos e da vizinhança, as instituições e os equipamentos públicos sociais tiveram presença significativa em suas narrativas, tanto em aspectos biográficos quanto em seus percursos urbanos, mostrando a importância das políticas públicas para a formação cidadã dos/as jovens. O Postão, por exemplo, foi frequentemente mencionado. Além deste, apareceram o Conselho Tutelar, o Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), a escolinha da karatê, o Centro da Juventude, associações comunitárias, como a AMAVTRON, e escolas. Tais equipamentos e instituições cumprem um papel formativo na trajetória dos jovens, uma vez que, desde crianças, frequentam esses espaços enquanto os pais trabalham.

Chama atenção, ainda, o destaque dado aos pequenos negócios e aos trabalhadores autônomos no território, mostrando a informalidade do trabalho, principal forma de trabalho dos brasileiros, sobretudo nas camadas pobres. Eles foram referenciados especialmente por Bruno, que é o único dos três jovens que trabalha e que começou muito cedo a vida laboral. Os trabalhadores na rua, vendedores ou prestadores de serviços, são uma importante chave de compreensão da vida cotidiana na Grande Cruzeiro. O trabalho também foi muito enfatizado na narrativa de Emerson Santos, abordado no capítulo 2, sobre a massa de trabalhadores que moram na Vila Gaúcha.

As informações sobre as condições dos espaços urbanos implícitas em suas narrativas levantam importantes reflexões sobre a forma como as estruturas edificadas ou em construção afetam as formas de vida locais e as relações entre moradores/as. Aspectos de vulnerabilidade social também aparecem em suas falas, sinalizando problemas estruturais, como as condições de pavimentação, as consequências das obras de duplicação da avenida principal e a marcante presença de instituições de proteção social e acolhimento nas trajetórias desses/as jovens em contexto de vulnerabilidade.

Em um sentido geral, as dinâmicas participativas com os/as jovens renderam relatos sobre vivências do cotidiano, memórias e percepções sobre o lugar onde vivem e suas condições urbanas. Para Khellen, as fotos mostram a “paisagem em geral”, e para Bruno, elas mostram que “a favela, além de ter seus lugares escuros, também tem paisagens”. Os/as jovens e as pessoas que fazem esse lugar e que nele vivem são os *praticantes ordinários da cidade*, usando novamente os termos de Michel de Certeau (2012). Praticantes, pois são sujeitos urbanos que, através de suas experiências, transformam os lugares da cidade em *espaços praticados*. As

formas de apropriação urbanas podem ser compreendidas, nos termos de Certeau, como *maneiras de fazer*. Elas são modalidades da ação que produzem identificações com o lugar, transformando-o e sendo transformadas por ele em uma relação dialógica. Em suma, “o espaço é um lugar praticado” (Certeau, 2012, p. 184).

5.3 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DE UMA ESCOLHA METODOLÓGICA

A prática etnográfica com oficinas mostrou que utilizar imagens em metodologias colaborativas com jovens atreladas à interpretação antropológica pode ser um instrumento potente para a construção de conhecimento sobre um lugar. Experiências recentes têm demonstrado o potencial da realização de oficinas participativas para reconhecimento de questões sociais ligadas a determinadas territorialidades nas cidades para elaboração de políticas públicas. Um exemplo prático são as “Oficinas Temáticas-Territoriais de revisão do Plano Diretor”⁶³, que tiveram sua primeira rodada realizada em 2019 e foram organizadas espacialmente de acordo com as Regiões de Planejamento da cidade. Qualquer morador/a pode participar das oficinas. Trata-se de uma estratégia participativa de identificação e mapeamento dos pontos negativos e positivos dessas regiões, utilizando grandes mapas impressos e materiais para intervenção e diálogo. Além das outras instâncias de participação popular, como conferências e audiências públicas, a estratégia das oficinas foi uma forma de engajar a população ativamente das discussões sobre a renovação do Plano Diretor da cidade.

Um mapeamento coletivo é definido por Risler e Ares (2020) como “um processo de criação para a construção de um relato coletivo sobre o território, gerado a partir do intercâmbio de saberes e experiências cotidianas das e dos participantes em um espaço de trabalho coletivo” (tradução minha). O mapeamento é construído de forma reflexiva pelos/as participantes, funcionando como uma ferramenta lúdica e envolvente para “abordagem e problematização de territórios sociais, subjetivos, geográficos” (Risler; Ares, 2013, p. 8, tradução minha), favorecendo o pensamento crítico e o “desenvolvimento de projetos territoriais com uma visão comunitária e transformadora” (*Ibid*, p. 03). Sendo construídos pelos saberes e pelas experiências cotidianas dos/as participantes, resultam em produções visuais que, enquanto formas de comunicação, desafiam discursos dominantes sobre os territórios, enfatizando outras formas de compreender e de falar sobre os espaços da cidade.

⁶³ Mais informações sobre o processo de renovação do Plano Diretor de Porto Alegre e as formas de participação podem ser acessadas em Plano Diretor | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/planodiretor>>. Acesso em: 1º jul. 2021.

O recurso gráfico do desenho também tem profunda relação com o ato de conhecer. Em etnografias clássicas ou relatos sobre culturas, o desenho era a principal forma de expressar visualmente a materialidade das coisas observadas em campo. Ao longo do século XX, o desenho foi perdendo espaço para outras formas visuais, como a fotografia e o filme (Kuschnir, 2016). Contudo, nos debates antropológicos contemporâneos, o desenho volta pouco a pouco a construir seu lugar. Foi o que mostrou Karina Kuschnir (2016). A experiência de traçar o papel, segundo essa autora, faz enxergar e conhecer, que são competências básicas do trabalho antropológico.

O potencial do desenho não está somente na representação gráfica de algo, como afirmou Kuschnir, mas também “para revelar modos de ver, de se comunicar e de registrar utilizados por antropólogos em campo” (*Ibid*, pg. 9). Assim, o desenho foi empregado nessa pesquisa como forma de expressão particular, como motivo de diálogos e como forma de observação. Uma observação etnográfica que se dá em um tempo mais longo, com um olhar mais detalhista às formas. A partir de oficinas de desenho realizadas no Navisual, passei a compreender o desenho também como forma de observação potente e, então, nos termos de Kuschnir (2016), eu o trouxe para dentro das minhas práticas antropológicas.

Inúmeros argumentos a favor de práticas antropológicas criativas e colaborativas podem ser apresentados, mas é necessário falar sobre as limitações e os desafios que foram encontrados nessa experiência. O primeiro desafio é na escolha da instituição parceira para desenvolver o projeto. É preciso observar uma série de condicionantes das relações dentro das ONGs. Suas regras de funcionamento, o comportamento esperado dos/as jovens atendidos, as relações entre educadores/as e educandos/as, a organização do espaço físico, o perfil da população atendida, entre outras coisas. No caso do CJ, pude perceber significativa mudança de comportamento dos/as jovens no dia em que fomos para a praça e quando fizemos a saída de campo. As interações fluíam com maior espontaneidade nos ambientes informais do que na sala de aula, onde nos sentávamos em cadeiras escolares.

O trabalho precisa, necessariamente, ser realizado em equipe. Pude contar com a parceria de Cristian e Gabriel presencialmente e com a Chica, minha orientadora, sempre nos “bastidores”. No entanto, subestimei o esforço que seria necessário para coordenar e para etnografar as oficinas. Nesse lugar, muitas preocupações tomam conta de nossos pensamentos: a responsabilidade com a segurança dos/as jovens e o cuidado com os materiais que foram emprestados, sobretudo na saída de campo. A preocupação com os instrumentos de pesquisa, como o gravador; a atenção etnográfica orientada para observar, registrar e ao mesmo tempo participar; a preocupação com o tempo de duração da atividade para não atrapalhar a rotina

local, entre outros elementos. Por isso, assim como em qualquer produção audiovisual, é preciso ter parceiros/as, preferencialmente antropólogos/as, no trabalho para dividir previamente as responsabilidades e fazer acontecer uma oficina de pesquisa.

O tempo de intervalo entre os encontros também deve ser ponderado de acordo com as circunstâncias. As desistências ao longo do processo são esperadas, mas o intervalo de uma semana entre cada encontro pode ter sido um fator que desmobilizou o engajamento. Eram os primeiros meses do ano, período de recesso escolar, portanto, o espaço de uma semana pode ter deixado as oficinas “soltas” em meio a rotinas de recesso escolar, favorecendo rupturas de continuidade entre um encontro e outro. Daniel Meirinho (2013) se confrontou com essa mesma questão em suas oficinas de pesquisa com jovens brasileiros e portugueses. Como foram várias as atividades em sua pesquisa de doutorado, ele observou que a realização de encontros intensivos rendeu maior participação ativa e engajada dos/as jovens.

A questão do tempo entre os encontros leva a duas outras reflexões. A primeira é sobre a necessidade de que esse engajamento seja construído gradualmente e estimulado o tempo todo pelo/a oficinairo/a. O engajamento espontâneo é possível, ainda mais quando a participação na atividade é voluntária, mas não acontece sempre “naturalmente” como frequentemente se dá quando nossos/as interlocutores/as são mais velhos. Trabalhar com adolescentes e jovens demanda esforço de mobilização constante, seja virtualmente, por redes sociais, seja presencialmente. Aí reside uma das limitações da antropologia colaborativa. Ela acontece na medida em que o/a antropólogo cria e mantém as condições para seu acontecimento. Uma discussão mais aprofundada pode ser feita com o questionamento: em que medida o conhecimento é, de fato, colaborativo?

A segunda questão relativa ao tempo diz respeito à capacidade de flexibilização e improvisação no programa da oficina. A construção de uma programação prévia é importante para se ter uma base. No entanto, a lógica dos encontros vai se dando processualmente, no decorrer das atividades. Além disso, nem sempre os/as participantes estarão interessados/as nos conteúdos que abordamos e vão querer se manifestar, podendo frustrar a expectativa de uma atividade dialógica. Por isso, procurei organizar os encontros de modo que tivessem uma parte dedicada às conversações sobre determinado tema e outra parte com dinâmica coletiva.

Os imprevistos levaram ao imprevisto de desvios no percurso e à reinvenção das táticas de pesquisa, adaptando-se às novas circunstâncias. Como argumentou Ferreira (2017), o método etnográfico se reinventa a cada novo desafio que se apresenta nas trajetórias de pesquisas com jovens. É justamente nessa flexibilidade metodológica que reside uma das propriedades criativas da pesquisa etnográfica: a capacidade de se adaptar e se transformar

conforme as questões que se apresentam em campo. Por essa razão, levar a sério o “estatuto epistemológico do erro” (Ferreira, 2017, p. 20) nas discussões sobre “erros” nas pesquisas pode elaborar importantes contribuições para debates metodológicos.

A antropologia contemporânea, muito inspirada por James Clifford (1998), e os debates sobre autoridade etnográfica dos anos 1980, elabora projetos de construção textual e práticas em pesquisa que prezem pelo diálogo e pela visibilidade da multiplicidade de vozes que compõem uma pesquisa etnográfica. Marilyn Strathern (2017) faz algumas ressalvas aos projetos que resultam na elaboração de *produtos compartilhados* (*Ibid*, p. 147), no sentido de serem *polifônicos*, pois acredita que, em nossas produções, devemos ir além da preocupação com as vozes de nossos interlocutores/as.

A respeito destas práticas de representação e de seus significados na construção dos produtos etnográficos compartilhados, Strathern chama a atenção para o fato de que a relação entre os/as envolvidos/as na pesquisa, muitas vezes, é transformada em uma vantagem unilateral. Isso nos leva à questão sobre a autoria dos relatos etnográficos. Se nossas produções são polifônicas, a quem pertencem os relatos etnográficos?

As práticas de antropologia colaborativa não nos aproximam mais da realidade do que outras escolhas metodológicas. As produções resultantes de nossas pesquisas sempre são recortes moldados pelos temas e pelas teorias que nos inspiram. Por isso, a antropologia colaborativa não pode ser mais uma forma de atestar a veracidade das informações existentes, caso contrário estaríamos reatualizando certas formas de autoridade etnográfica descritas por James Clifford (1998), fazendo com que as pessoas passem de informantes a testemunhas de sua realidade.

Uma forma possível para encarar esse desafio metodológico é colocar a experiência no centro de cada *produto compartilhado*, seja texto, imagem ou som. Seguindo o raciocínio de Andrea Barbosa (2016), as imagens não estão traduzindo algo, nem informando, mas estão evocando uma experiência. Toda imagem é resultado de experiências construídas, assim como as produções etnográficas. Por isso, é importante que as experiências que geraram um produto etnográfico sejam evidenciadas nas narrativas. Sob que circunstâncias tal imagem foi fabricada? Quem estava lá? Como foi tirada? Que reações suscitou? Enfim, que experiências estão em uma fotografia? Espero ter conseguido, ao longo da dissertação, ter destrinchado algumas dessas questões para contribuir com os debates sobre formas colaborativas de construção de pesquisas antropológicas.

6 ETNOGRAFIA NO CONFINAMENTO

6.1 PESQUISA SOCIAL COM DISTANCIAMENTO SOCIAL?

A grande virada antropológica do século XIX foi marcada pela superação da antropologia de gabinete, que estudava as diferentes culturas a partir de relatos de viajantes ou de missionários, pela pesquisa de campo e pelo método experiencial. Naquela época, Franz Boas reinventava a forma de desenvolver pesquisas indo a campo, vivendo entre povos nativos de ilhas canadenses e produzindo seus próprios relatos. Anos mais tarde, Bronislaw Malinowski, também adepto da coleta de dados por meio da imersão cultural, formalizou e chamou esse método de observação participante (Malinowski, 2018).

A invenção dessa nova forma de pesquisar aconteceu a partir da contestação de métodos evolucionistas de produção do conhecimento em laboratórios ou gabinetes. Muitas críticas foram feitas a esse modelo, que acabou superado pela antropologia social culturalista. No entanto, a chegada da pandemia de Covid-19, em 2020, colocou em questão nossas metodologias de observação participante e entrevistas presenciais, fazendo-nos reinventar formas de pesquisar a partir de nossas casas.

A última vez que estive presencialmente com os/as jovens no Centro da Juventude foi em 3 de março de 2020. Naquela tarde quente de verão, saímos para produzir fotografias do território, mas não sabíamos que seria nosso encontro derradeiro, tampouco que aquelas fotografias registrariam os últimos momentos de um cotidiano usual pelas ruas da Grande Cruzeiro.

Havíamos marcado a exposição das fotografias produzidas na oficina para o final de março, no mesmo dia da formatura dos alunos e das alunas dos cursos profissionalizantes. As formaturas são sempre um momento ímpar no cronograma das atividades do CJ e nas vidas dos/as jovens formandos/as. É um dia em que todas as outras atividades são interrompidas e que a equipe técnica se envolve com a preparação do evento. Encomendam-se doces de festa, bolo e refrigerante e os/as alunos/as da culinária também preparam alguns quitutes para degustação. A formatura, o certificado recebido e o fechamento de um ciclo são muito significativos para os/as participantes, pois a maioria tem baixa escolaridade e não chega a concluir o ensino básico. Quem faz a *playlist* das músicas são os/as próprios/as jovens, que, no dia da formatura, aparecem especialmente animados, com novos penteados e roupas especiais para a ocasião. O espaço na sala de espelhos fica disputado, pois todos/as querem tirar uma *selfie* refletida e registrar o momento. Contudo, a oitava formatura do CJ, com entrega dos

certificados, aconteceu somente em setembro, na modalidade chamada de *drive-in*, em que foram marcados dias e horários específicos de entrega para evitar aglomerações.

No último dia em que nos encontramos, cada jovem havia escolhido aproximadamente cinco fotografias para representar o lugar onde moram. Mesmo assim, resolvi marcar um encontro extra antes da exposição para que pudéssemos conversar mais sobre as imagens. Seria um encontro dedicado somente a isso, já que o anterior fora ocupado pela atividade prática de fotografar. Com a declaração oficial da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, todas as instituições de ensino foram paralisando suas atividades. Não foi diferente com o CJ. Com isso, também foi cancelado o nosso encontro.

Nos meses iniciais da pandemia, foi difícil compreender as proporções do que acontecia no mundo e as formas como seríamos afetados, além de tentar reorganizar a vida nessas circunstâncias excepcionais. Vivenciamos angústias profundas e preocupações com a segurança e a saúde das pessoas que amamos. Nas interações e nas conversas virtuais, o mais importante era saber se quem estava do lado de lá – da tela do computador ou do celular – estava bem. As aulas na universidade foram suspensas, e a pesquisa foi interrompida temporariamente.

Minha reação inicial foi entrar em contato com os/as jovens que participaram da oficina através do grupo do WhatsApp para perguntar se estavam bem, mas não tive respostas. Certamente, estavam imersos em outras preocupações naquele momento. Os contatos virtuais por chamadas de vídeo, e-mails e mensagens de WhatsApp já não eram mais introduzidos com a usual pergunta “tudo bem com você?”. A expressão foi substituída por “espero que você(s) esteja(m) bem”, pois a pergunta se tornou desnecessária diante da óbvia resposta. Não estava tudo bem com ninguém naquelas circunstâncias.

Fomos entendendo, pouco a pouco, que não se tratava de uma situação passageira e que, sem perspectiva de retorno à normalidade, precisaríamos reinventar nossos cotidianos. Em março, retomaram-se as reuniões do Navisual na modalidade remota, e seguimos nos encontrando virtualmente todas as terças-feiras, às 14h, como de costume. Assim, ao longo de todo o semestre, as reuniões foram destinadas à realização da oficina *Etnografia do Confinamento*, atividade organizada pela professora Cornelia Eckert e pelo antropólogo e fotógrafo Fabricio Barreto. Tivemos orientações técnicas e conceituais para produção de fotografias e construção de narrativas visuais sobre nossas experiências de distanciamento social. Além de nos proporcionar uma atividade rotineira diante da confusa organização do tempo durante a pandemia, o trabalho com imagens nos permitiu interagir com colegas, compartilhar nossas dinâmicas cotidianas no confinamento, nossas reflexões, emoções e preocupações sobre esse momento histórico em curso. A oficina resultou na publicação de uma

edição especial da revista *Fotocronografias* (Eckert *et al.*, 2020), com ensaios fotográficos produzidos pela equipe nesta experiência de trocas e aprendizado.

O primeiro semestre de 2020 também foi o período de reordenação da pesquisa. Inúmeras publicações escritas e *lives*⁶⁴ tematizando a realização de trabalhos em isolamento começaram a ser lançadas, fornecendo material de apoio e incentivo à continuidade de nossas investigações. Minha preocupação inicial em relação à dissertação foi retomar o contato com os jovens e pensar formas para utilizar as 328 fotografias produzidas na oficina por nós cinco, uma vez que já estava fora de cogitação a realização de uma exposição presencial.

Em agosto, entrei em contato novamente com cada um, individualmente, para saber como estavam e perguntar sobre suas famílias. O contato me rendeu a possibilidade de realizar entrevistas com eles/as para conhecer melhor suas experiências de pandemia. Perguntei sobre suas condições para realizarmos uma reunião coletiva e, também, se teriam interesse em dar continuidade ao projeto de forma remota. Eles aceitaram e, na mesma semana, marcamos uma data para o encontro virtual. No dia, manifestaram-se no grupo Khellen e Bruno, mas Gabriel não. Ele não estava recebendo as mensagens, nem atendendo telefone. Esperamos por mais de uma hora e ele não se manifestou, então tentamos iniciar a conversa só nós três.

Começamos Khellen, Bruno e eu. Eram muitas fotos e eu estava preocupada com o tempo que despenderíamos para esse exercício, sem saber quais eram as suas condições de acesso à rede e o limite da paciência deles. O trabalho reflexivo com imagens pode levar bastante tempo, mas uma atividade muito longa poderia ser cansativa e desestimulante. Assim, eu fiz uma pré-seleção de todas as fotografias para diminuir o volume. Removi as desfocadas, as que apresentavam problemas na luminosidade e as repetidas ou com mínimas variações, que, provavelmente, foram tiradas por disparo sequencial. Também retirei as fotografias com crianças e com pessoas identificáveis, mas que não tínhamos autorização de uso de imagem. Feito isso, restaram 187 fotografias.

Nessa dinâmica de seleção, fui passando as imagens em sequência e pedi que selecionassem aquelas que considerassem mais importantes e as que caracterizassem melhor a vida na Grande Cruzeiro. Mas, logo no início, ao abrir as imagens, a chamada de Bruno começou a perder conexão. Tentamos um pouco mais e não tivemos como continuar a chamada. Ele, então, sugeriu que eu enviasse as imagens pelo WhatsApp, e eles escolheriam por lá. Assim, Gabriel também poderia participar da atividade. Depois de uma breve pesquisa na *internet*, achei que as plataformas Flickr ou Tumblr seriam interessantes para publicarmos as

⁶⁴ Transmissões de palestras, entrevistas e programas ao vivo pela *internet*.

fotos. Fiz essas sugestões e perguntei se eles tinham alguma outra ideia. Eles não conheciam essa plataforma, pois teve mais popularidade no início dos anos 2000. Bruno, prontamente, sugeriu que criássemos uma página no Instagram.

A seleção que eles fizeram pelo WhatsApp teve 83 fotos. Mas Gabriel não se manifestou na escolha das imagens. Ficou bem ausente nessa parte do projeto. Trabalhando em cima dessas imagens e com o título sugerido por Khellen, “Cultura e Comunidade Cruzeiro”, criei a página no Instagram @imagensdacruzeiro. Sobre o conjunto, perguntei qual eram os temas principais que eles podiam observar. Para Khellen, a arte e a cultura dentro da comunidade; para Bruno, a “realidade”, o dia a dia do trabalho e a paisagem em geral. Trabalhando em cima das imagens selecionadas por eles e das temáticas observadas, fiz uma curadoria e publiquei oito fotos no Instagram. Três eram imagens deles fotografando, e as outras foram selecionadas com base nas narrativas que haviam construído anteriormente, buscando evidenciar aspectos de moradia e trabalho e a vista do morro.

Ao final da montagem, Khellen achou que faltava alguma coisa. Para ela, faltavam as pessoas. Uma ponderação justa, com a qual concordei imediatamente. Expliquei que evitei colocar fotos de pessoas para não expor ninguém sem consentimento, porque a *internet* é um ambiente público. Mas concordei que a ausência das pessoas descaracterizava o espaço, pois elas fazem a cidade.

Divulgamos a página para os amigos/as e conhecidos/as e conseguimos pouco mais de uma centena de seguidores. Durante algumas semanas, publiquei algumas imagens, mas, com a minha falta de experiência com as dinâmicas da rede social e com a diminuição de nossas interações, resolvi não insistir. Entendi que aquela seria a etapa “conclusiva” do projeto. Porém, deixei em aberto a possibilidade de fazermos a exposição presencialmente quando a pandemia passar.

Outros desafios vieram com a pandemia: como desenvolver remotamente uma Etnografia de Rua (Rocha; Eckert, 2013)? Em 2020, o mundo cibernético se tornou predominante para muitas pessoas. Eu participei de alguns cursos *online* que me auxiliaram a buscar soluções criativas para esse problema. Um deles foi o curso “Caminhar: prática estética e política e...”, oferecido pela Escola de Artes Visuais do Parque da Lage; outro, o curso para aprender a utilizar o *software* de elaboração de mapas QGIS, oferecido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA/UFRGS).

Pensar a Grande Cruzeiro a partir de mapas e cartografias foi uma forma de dar continuidade à pesquisa a partir da minha casa. O Google Maps e o recurso Street View possibilitaram o deslocamento pelos bairros e pelas ruas da Grande Cruzeiro. Considerei uma

experiência sensorial empobrecida, porém, promoveu uma percepção visual mais atenta aos detalhes das formas urbanas. As paisagens etnográficas se planificaram, e o mundo, através da tela do computador, ficou bidimensional. Estávamos adentrando o universo das *tecnopaisagens* (Diógenes, 2015). Nesse novo mundo, a relação com o tempo e o planejamento da pesquisa se transformou. Acredito que nada substitui a qualidade sensorial da etnografia presencial, mas, com o Google Street View, eu podia transitar de um lado a outro pela Grande Cruzeiro, subir lombas e passar rapidamente por terrenos irregulares em um curto intervalo de tempo. Um dia de trabalho de campo presencial, no tempo virtual, tomava algumas horas. Busquei, pelas ruas, os antigos casarões coloniais e pude observá-los pelo tempo que fosse necessário para desenhar suas formas no papel.

Buscando novas formas de entrar no jogo da vida urbana do campo, ingressei em um grupo no Facebook do Bairro Santa Tereza com quase 30 mil pessoas e com interações contínuas. No grupo, novamente, deparei-me com a temática do trabalho informal e do artesanato laboral ao ver que a maioria das publicações é de pessoas oferecendo ou procurando serviços. As ofertas e as buscas são das mais variadas categorias: tem gente procurando liquidificador usado para comprar; vendendo *sushi*, açaí no pote, xis e outros lanches; buscando cachorro para adoção; procurando emprego; buscando alguém que tenha muda de babosa para doar; oferecendo curso de manicure; vendendo peças para autoinstalação de aparelho dentário, entre outras. Perambulando nas redes sociais, também encontrei a página de humor “Morro Santa Tereza memes”, que passei a acompanhar, ainda que as publicações não sejam tão frequentes.

A busca por fotografias históricas de acervo também foi uma forma de me manter conectada com o campo. Mande e-mails para o Centro da Documentação e Informação da Zero Hora, onde fica o acervo histórico das matérias publicadas; para o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; e para o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. O primeiro respondeu que não estava realizando atendimento devido à pandemia. O segundo não respondeu. Apenas do Museu de Porto Alegre tive retorno positivo, podendo acessar as fotografias digitalizadas. As fotografias do Solar da Travessa Paraíso e das emissoras de televisão instaladas no alto do Morro Santa Tereza me levaram a pesquisar mais sobre a memória e o patrimônio cultural da Grande Cruzeiro e renderam algumas das reflexões que apresentei no capítulo 3.

As interações *online* foram desafiadoras, sendo difícil manter interlocuções e vínculos virtuais. O processo da realização de entrevistas por videoconferência não foi muito bem-sucedido. A começar pelos problemas de conexão, lentidão e travamento nas chamadas,

principalmente com os jovens. Gabriel, por exemplo, não tinha *wi-fi* em casa, então optou por fazer a entrevista por Whatsapp. Com Paulo Jorge, consegui marcar uma entrevista, mas ele não conseguiu acessar o *link* para a chamada pelo Google Meet. Então, foi necessário explicar, por telefone, como se conectar. Como levamos algum tempo nesse processo, foi preciso remarcar a entrevista, pois ele tinha outro compromisso no mesmo dia.

Na gravação das videoconferências, outro problema técnico surgiu: o programa que eu havia utilizado para gravar a tela do computador, já que o Google Meet na versão gratuita não permite gravar a chamada, gravou apenas a voz dos entrevistados. Quando fui transcrever as entrevistas, já era tarde, então precisei intuir e lembrar quais foram minhas perguntas e os meus comentários nas entrevistas. Embora tenha encontrado algumas dificuldades na migração da pesquisa para o ambiente *online*, o Whatsapp foi um recurso de muita utilidade na pesquisa pela sua popularidade e agilidade na comunicação.

Nessa experiência pela qual estamos passando, reeducamos nossos corpos e nossas mentes para o desenvolvimento de novas competências de pesquisa em nossas casas. Para lidar com simultaneidade de eventos no ciberespaço, é necessário realizar um esforço cognitivo para fazer várias coisas ao mesmo tempo. Como comentou Glória Diógenes (2015) sobre as experiências no ciberespaço, diante da tela do computador, fazemos tudo ao mesmo tempo: lemos, pesquisamos, entrevistamos, escrevemos, transcrevemos. Nesse momento histórico que ainda estamos vivenciando, é difícil fazer suposições das implicações da pandemia nas pesquisas etnográficas no longo prazo. No entanto, podemos concordar que, nesse deslocamento contínuo entre os mundos material e digital, abriu-se “um terreno intensivo de experimentação e de percepção de originais práticas de pesquisa. Estamos diante de inusitadas aldeias e fronteiras; horizontes que recriam e dilatam os continentes da aventura antropológica” (*Idem*, p. 555).

6.2 DINÂMICAS DA AÇÃO SOCIAL: “FAVELA CONTRA O VÍRUS”

*Quem tem fome tem pressa
E não pode esperar
A fome é perversa
E não dá pra negar
E quem alimenta esse monstro do mal
É a desigualdade social⁶⁵*

⁶⁵ Trecho da canção de Xande de Pilares, Gilson Bernini, Emicida e Mosquito, 2020.

Desde o início da pandemia, em março de 2020, estive envolvida em ações sociais de enfrentamento à pandemia da CUFA. Inicialmente, participei remotamente, atuando na interlocução com lideranças comunitárias de diversas vilas de Porto Alegre e de outras cidades do Rio Grande do Sul para organizar as logísticas de distribuição dos recursos e prestar auxílio remoto durante as entregas. Depois, a partir de meados de junho, participei, pessoalmente, de algumas ações na região do Partenon, em Porto Alegre, onde distribuímos cestas básicas, máscaras e frascos de álcool gel. Durante esse período, estava em mais de 20 grupos de WhatsApp da campanha – ativos desde cedo da manhã até tarde da noite – e em contato com inúmeras pessoas apreensivas, insistentemente buscando informações sobre os recursos.

Nessa campanha, o WhatsApp foi um instrumento de utilidade pública. Possibilitou-me entrar em contato e construir relações com lideranças e moradores/as de diversos lugares. A partir da interação com moradores/as e lideranças, principalmente de vilas da Grande Cruzeiro, pude conhecer um pouco da realidade e das lutas de alguns moradores das periferias do Rio Grande do Sul durante a pandemia. Assim, a partir dessa experiência, reflito, neste capítulo, sobre as particularidades dos efeitos desse fenômeno global nas instâncias locais das periferias gaúchas. Parto do pressuposto de que a crise do novo coronavírus não é um evento unívoco e que diversos fatores *fazem pandemias* (Segata *et al.*, 2021). Ou, para aludir à expressão de Paulo Jorge, “o vírus é um só, mas os anticorpos não são os mesmos para todo mundo”, criando experiências diversificadas.

Em março, nas primeiras semanas do novo coronavírus no Brasil, a CUFA lançou a campanha *CUFA Contra o Vírus*, uma ação de âmbito nacional que arrecadou recursos e os distribuiu para moradores/as das favelas de diversos Estados em forma de cestas básicas e produtos de higiene, fundamentais para a prevenção à Covid-19. Logo no início da pandemia, houve uma grande mobilização solidária da população para ajudar as pessoas mais prejudicadas pelas consequências do vírus, aquelas que enfrentam o desemprego, a falta de alimentação e de outros recursos básicos para a subsistência. As doações vinham, principalmente, de empresas, instituições privadas e parceiros da sociedade civil.

Tudo começou com a criação de uma rede estadual, conectada virtualmente através de um grupo no Whatsapp chamado *#CUFAContraoVirus*. Havia mais de 60 pessoas no grupo. Entre elas, estavam lideranças comunitárias, parceiros/as da CUFA nas comunidades e outros/as colaboradores/as. O grupo foi formado para ser um canal de ajuda e troca de informações sobre ações de enfrentamento à Covid-19 nas comunidades. Os participantes compartilhavam ações em curso nas suas comunidades, enviando fotografias e relatos.

Nessa campanha, fui convidada para trabalhar na organização e no registro dos dados das famílias atendidas nas cidades do Estado onde a CUFA desenvolve projetos. Remotamente, eu e uma colega da coordenação da CUFA, Kemilin Melo, ficamos responsáveis por fazer a intermediação entre a instituição e as lideranças comunitárias, ou seja, para fazer com que os recursos chegassem a quem mais necessitava. Na prática, nosso trabalho foi o seguinte: entrávamos em contato, por telefone ou por WhatsApp, com líderes comunitários/as, informávamos a quantidade de cestas básicas disponíveis e perguntávamos se teriam condições para fazer a distribuição na comunidade. Depois, criávamos um grupo no WhatsApp com cada liderança⁶⁶ para tratar da organização, fazer acompanhamento da ação e do preenchimento das fichas das famílias beneficiadas. Para receberem as cestas básicas, os/as beneficiários/as tinham que preencher uma ficha com seus dados e tirar uma foto na hora da entrega. Esse foi o sistema adotado para a prestação de contas da campanha. Então, chegavam, durante o dia todo, fotos e dados das famílias que recebiam as doações.

Na primeira leva de distribuição, a estratégia foi efetuar a compra das cestas básicas em mercados ou armazéns de pequeno ou médio porte localizados dentro das comunidades, buscando fortalecer os pequenos comerciantes locais, também impactados pela pandemia. A compra das cestas era feita por transferência bancária, o fornecedor montava os *kits*, e a liderança local as buscava para fazer a distribuição.

Para viabilizar essa dinâmica, foi preciso pesquisar quais seriam os estabelecimentos comerciais. A pesquisa *online* não foi suficiente, pois muitos dos negócios não estão registrados nos mapas ou não têm endereço eletrônico. Então, entrei em contato com cada liderança e pedi que me indicassem o mercado ou o armazém mais próximo. Outras questões atravessaram o processo: alguns estabelecimentos não tinham CNPJ para emissão de nota fiscal ou não tinham estoque suficiente para dar conta da demanda. Com outros, nem sequer consegui entrar em contato. Em muitos casos, por questão de agilidade, chamada telefônica foi mais eficaz que Whatsapp. Mesmo assim, o processo foi bastante lento.

Para sistematizar as informações, criei um mapeamento das comunidades atendidas, com dados de contato do/a líder de referência e com os comércios fornecedores das cestas básicas. Os ícones verdes são os mercados, e os ícones roxos são as localizações das lideranças.

⁶⁶ Foram criados grupos específicos para cada uma das vilas nos municípios do Rio Grande do Sul atendidos: Porto Alegre, Canoas, Sapucaia, Viamão, Esteio, Passo Fundo, Frederico Westphalen e Montenegro. Em Porto Alegre, foram contempladas comunidades do bairro Sarandi; da Vila dos Eucaliptos, no bairro Mario Quintana; do São José, Morro da Cruz e Morro do Biriba, na região do Partenon; e da Vila Pedreira, no bairro Cristal.

Cada um informa o nome do território, o nome da vila atendida, o endereço da associação comunitária, a ONG ou mesmo a residência da liderança e o telefone para contato.

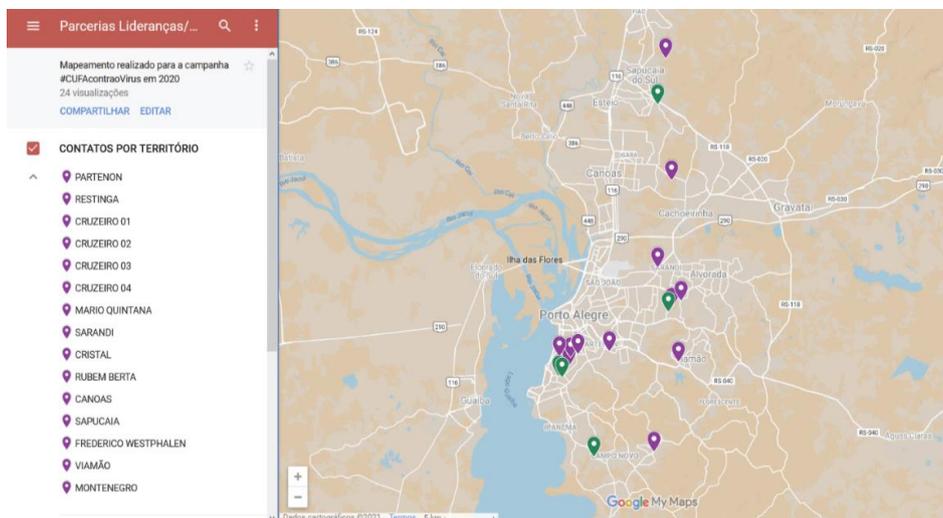


Fig. 83: Regionalização das comunidades, líderes e mercados. Elaborado pela autora.

O desafio foi o tempo necessário para realizar essa articulação, que não estava sendo suficiente. Então, para fazer o alimento chegar mais rapidamente às casas, a CUFA optou por mercados maiores para fornecimento dos insumos das levas seguintes. Os pequenos mercados não têm grandes estoques e contam com poucos funcionários, então, os procedimentos acabavam mais demorados. Desta forma, nosso papel foi contatar os líderes para saber o local onde armazenariam as cestas e comunicar o horário que o caminhão faria a entrega. O caminhão saía pela manhã e terminava a distribuição no fim do dia. Após essa etapa, começávamos a receber as fichas e as imagens das famílias com as cestas básicas pelo WhatsApp, além de mensagens de agradecimento.

No primeiro mês, foram beneficiadas 1.150 famílias. O envio das fotografias e das fichas para cadastro não foi algo simples para os/as líderes. Alguns chegavam a distribuir 200 cestas em um dia, como na Restinga, e isso significava ter que enviar 200 fotografias das famílias com fichas correspondentes. Então, houve contratempos nesse processo.

O trabalho foi intenso, e o retorno, recompensador. Nós nos emocionamos ao ver que o alimento estava chegando para as pessoas que necessitavam. Ao mesmo tempo, nos angustiava o fato de que as cestas básicas apenas amenizavam temporariamente o problema crônico e histórico da fome e do desemprego nas favelas. Era o início da pandemia, mas recebemos relatos de que famílias cujos/as provedores/as já haviam perdido o emprego e não tinham mais comida para pôr na mesa.

Alguns dados estatísticos são elucidativos das dificuldades enfrentadas por moradores/as das favelas do Brasil na crise do novo coronavírus. As desigualdades sociais foram investigadas na pesquisa “Pandemia na favela – A realidade de 14 milhões de favelados no combate ao Coronavírus” (Data Favela, 2020)⁶⁷, realizada no primeiro semestre. A pesquisa mostrou que 80% das famílias estão sobrevivendo com menos da metade da renda que tinham antes da pandemia, e que 66% não possuem reservas financeiras para cobrir despesas sem estarem sendo remuneradas. A mesma pesquisa revelou que saúde é uma das principais preocupações, seguida do medo da perda de emprego e renda. No início de 2021, outra pesquisa realizada pelo Data Favela demonstrou que 71% das famílias estão sobrevivendo com menos da metade da renda e que 93% dos moradores não têm dinheiro guardado. Além disso, 80% dos entrevistados disseram que não têm condições de pagar contas, comprar produtos de higiene ou se alimentar sem doações.

Colocando em perspectiva as desigualdades raciais, o cenário é ainda mais sombrio. Por exemplo, na educação à distância, 26% dos estudantes negros do ensino médio não estão assistindo às aulas nem à distância durante a pandemia. Esse mesmo indicador entre os brancos cai para 8% (Data Favela, 2020). Uma das razões para essa discrepância é a desigualdade de acesso à internet e a dispositivos eletrônicos apropriados. A insuficiência da inclusão digital no país também dificulta o recebimento do auxílio emergencial para as pessoas mais pobres. Em relação ao mundo do trabalho, a massa salarial dos brancos caiu 19%, e a dos negros, 23% (Souza, 2021). Além de escancarar as múltiplas desigualdades sociais no país, a pandemia também mostrou que ainda há muito trabalho a ser feito nas políticas de inclusão, sobretudo naquelas voltadas para a população negra.

Retornando às dinâmicas de ação social da CUFA, a campanha “CUFA contra o Vírus” foi ganhando visibilidade na mídia e tomou grandes proporções, conseguindo, cada vez mais, parceiros doadores. Nessas condições, foi lançada, no mês de maio, a campanha nacional “Mães da Favela” em parceria com a UNESCO. A campanha consiste em um programa de transferência de renda exclusivo para mulheres chefes de família das favelas brasileiras. A operação é semelhante ao auxílio emergencial do governo, porém é uma iniciativa não governamental. O objetivo é transferir renda dos/as que têm mais para quem tem menos. Dessa vez, por ser uma campanha de maior escala, foram distribuídos para as mulheres, mães da

⁶⁷ Metodologia da pesquisa: A pesquisa quantitativa digital foi realizada com 3.321 moradores de 239 favelas de todos os estados brasileiros, de 19 a 22 de junho de 2020 com uma margem de erro de 1,6 p.p

favela, cartões pré-pagos no valor de R\$ 100, os chamados “vales-mãe”⁶⁸. Além de reduzir os custos e o tempo em transporte, os cartões possibilitam autonomia para as mulheres na escolha do que precisam comprar.

Nas operações de distribuição dos benefícios nas comunidades, embora orientássemos as lideranças a seguirem as medidas de proteção contra o novo coronavírus, não foi possível garantir que todas fossem cumpridas. Recebemos relatos de lideranças informando que os/as moradores/as da comunidade estavam fazendo filas em frente às suas casas para pedir doações. Uma estratégia adotada por eles/as foi organizar pequenos grupos de pessoas em intervalos de tempo para que não houvesse aglomeração. Essas combinações eram feitas pelo grupo do Whatsapp da comunidade, como contaram Emerson e Renato, lideranças da Vila Gaúcha (Grande Cruzeiro) e da Vila dos Eucaliptos (Mário Quintana), respectivamente. No entanto, nem todos/as respeitavam o seu horário. Além disso, era frequente a população local, ao ver ou saber da distribuição de benefícios, mobilizar-se e criar eventuais aglomerações.

Em junho, participei presencialmente de uma ação que aconteceu na região do Partenon, nas comunidades do Campo da Tuca e da Represa. Éramos quatro mulheres, uma enfermeira do posto de saúde, duas membros da CUFA e eu. Assim que chegamos ao Campo da Tuca, vestindo camisetas com o símbolo da CUFA, algumas pessoas que estavam pelas ruas começaram, lentamente, a se aproximar e a perguntar o que estávamos fazendo ali. A notícia correu rapidamente e, aos poucos, mais pessoas começaram a aparecer e vir em nossa direção. Não tínhamos muitas cestas básicas para atender a todas as pessoas, então, para evitar aglomeração e intrigas, entramos no carro e partimos para a comunidade da Represa, onde conseguimos distribuir as cestas básicas mais tranquilamente entre moradores/as. A urgência com que as pessoas nos procuravam pedindo doações evidenciou feições da trágica escolha entre a fome e o vírus que muitos brasileiros/as que vivem em favelas têm de fazer diariamente.

6.3 “OS INVISÍVEIS”, OS “SOLDADOS DE RUA” E OS “SENHORES DA MORTE”

Em torno da luta social comunitária a preocupação é tu ver a tua favela em situação de alto risco. É ou não é? Isso afeta a favela, afeta a comunidade; e nós ficamos de mãos amarradas. A nossa luta hoje é a luta com o governo sobre a saúde. (Paulo Jorge)

⁶⁸ Os cartões eram do PicPay, sistema de serviços financeiros e transferência de dinheiro. Na prática, funcionam como vales-alimentação, porém, são aceitos não somente em estabelecimentos do ramo alimentício.

Nos primeiros meses da pandemia, um veículo com alto-falantes da Prefeitura circulou pelos bairros da cidade, orientando as pessoas a ficarem em suas casas e anunciando práticas de prevenção ao contágio. As vilas da Grande Cruzeiro, no entanto, parecem ter sido esquecidas na rota. Diante disso, um coletivo da ONG Levanta Favela se mobilizou para conseguir um carro próprio com alto-falantes e levar a ação até as comunidades. Historicamente negligenciados pelos governantes, as organizações comunitárias precisaram desenvolver suas próprias *táticas e esquemas de ação* para lidar com a chegada da pandemia às comunidades. Paulo Jorge comenta sobre a ausência de ações governamentais de combate à pandemia nas vilas: “Tu vê alguma campanha de prevenção do governo nas vilas? Se ali é onde tá o problema, porque quando entrar o vírus na comunidade vai ser um desastre, porque a população é pobre, não tem acesso a nada.”

A medida de prevenção mais eficaz contra o contágio, o distanciamento social, é impraticável nas periferias. A aglomeração é constitutiva da vida nesses contextos urbanos. Uma pesquisa mostrou que, em média, 50% dos brasileiros têm quatro ou mais moradores em suas casas. Entre os mais pobres, esse percentual sobe para 60% (Data Favela, 2020). Além disso, estamos falando de uma população massiva que precisou continuar trabalhando presencialmente para garantir sua sobrevivência, pois, como mencionado anteriormente, não possuem reservas financeiras. Perante esse quadro, de que maneiras a pandemia se expressou nas comunidades da Grande Cruzeiro e quais foram os *modos de ação* de seus habitantes frente a isso? A partir de entrevistas realizadas durante a pandemia, procurei explorar essas questões.

A despeito das implicações socioeconômicas amplas, o golpe mais agudo para os moradores/as da Grande Cruzeiro veio com o fechamento das unidades de saúde em um período crítico do contágio. A extinção do Instituto Municipal da Estratégia da Saúde da Família (IMESF) foi decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alegando irregularidades no contrato de fundação.

O fechamento deixou inúmeros/as trabalhadores/as desamparados/as, como foi o caso de Ana Castro, e dificultou o acesso a serviços de saúde para muita gente da Cruzeiro. Consultas agendadas havia meses foram simplesmente desmarcadas e, agora, para conseguir atendimento médico, muitos/as terão que pegar ônibus para chegar até o posto. Idosos, principal grupo de risco na pandemia, passaram a ter que se expor ao perigo do contágio no transporte público para conseguir atendimento. As unidades de saúde eram espalhadas pelos territórios, aumentando o alcance de assistência para pessoas que não tinham condições de se locomover, por exemplo.

A pauta da saúde sempre foi muito presente nas lutas de Paulo Jorge junto à comunidade, desde a fundação do Postão da Cruzeiro. Por isso, ele se indignou ao falar sobre as *necropolíticas* (Mbembe, 2016)⁶⁹ que estão imperando no sistema de saúde:

Tá fechando os postos de saúde. Nesse momento o governo é tão irresponsável com a questão da pandemia, que poderiam deixar aqueles posto lá pra ter 10 leitos. É ou não é? Não vamos fechar nada. Eu tenho que dar mais condições pra população. A única cidade do mundo que fecha posto de saúde é Porto Alegre. Ou seja, eu chamo os senhores da morte. (Paulo Jorge)

O posto de saúde que atendia à população da Vila Gaúcha foi fechado. Essa US realiza, aproximadamente, entre mil e 200 consultas por mês, de acordo com Emerson. A justificativa da Prefeitura para os/as moradores/as foi de que era uma ação para centralizar os atendimentos em Unidades Básicas de Saúde mais bem equipadas, pois as menores não tinham estrutura física apropriada para atender às pessoas. Agora, quem mora na Vila Gaúcha e, antes, caminhava por cinco minutos para chegar até o posto vai ter que caminhar 20 minutos. Além de terem que caminhar mais, o que é um problema especialmente para os mais idosos, ainda estão mais vulneráveis pelas rixas entre facções rivais, explicou Emerson. Diante disso, a Associação Comunitária, quando fiz a entrevista com Emerson, estava procurando um/a médico/a voluntário/a para fazer consultas na comunidade para aqueles/as que não conseguiam se locomover.

Outro grande problema enfrentado nas comunidades é o desemprego e a desocupação da população. Paulo Jorge contou que, com o fechamento de todas as creches pela Secretaria Municipal de Educação, “uma média de 30 mil crianças e adolescentes tão em casa hoje” e sem direito aos recursos fornecidos pela creche, principalmente à alimentação. Ele demonstrou, também, sua preocupação com a situação dos/as trabalhadores/as informais: “Outra coisa, a população de vilas é esse pessoal que bate caixa na sinaleira, trabalho informal, hoje tão tudo parado lá passando fome, desempregado. Eu chamo *os invisíveis*. A população vai começar a ter medo deles”.

Nesse panorama, Paulo tinha um plano em mente, mas era preciso organizar a comunidade. “A ideia é criar soldados de rua”, disse ele. Haveria duas pessoas responsáveis pela prevenção em cada rua. Elas fariam a distribuição de máscaras e produtos de higiene e fiscalizariam para ver se todos/as estavam fazendo corretamente. O governo seria o responsável

⁶⁹ O conceito de *necropolítica*, de Achille Mbembe, popularizou-se entre os movimentos sociais e nas redes sociais em 2020 para falar sobre as políticas de morte, que vitimizam principalmente pretos/as e pobres, adotadas durante a crise do novo coronavírus pelos governantes. O termo, então, é utilizado, segundo o autor, para definir exercícios de soberania em que se tem o poder de “dizer quem pode viver e quem deve morrer”.

pela compra dos recursos. “Mas tem que dar sabão, tem que dar o gel, tem que dar a máscara, (...) o governo tem que fabricar”, explicou ele.

A Associação de Moradores da Vila Tronco, da qual Paulo era presidente, também estava fazendo doação de cestas básicas para a comunidade. Todas as quintas-feiras, ele próprio fazia “sopão social” para as famílias, ao meio-dia. A captação de recursos para isso vem da iniciativa privada, como explicou: “Tem uns empresários que nos doam alimentação, cestinhas e coisas mais, mas isso tinha que ser um plano de governo, entendeu?”. Além da distribuição de cestas básicas e sopão, Paulo criou, em maio, a Rádio Abolição, na qual fazia *lives* transmitidas pelo Facebook para “falar sobre os invisíveis”. Ele convidou pessoas, como as gestoras dos serviços de saúde da Cruzeiro, para falar na rádio sobre a pandemia na comunidade e divulgar os números. No final do ano, pouco antes de seu falecimento, estava entrevistando os candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, pois era ano de eleições municipais.

Nas análises, é comum o argumento de que a pandemia escancarou as desigualdades sociais em nosso país. Pudemos observar, ainda, que a face inferior dessas desigualdades está geograficamente localizada nas periferias. Por isso, não se pode pensar a desigualdade e as políticas sociais no Brasil sem considerar o fator urbano e a regionalização das desigualdades. Se existe acúmulo evidente de disfunções sociais em determinadas partes da cidade, então, o que o fator urbano tem a ver com isso? Por essa razão, é importante investigar as relações entre políticas urbanas e políticas sociais em nossas cidades. A articulação entre esses dois campos pode compor instigantes pesquisas futuras nas Ciências Sociais que busquem interpretar as cidades que estão por vir no contexto pós-pandemia.

Os efeitos da pandemia no cotidiano, nas políticas e na vida social da Grande Cruzeiro mostram que a pandemia, definitivamente, não é somente resultante do contágio pelo novo coronavírus. Também é fruto de decisões e narrativas que priorizam algumas vidas e negligenciam outras. A construção histórica racista do nosso país e as estatísticas de mortes não deixam dúvidas sobre quais vidas foram priorizadas. Como inferiu Paulo: “Pra eles, a morte hoje, a morte da favela, hoje, é normal”.

Mais de 560 mil pessoas morreram no Brasil até a finalização desta dissertação por complicações do novo coronavírus e de suas variantes. Entre estas vítimas, estão dois importantes líderes sociais que dedicaram suas vidas à luta por suas comunidades: Paulo Jorge Cardoso, da Vila Tronco, e Darci Campos dos Santos, da Vila Gaúcha.

6.4 JUVENTUDES E PANDEMIA

Em junho e julho de 2020, entrevistei, remotamente, três jovens que participaram da oficina no início do ano no Centro da Juventude, Gabriel, Khellen e Bruno. Em comum, eles têm o vínculo com o CJ, o fato de morarem em uma mesma região da cidade, porém em vilas diferentes, e condições socioeconômicas semelhantes. Individualmente, no entanto, expressam três distintas experiências de pandemia. Nas entrevistas, procurei compreender as transformações pelas quais suas vidas passaram durante a crise, nas relações em suas moradias, na família, nos estudos, no lazer e em projetos futuros.

Os três responderam positivamente ao convite feito pelo WhatsApp para realizar uma entrevista sobre os impactos da pandemia em suas vidas. Ciente das possíveis dificuldades com a conexão de *internet*, pedi que escolhessem o meio que achassem melhor para conversarmos. Sugeri fazermos por videochamada ou por mensagens no aplicativo. Eu enviaria as perguntas e eles poderiam reagir a elas por áudio ou por escrito. Também falei para se sentirem à vontade em propor outra opção. Como Bruno e Khellen disseram que a plataforma era indiferente, eu optei pela videochamada, para que tivéssemos contato face a face. Gabriel, por sua vez, preferiu fazer pelo WhatsApp.

Khellen tem 18 anos e é moradora da Vila Resbalo. Vive com sua mãe, sua irmã gêmea e um irmão de 15 anos. Em 2020, estava cursando o terceiro ano do ensino médio e se preparava para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e entrar na faculdade de Design de Interiores no próximo ano. Ela economizava dinheiro havia algum tempo, inclusive do auxílio do CJ para os Jovens Multiplicadores, para ajudar a pagar as mensalidades da universidade, caso não conseguisse bolsa de estudos integral. Durante a pandemia, ela e os irmãos tiveram que assumir a responsabilidade pelas tarefas em casa. “Tem que lavar louça, lavar roupa, fazer comida, lavar um chão”, já que a mãe trabalha fora, disse. O desafio diário tem sido conciliar uma rotina de estudos, que se tornou mais penosa com o ensino remoto, com as tarefas cotidianas de cuidados com a casa, além de ajudar o irmão mais novo com os estudos. “Eu fico, na verdade, quase a tarde inteira fazendo trabalho”, contou ela. Sua mãe trabalha na casa de uma família, cuidando do filho de um casal, e, nesse período, o ônibus deixou de ser seu transporte principal para ir trabalhar. Segundo ela,

A patroa dela e o patrão dela tão pagando Uber pra ela ir e voltar, porque, como ela cuida do filho deles, né, o menininho, acho que tem 6 anos, 5... eles não querem expor ele, então eles pagam Uber pra ela ir e voltar, pra ela não tá andando de ônibus e chegando assim, tendo contato com muita gente.

Sua mãe não conseguiu pegar o Auxílio Emergencial do Governo, mas ela e a irmã solicitaram e o conseguiram, o que rendeu à família um pouco mais de tranquilidade, como ela conta: “Nossa, ajudou bastante, tava bem complicado”.

Bruno tem 19 anos, mora temporariamente na Cruzeiro, com a irmã, o cunhado e a sobrinha, e no bairro Azenha, na casa da namorada e os pais dela. Parou de estudar na 5ª série e, antes da pandemia, estava fazendo EJA (Ensino de Jovens e Adultos) para concluir os estudos. Quando realizamos a entrevista, ele estava trabalhando em um mercado. Suas principais preocupações durante a pandemia são não passar fome e cuidar para não contaminar ninguém. Sua avó, sua namorada e sua sobrinha são população de risco, como ele diz: “Então, esse é meu maior medo, assim, de sair pra rua e pegar e, sem saber, contaminar a família ou contaminar uma pessoa que não tem condições de suportar”.

Quando fizemos a entrevista, Bruno estava na casa de sua avó. Ele contou que, sempre que pode, está ajudando a avó e a tia, que tem três filhos. O que ele mais sente falta na pandemia é dos eventos e dos encontros em família aos fins de semana ou nas datas comemorativas:

Acho que a maior falta, assim, tanto do CJ e, também, tanto da família, porque antes de começar a pandemia, a gente tava numa fase onde todos os domingos a gente se reunia pra conversar, dar risada, aquela coisa de fazer churrasco e sabe? A família em grupo, assim. E, hoje em dia, a gente só pode se reunir pelo Whatsapp, então a maior falta que a gente sente é se tiver uma data comemorativa, tipo agora, dia 7 é aniversário da minha vó e a gente sabe que não pode se ajuntar pra fazer festa e nem nada. Acho que é o que eu mais sinto falta, sabe? Bá, tá louco, tava tão bom e chegou do nada pra estragar.

Gabriel tem 15 anos e estava no primeiro ano do ensino médio quando realizamos a entrevista. Ele mora com a mãe, a irmã e dois sobrinhos. Sua irmã trabalha na COOTRAVIPA, empresa responsável pela coleta de lixo no município. A rotina de trabalho dela seguiu regularmente desde o início da pandemia, pois se trata de um serviço essencial. Além disso, em casa, ela é a única que trabalha. O que Gabriel mais sente falta na pandemia é de lutar judô, *jiu-jitsu*, *muay thai* e capoeira. Ele tinha uma bolsa para lutar e praticava o esporte no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), no Centro da Juventude e em um ginásio chamado Lupi Martins. Espera, no próximo ano, estar no segundo ano do ensino médio, mas também acha que pode rodar em 2020. Diferentemente dos outros dois entrevistados, Gabriel tem passado os dias de isolamento “treinando, olhando TV, conversando com pessoas no Whats e estudando um pouco”, como contou. Ele aproveitou a pandemia para realizar cursos de edição de imagens no Photoshop, que faz todas as noites, além de um curso de desenho.

A realidade do ensino público a distância, para eles, está longe de ser a ideal. Khellen diz que tem *wi-fi* em casa, mas a conexão nem sempre é adequada. “Às vezes, fica bem ruim o

sinal, (por)que o sinal aqui é meio ruim e tudo mais. Às vezes, demora pra eles vim arrumar o fio da *internet*, porque, às vezes, dá problema por causa de temporal e essas coisas. Daí, às vezes, fica meio ruim, mas a gente se vira”. Já Gabriel não possui *wi-fi* em casa, somente conexão móvel pelo celular.

Na escola de Khellen, segundo ela, as dinâmicas das aulas funcionam da seguinte forma: “Os professores dão videoaula e mandam atividade, trabalho. Outros professores só mandam matéria e conteúdo pra gente ler e atividades pra gente fazer, pra ver se a gente entendeu realmente a matéria”. Uma de suas professoras faz videoaula por *lives* no Facebook, posta no YouTube e manda pelo WhatsApp da turma, “pra todo mundo conseguir ver, por causa que, às vezes, tem alguns colegas meus que não têm muito acesso com a internet e tudo mais”.

Seus relatos mostram que a experiência do ensino remoto está operando mais como um estudo autônomo e solitário do que uma experiência de aprendizagem diversificada. Segundo Khellen e Gabriel, a educação à distância tem sido mais difícil do que presencial. A opinião de Gabriel foi taxativa: “Sinceramente, acho um tédio, pq não tô aprendendo quase nada”, “prefiro mil vezes as aulas de antes da epidemia chegar”. E a de Khellen foi a seguinte:

É bem mais complicado do que quando tava no colégio né porque algumas atividades a gente fazia no colégio, dai era só alguns trabalhos que a gente tinha pra fazer em casa, tipo uns dois trabalhos por mês, dai tinha prova e essa rotina era bem mais fácil do que todos os professores mandando trabalho toda semana fica bem mais complicado pra fazer em casa por causa das outras coisas que tem pra fazer. Mas eu tento conciliar do jeito que dá.

Sobre os cuidados de prevenção na vizinhança, as opiniões dos três convergem para um descaso da comunidade com as medidas de prevenção.

P: Tu acha que os teus vizinhos tão se cuidando?

R: Não, nem um pouco. Eu às vezes até vejo que tem uns ou outros que andam de máscara, se protegem, mas a maioria aqui tá sempre sem máscara o dia inteiro na rua ou uns com os outros ou fazendo aglomeração, gente, às vezes, fazendo festa. Eles não respeitam muito não. Às vezes, eu vejo uns que não saem de casa, ou quando saem não usam máscara, mas não são todos. Na vila continua normal como se não tivesse acontecendo nada. (Khellen)

R: Sinceramente, assim, tão pouco se lixando, sabe? São poucos que tu enxerga realmente que tão se importando, sabem que é uma doença bem complicada. É bem complicado, porque, se um se protege, outros três tão nem aí. Tão tipo aqueles três ali, tão em perigo de contaminar aquele que tá se protegendo mais, então, pelo o que eu vi durante esses três meses, eu via que as pessoas tavam tipo nem aí, sabe? Ah, não pode entrar duas pessoas da mesma família no mercado, mas eles entram em cinco e daqueles cinco andavam quatro sem máscara então tipo, sabe, é uma coisa bem chata. As pessoas não tavam dando nem bola.

P: E na tua rua?

R: A mesma coisa. A gente passa, assim, pelo pessoal e, tipo, tu vê que eles não usam máscara, eles tão nem aí pra situação. Eles andam em bolo e proteção não existe sabe? Tipo “ah, isso aí não vai pegar em nós. Isso aí não chega na comunidade”.

P: E festa, tá tendo?

R: Aqui onde eu moro, pelo que eu vejo, não. Mas eu, como um guri jovem, recebo muito convite onde rola muita festa, muito pagode, essas coisa, assim, clandestino, que não pode, mas recebo bastante (Bruno).

A noção de *projeto* de Gilberto Velho (1994) auxilia na reflexão sobre as transformações no planejamento futuro dos jovens. Do projeto fazem parte os planos de realização futuros, cujas possibilidades de escolha são limitadas pelo *campo de possibilidades* (*Ibid*) que seu contexto sociocultural configura. A pandemia cruza os projetos de todos/as, reconfigurando seus campos de possibilidades. No caso de Khellen, ela pretendia entrar na faculdade no próximo ano, mas, com as incertezas sobre o ENEM e o vestibular, acabou decidindo fazer um curso técnico e tentar o vestibular somente no ano seguinte. Sobre isso, ela comenta:

Acabei mudando assim pra poder conciliar, porque eu acho que ainda vai demorar bastante tempo esse negócio do vírus. Eu acho que as pessoas vão ter que ir se adaptando, então eu reorganizei meus planos pra conseguir melhorar, ter mais tempo pra mim estudar e me preparar melhor pra faculdade.

Já Bruno teve que interromper seus estudos no EJA, que desejava concluir para conseguir fazer um curso superior ou ter melhores condições de trabalho. “O pior de tudo foi ter trancado os estudos”, ele conta, “porque não consegui, infelizmente, a aula presencial tava tendo até o início do ano e depois parou tudo”. Seu plano, após o fim da pandemia, é voltar a estudar e construir uma carreira, mas a imprevisibilidade decorrente da crise do novo coronavírus interferiu em seus projetos e, assim como no caso de Khellen, a chegada ao ensino superior foi adiada indeterminadamente:

Os meus planos no início era seguir educação física. Ser professor de educação física, porque eu tenho tanto contato com professor do CJ de educação física... depois que terminasse os estudos, ingressar numa faculdade, fazer tudo... mas agora a gente não sabe como vai ser então infelizmente trancou a decisão que eu vou tomar agora.

As consequências sociais, políticas e econômicas da pandemia perdurarão no tempo, prejudicando, sobretudo, os grupos sociais que compõem o que Boaventura Santos (2020) chama de *Sul*: mulheres, negros/as, trabalhadores/as informais, moradores/as das periferias,

imigrantes, deficientes, idosos e outros grupos subalternos. As políticas de prevenção se mostraram ineficientes para pessoas que compõem o *Sul*, pois, segundo Santos, elas operam em uma lógica de darwinismo social. Oferecem maiores garantias “à sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários à economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados” (*Ibid*).

As experiências dos/as jovens e outros/as moradores/as da periferia pobre da Grande Cruzeiro mostram as particularidades dos efeitos de uma crise global em suas trajetórias individuais. A pandemia não afetou somente o presente, mas também projetos de vida e planos de futuro. Colocando em relação as três narrativas, vemos que há um componente de gênero importante que distingue as experiências de Khellen e dos meninos. Ela relatou a sobrecarga dos trabalhos domésticos em sua rotina durante a pandemia, enquanto Gabriel mencionou o tédio do cotidiano.

Procurei, neste capítulo, trazer um pouco das consequências da chegada da pandemia para jovens e outros/as moradores da Grande Cruzeiro e algumas dinâmicas de ação social nesse contexto. A elaboração dessa seção não estava nos planos iniciais dessa dissertação. No entanto, os impactos da pandemia em nossas vidas, nas vidas das pessoas com quem realizamos nossos estudos e em nossas pesquisas foram tão contundentes que seria insuficiente reduzi-los a breves menções ao longo do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia nos mostra que um lugar pode ser narrado de infindáveis maneiras e que cada ator social ou experiência nos apresenta um novo universo interpretativo. O mergulho etnográfico na Grande Cruzeiro me levou a conhecer a vida social e as memórias desse espaço sob diversificados ângulos. Nessa pesquisa, que foi se definindo ao longo do trabalho de campo, iniciei interessada em compreender como os/as jovens dos Centros da Juventude pensavam suas dinâmicas urbanas. Os passos iniciais foram no âmbito institucional, no qual busquei compreender a estrutura das políticas públicas para juventudes e conhecer alguns dos equipamentos públicos em Porto Alegre. Depois, chego ao Centro da Juventude, na Grande Cruzeiro, onde interajo com jovens que me mostram seus olhares sobre o lugar onde vivem. Falam sobre espaços importantes, problemáticos, de afetos, pontos de referência, lugares onde há maior fluxo de pessoas e os espaços que habitam suas memórias. Fui, aos poucos, conhecendo mais sobre quem são e os aspectos de sua realidade social que conformam suas subjetividades. Junto a isso, nos atos de caminhar pelas ruas, falar com lideranças sociais, pegar as linhas de ônibus que circulam pelo território, pesquisar na *internet* e buscar fotografias antigas, fui colecionando fragmentos de vida e memória que compõem um mosaico da Grande Cruzeiro.

Procurei demonstrar, nessa dissertação, como um olhar antropológico voltado para a Grande Cruzeiro nos permite identificar diferentes formas de contar a história de Porto Alegre. Imagens, edificações, monumentos e relatos de seus habitantes dão vida à memória deste lugar e da cidade mais ampla. O tempo, a duração e a memória são categorias utilizadas para pensar os efeitos da passagem do tempo de um modo sensível (Rocha; Eckert, 2013), possibilitando a apreensão das diferentes camadas temporais que se sobrepõem nas memórias da Grande Cruzeiro. Uma construção colonial, por exemplo, cuja estrutura remete ao período das charqueadas no século XIX, ao longo do tempo, teve diferentes apropriações e significados, criando memórias e formas diversas de narrar transformações temporais na cidade. Assim como o prédio que foi o berço da história da telecomunicação no Rio Grande do Sul e as vilas que resultaram do processo de aceleração do desenvolvimento urbano no início do século XX. Isto é, cada elemento que compõe esse espaço cria narrativas sobre a cidade atual e também é um registro vivo de seu passado, evocando afetos e memórias que duram no imaginário coletivo de seus/suas habitantes. Quando pensamos sobre o passado da cidade, é comum que nosso imaginário coletivo nos leve ao Centro Histórico como ponto de partida. Contudo, uma

mudança de perspectiva nos leva a outros lugares que também fazem a cidade: por que não contar a história de Porto Alegre a partir da periferia?

Diversos vieses surgem de uma experiência de pesquisa desenvolvida entre pessoas de diferentes gerações. Nesse sentido, foi fundamental ouvir as narrativas de adultos/as, que são moradores/as da região há mais tempo, e de lideranças comunitárias, como Ana Castro, Emerson Santos e Paulo Jorge. Suas trajetórias de vida contribuíram para a construção de uma Grande Cruzeiro da qual, atualmente, desfrutam os/as moradores/as mais jovens. Ana e Paulo cresceram e construíram suas subjetividades junto ao desenvolvimento e à construção de uma identidade coletiva que se chamou Grande Cruzeiro. Assim, suas memórias são parte de um imaginário coletivo construído por experiências vividas nesse espaço compartilhado. Em suas narrativas, assim como nas dos/as jovens, não restam dúvidas sobre os fortes laços que criaram com o território em suas trajetórias.

Em uma relação dialógica com o espaço, os atores sociais se constroem e são construídos pela cidade. Essa relação se torna especialmente visível na expressão que foi utilizada por mais de um/a interlocutor/a: “Sou cria da (vila) Tronco”, demonstrando o papel formativo que a vila tem em suas vidas. Se sentem, igualmente, responsáveis pela construção das vilas onde vivem, pois ela é fruto de seu próprio trabalho, desenhando uma forma particular de pertencer a esse espaço que hoje chamam de seu e de suas famílias. Esses sentidos de pertencimento e responsabilidade pelo local onde vivem são a base de suas narrativas políticas, que buscam a legitimação de sua posse sobre a terra.

A experiência com os/as jovens, por outro lado, permitiu alcançar o contexto mais recente da Grande Cruzeiro sob suas perspectivas. A dinâmica das oficinas foi uma experimentação metodológica que, dentro de seus limites e possibilidades, rendeu bons frutos no sentido do estímulo aos diálogos e à produção de outras formas de interação entre pesquisadora e participantes da pesquisa. O trabalho com desenho e fotografia como ferramentas de investigação permitiu qualificar características do território como condições de saneamento e infraestrutura urbana e compreender a importância das instituições sociais, que, além de construírem redes de assistência, são espaços de sociabilidade, proteção e formação cidadã de adolescentes e jovens.

O estímulo para apontar a câmera para fora, no sentido contrário à *selfie*, teve como propósito sensibilizar os olhares para o entorno, para o contexto urbano que habitam. A criação de novas condições comunicativas (Meirinho, 2013) utilizando recursos visuais foi, também, um modo de estimular a reflexão crítica, podendo ter incentivado, conseqüentemente, o engajamento e a participação social em questões que envolvem a vida coletiva em suas vilas.

A combinação de diferentes linguagens visuais e faladas gerou condições para que os/as jovens pudessem expressar o conhecimento que possuem sobre o lugar onde vivem a partir de suas próprias vivências e fossem ouvidos/as atentamente. Estabeleceu-se, a partir dessas dinâmicas participativas, um espaço de escuta e de interesse por suas opiniões na qual pudessem expressar o que gostariam de dizer.

Dinâmicas participativas com imagens são potentes metodologias para identificar demandas comunitárias e planejar intervenções direcionadas a elas, com a intermediação de profissionais e políticas de assistência social. Como procurei demonstrar ao longo dessa dissertação, o desenvolvimento social e as condições urbanas estão interconectados. Por isso, buscar compreender os laços que os sujeitos criam com os espaços urbanos onde se inserem – sobretudo jovens, que estão no centro das políticas de segurança pública – é fundamental para o desenvolvimento de políticas cidadãs e multidisciplinares. Além disso, dados quantitativos sobre vitimização, criminalidade etc., quando articulados com metodologias de pesquisa etnográfica participativas, enriquecem-se qualitativamente. A pesquisa etnográfica busca compreender como sujeitos pensam, imaginam, caracterizam as dimensões socioespaciais, interpessoais e afetivas dos cenários de suas sociabilidades e desenvolvimento de projetos de vida, fornecendo novas interpretações da vida social.

Muito já foi debatido sobre as múltiplas formas de violência às quais moradores/as de periferias estão submetidos/as e os modos como elas interferem em suas trajetórias. No entanto, foi possível observar, a partir do projeto dos Centros da Juventude, inspirados nos Parques Biblioteca colombianos, que a estética, as formas da cidade e as suas edificações também são fatores condicionantes das experiências e dos projetos das juventudes em construção. A pesquisa mostrou que, em diversos espaços da Grande Cruzeiro, não há acesso a serviços básicos, como coleta de lixo e transporte público. Caminhões coletores e ônibus urbanos não conseguem acessar ruas estreitas e morros, causando o insulamento de pessoas em uma área urbana limitada. Proporcionar acessibilidade ao transporte público para essa população, além de ampliar o direito à cidade, torna acessíveis novos referenciais estéticos e novas formas de vida urbana. Cabe aos gestores/as urbanos/as o exercício criativo de pensar formas de garantir esse direito. Se não é viável o acesso a muitos pontos das vilas pelo chão, por que não fazê-lo pelo ar, com teleféricos? Foi essa a política urbana adotada em Medellín, na Colômbia, para facilitar o deslocamento de pessoas que moram em lugares de difícil acesso ao transporte público.

Se colocarmos as estruturas urbanas edificadas em perspectiva, vemos que os/as jovens da Grande Cruzeiro estão circundados por uma área significativa ocupada pelo exército, e outra,

pela FASE. Coincidentemente ou não, são adolescentes e jovens de baixa renda e baixa escolaridade – perfil social majoritário na região Cruzeiro – que compõem grande parte do corpo de recrutas do exército e da população em cumprimento de medidas socioeducativas na FASE. Existem apenas duas escolas de ensino médio na região, e os/as jovens convivem com uma realidade cotidiana em que o tráfico de drogas e o trabalho informal agenciam grande parte da vida comunitária. Não estariam essas formas visuais de vida e estética urbana conformando o campo de possibilidades em que esses atores se movem e direcionam suas escolhas?

Com a chegada da pandemia de Covid-19, em março de 2020, a transferência da pesquisa para o mundo digital, ou para o “bunker onde nos escondemos” do vírus, como se referiu Achille Mbembe (2020), mostrou a importância das tecnologias para ações sociais e organizações comunitárias no enfrentamento às consequências da pandemia. A pandemia expandiu os usos das redes sociais para além do lazer e trabalho. O Facebook foi a plataforma na qual Paulo Jorge criou uma rádio comunitária para falar sobre a pandemia e divulgar dados sobre na comunidade; o Instagram foi a plataforma que viabilizou expormos algumas das imagens produzidas nas oficinas; e o Whatsapp foi o espaço onde ações sociais foram planejadas, divulgadas e acompanhadas. Organizações comunitárias interagem, trocavam informações e planejavam suas *táticas* de enfrentamento através dos grupos no Whatsapp. Foi também esse mesmo aplicativo, acessível à maioria das pessoas, que tornou viável a continuidade da minha pesquisa. Por meio dele, pude manter contato com interlocutores/as e até mesmo realizar uma entrevista por mensagem de texto!

Procurei, através dessa pesquisa, dar sentido às diferentes formas de habitar e pensar esse espaço de Porto Alegre chamado Grande Cruzeiro. Pude compreender a importância dos laços afetivos e das lutas sociais de seus habitantes para a sua construção material e histórica. A experiência de desenvolver uma pesquisa participativa com oficinas mostrou a potencialidade das imagens na produção de sentidos e diálogos sobre as diferentes formas de habitar um mesmo lugar. Espero que essa etnografia possa contribuir para as discussões sobre estratégias de pesquisa etnográfica com jovens em contextos de vulnerabilidades e, em especial, que este retrato enriqueça os diálogos sobre a nossa cidade e a Grande Cruzeiro.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Fátima. et al. **Vilas da Cruzeiro**. Porto Alegre: Unidade editorial SMC, 2006.
- BARBOSA, Andrea. Pimentas nos olhos não é frescor: Fotografia, espaço e memória na experiência vivida por jovens de um bairro “periférico” de Guarulhos, São Paulo. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. Vol. 1, No 2, p. 103–110, 1 dez. 2012.
- BARBOSA, Andrea. Imagem, Pesquisa e Antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. Vol. 3, No 2, p. 3–8, 1 out. 2014.
- BARBOSA, Ana Patricia. Fotografia, narrativa e experiência. In: BARBOSA, A. et al. (Eds.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.
- BARBOSA, Ana Patricia. Entre sociabilidades e representações sociais: uma experiência etnográfica na Vila Cruzeiro do Sul, Porto Alegre. **ILUMINURAS**, v. 16, n. 38, 30 jul. 2015a.
- BARBOSA, Ana Patricia. Resenha do livro: Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre favela brasileira. MEIRELLES, Renato & ATHAYDE, Celso. São Paulo: Edita Gente, 2014. **ILUMINURAS**, v. 16, n. 39, 1 set. 2015b.
- BARBOSA, Ana Patricia. **(Tese de doutorado) Sobre juventudes e territorialidades: estudo etnográfico das trajetórias juvenis na Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, RS**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2017.
- BARBOSA, Marina Bordin. **(Dissertação de mestrado) Estudo etnográfico sobre o processo de instalação do Instituto Zoravia Bettiol na antiga Casa dos Leões em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177–188, out. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 32. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: **DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Reino. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAMPOS, Ricardo. **Por que pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do graffiti urbano**. Lisboa: Editora Fim de Século, 2010.
- CARDOSO, Lourenço. O BRANCO-OBJETO: O MOVIMENTO NEGRO SITUANDO A BRANQUITUDE. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 13, n. 1, 11 jul. 2011.

CARLE, Claudio; OLIVEIRA, Alberto. O Solar da Travessa Paraíso, um exemplo de arqueologia histórica em Porto Alegre. **Estudos Ibero-Americanos PUCRS**, v. XXII, n. 1, 1996.

CAVALHEIRO, Ana Danielle. **O Morro é nosso : sobre a luta pelo direito à moradia e a preservação do bem comum**. Trabalho de conclusão de curso—[s.l.] UFRGS, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: CLIFFORD, J. (Ed.). **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**. [s.l.] Edições Antipáticas, 2015.

COPQUE, Barbara. **Meninos-Fotógrafos ou a fotografia como fonte de conhecimento etnográfico**. Dissertação de mestrado—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

DAS, Veena. **Life and words : violence and the descent into the ordinary**. California: University of California Press, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIÓGENES, Gloria. Projetos, Experiências, Intervenções: A arte de fazer Enxame: experiências de ressignificação juvenil na cidade. **Política & Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 191–222, 1 jul. 2006.

DIÓGENES, Gloria. A arte urbana entre ambientes: “dobras” entre a cidade “material” e o ciberespaço. **Etnográfica**, v. 19, n. 3, p. 537–556, out. 2015.

DIÓGENES, Gloria. Conexões entre artes de rua, criatividade e profissões: circuitos e criações de Tamara Alves. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, p. 153–177, 2 dez. 2019.

DIÓGENES, Gloria. Imagens e narrativas: registros afetivos. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 471–493, 1 jan. 2004.

ECKERT, Cornelia. et al. **Fotocronografias vol.06 num.14–2020 — Etnografias do Confinamento**. Disponível em: <<https://medium.com/fotocronografias/vol-06-num-15-2020-etnografias-do-confinamento-33af6dbb010>>. Acesso em: 7 maio. 2021.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo. **ILUMINURAS**, v. 2, n. 3, 29 jun. 2001a.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. **ILUMINURAS**, v. 2, n. 4, 29 dez. 2001b.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, v. 9, n. 21, 4 set. 2008.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Nunca em anexo!” Pesquisa, ensino e escrita con imagens em Antropología Audiovisual | Trama. **Revista Trama**, n. 11, 2020.

FACINA, Adriana. “A Escada da Memória”: Arte e sobrevivência no Complexo do Alemão. **ILUMINURAS**, v. 21, n. 54, 30 set. 2020.

FARMER, Paul. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. **Daedalus**, v. 125, n. 1, p. 261–283, 1996.

FEDOZZI, Luciano et al. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 181–224, ago. 2015.

FERREIRA, Vitor. **Pesquisar Jovens. Caminhos e Desafios Metodológicos**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, 1999.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRUGOLI JR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, 2005.

GADEA, Carlos. **Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre: contextos, situações e perspectivas**. Porto Alegre: Cirkula, 2015a.

GADEA, Carlos. **Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre: contextos, situações e perspectivas**. Porto Alegre: Cirkula, 2015b.

GAMALHO, Nola Patricia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Periferia: A Produção Do Espaço E Representações Sociais No/Do Bairro Restinga – Porto Alegre/RS. **Para Onde!?**, v. 2, n. 2, 2 ago. 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades**. Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/juventude->

praticas-culturais-e-negritude-o-desafio-de-viver-multiplas-identidades>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 10, n. 1, 2000.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)**. Tese de doutorado—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

HERNANDÉZ, Maria Celeste; CINGOLANI, Josefina; CHAVES, Mariana. Espacios con edades: el barrio y la pobreza desde los niños y los jóvenes. In: CHAES, M.; SEGURA, R. (Eds.). **Hecerse un lugar: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2015.

HÜBNER, Marcos Leandro; PIMENTA, Jussara. Bibliotecas parque de Medellín: a biblioteca pública se reinventa. **Revista Fontes Documentais**. Aracaju. v. 03, n. 03, p. 20-32, 2020.

JACQUES, Paola. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171–180, 2010.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto (Dissertação de Mestrado)**. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, 2018.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. Vol. 3, No 2, p. 23–46, 1 out. 2014.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. Vol. 5, No 2, p. 5–13, 1 out. 2016.

MAGNANI, José Guilherme. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia**. São Paulo: UBU Editora, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **arte e ensaios**, v. 2, n. 32, 2016.

MEAD, Margaret. Visual Anthropology in a Discipline of Words. In: HOCKINGS, P. (ED.) (Ed.). **Principles of Visual Anthropology**. Berlin: NY: Mouton de Gruyter, 2003.

MEIRINHO, Daniel. A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: estudo de caso com jovens em contextos de exclusão social no Brasil e em Portugal. set. 2013.

MELCHIONNA, Fernanda; BECKER, Nina (EDS.). **Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015**. Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015.

MESOMO, Juliana. **Cotidiano em suspenso: remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS**. Dissertação de mestrado—[s.l: s.n.].

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 2, p. 459–484, 17 set. 2019.

NEVES, Marco Freire. O Gosto Popular e a Estética do Acaso. **Revista Todavia**, v. 2, n. 2, 2011.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, 2014.

NUNES, André Gustavo. **(Dissertação de mestrado) Os argonautas do mangue: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória - ES**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

OLIVEN, Ruben. Chame o Ladrão: As vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (Ed.). **Violência e Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

PARK, Robert Ezra. Ecología humana. In: **Robert Ezra Park, La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999a.

PARK, Robert Ezra. La ciudad como laboratorio social. In: MARTÍNEZ, E. (Ed.). . **Robert Ezra Park, La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999b.

PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, p. 279–290, 1 dez. 1995.

PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11–23, jun. 2007.

PÉTONNET, Collette. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, n. 25, 2008.

RIBEIRO, Claudia. et al. Etnografias do Confinamento. **Fotocronografias**, v. 6, n. 14, 2020.

RISLER, Julia.; ARES, Paulo. **Manual de mapeo colectivo : recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RISLER, Julia; ARES, Paulo. **Mapeando el territorio** Iconoclassistas, 2020. Disponível em: <<https://iconoclasistas.net/cuadernillo-escolar/>>. Acesso em: 31 jan. 2021

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. et al. Antropologia com Imagens: Cartas aos Narradores Urbanos e o Livro do Etnógrafo. **Revista Mundaú**, v. 0, n. 5, p. 179–201, 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marcavizual, 2013a.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013b.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas**. Brasília: ABA, 2015.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. ANTROPOLOGIA EM OUTRAS LINGUAGENS: CONSIDERAÇÕES PARA UMA ETNOGRAFIA HIPERTEXTUAL. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 71–84, fev. 2016.

ROUCH, Jean. On the vicissitudes of the self: the possessed dancer, the magician, the sorcerer, the filmmaker, and the ethnographer. In: FELD, S. (Ed.). . **Ciné-ethnography**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2020.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEGATA, Jean. et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 7–25, abr. 2021.

SEVAIO, Joanna. **(Dissertação de mestrado) Entre boêmia e baderna: etnografia das práticas, sociabilidades e controvérsias na e da Cidade Baixa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Ed.). . **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, E. (Ed.). . **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia da Paisagem**. Tradução: Artur Morão. Covilhã: LosoSofia: press, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Pedro Herculanp. A Pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. <http://www.ipea.gov.br>, mar. 2021.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 1, n. 26, 2014.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: STRATHERN, M. (Ed.). . **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. DE O. (Ed.). **A Aventura Sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. **Indivisualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana, um estudo de antropologia social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIEIRA, Daniele Machado. (Dissertação de mestrado) **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973). **Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles**, 2017.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

BRASIL. **Estatuto da Juventude, Lei nº 12.582 de 5 de agosto de 2013.**, 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 8 abr. 2021

BRASIL, S. N. DE J. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, S. N. DE J. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.

DATA FAVELA. **Pandemia na Favela: A realidade de 14 milhões de favelados no combate ao novo coronavírus**. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/estudos>>. Acesso em: 15 maio. 2021a.

DATA FAVELA. **Educação, cultura, periferia e racismo**. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/estudos>>. Acesso em: 15 maio. 2021b.

DATA FAVELA; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **O Mercado da Maioria: periferia e diversidade como estratégia de negócio**. [s.l: s.n.].

GAÚCHA ZH. **Vila dos Comerciantes é reconhecida como área de interesse cultural**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e>>

lazer/almanaque/noticia/2017/12/vila-dos-comerciarios-e-reconhecida-como-area-de-interesse-cultural-cjb5kts8w005o01lsut7zrf69.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Termo de Referência - Contratação de organização não governamental (ONG) para prestação de serviço técnico e especializado de consultoria destinada a implantar, manter e institucionalizar Centros da Juventude no Rio Grande do Sul**, mar. 2016. Disponível em: <<https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201705/05112648-tdr-manifestacao-de-interesse-ong-centros-da-juventude-centro-de-juventude.pdf>>

IPEA. **Atlas da Violência v.2.7 - Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OBSERVAPOA. **Região Cruzeiro - Séries Históricas e Análises de Indicadores**. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?região=11_0_0>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Plano Diretor | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/planodiretor>>. Acesso em: 1º jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental**, 2011. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-pddua-e-anexos>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Comunidade e trabalhadores festejam o aniversário de 30 anos do Postão da Cruzeiro**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/default.php?reg=229&p_secao=8>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **História dos bairros de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=128>. Acesso em: 21 fev. 2021.

Projeto de regularização fundiária do Estado contempla zona sul de Porto Alegre. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/projeto-de-regularizacao-fundiaria-do-estado-contempla-zona-sul-de-porto-alegre>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Porto Alegre, RS.